

Revista
CIENTÍFICA
DIMENSÃO
ACADÊMICA

MULTIVIX

CASTELO

Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo – Faculdade de Castelo/Multivix Castelo

Revista Dimensão Acadêmica/ ISSN 2525-7846

v.4, n.1, Jul./Dez. - 2019 - Semestral

REVISTA CIENTÍFICA DIMENSÃO ACADÊMICA

Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo – Faculdade de Castelo/Multivix Castelo, v.4,
n. 1. Jan./Jun. - 2019 – Semestral

Diretor Executivo

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

Diretora Acadêmica

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

Direção Geral

Andre Ferreira da Silva

Coordenadora Acadêmica

Krisley Ferrareze Conceição

Bibliotecária

Alexandra Barbosa Oliveira

Presidente da Comissão Editorial

Eliene Maria Gava Ferrão

Comissão Editorial:

Eliene Maria Gava Ferrão

Adriano Salvador

Darlene Teixeira Castro

Krisley Ferrareze Conceição

Ednéa Zandonadi Brambila Carletti

Debora Athayde Herkenhoff

Diogo Vivacqua de Lima

Geórgia Regina Rodrigues Gomes

Livia Aparecida Ferreira Lenzi

Marcos Aurélio Lima Balbino

Síndia Pessin Andreon

Iliani Bianchi

Valderedo Sedano Fontana

Endereço para Contato

A Multivix Castelo situa-se a Avenida Nicanor Marques, nº 245, Bairro Santa Fé, Castelo - ES, CEP 29.360-000

Contato: 28 3540-0100

E-mail: dimensaacademica@multivix.edu.br

Revista Científica Dimensão Acadêmica / Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo – Faculdade de Castelo/Multivix Castelo – v. 4. n. 1, 2019 – Castelo: MULTIVIX, 2019.

Semestral

ISSN 2525-7846

1. Generalidades: Periódicos. I. Faculdade de Castelo / Multivix Castelo – MULTIVIX.

CDD. 000

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria que a Revista Científica Dimensão Acadêmica publica mais um número criada, promovida e editada pela Faculdade Multivix Castelo juntamente com o corpo docente e discente que não medem esforços para abrilhantar cada vez mais este periódico.

A Revista Científica Dimensão Acadêmica tem como objetivo divulgar as pesquisas realizadas em todas as áreas do saber visando aproximar leitores e estudiosos que buscam especificidades regionais e locais para seus estudos. É uma publicação impressa e on line de acesso livre e gratuito que favorece o diálogo entre pesquisadores.

Os textos que seguem nesta edição permitem a divulgação de estudos realizados na instituição nos últimos meses trazendo questões de qualidade de vida animal e humana bem como discussões sociais, psicológicas e sociológicas.

Que o leitor possa imbuir-se do conhecimento aqui explicitado.

Boa leitura.

SUMÁRIO

FASCÍOLA HEPÁTICA NO SUL DO ESPÍRITO SANTO: DIAGNÓSTICO DA PREVALÊNCIA E PERDAS ECONÔMICAS.....	06
Tania de França Padilha Thomaz	
Christiellen Lopes Hoffmann Sofiste	
Gessica Adriana Leoncio	
Fernanda Maria dos Santos de Moraes Falçoni	
OS DESAFIOS DAS INTEGRAÇÕES DO E-COMMERCE.....	16
Paulo Ricardo de Souza Lima	
Rafael Felix Afonso	
Hélio Plínio Lopes Coelho	
André Bessa da Silva	
ERGONOMIA PARA QUALIDADE DE VIDA E AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NAS ORGANIZAÇÕES	33
Lillian Abreu Castilho	
Vanessa Januário Fardin	
Douglas Viganor Silva	
Maycon da Silva Delatorri	
NEUROSE OBSESSIVA: CONSTITUIÇÃO E MODOS DE DEFESA CONTRA O DESEJO.....	50
Bianca de Almeida Peres	
PROSTITUIÇÃO FEMININA: ESTIGMA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	70
Flávia Dias Scantamburlo	
Giovanna Carrozzino Werneck	
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A LEGISLAÇÃO RELATIVA À CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO BRASIL.....	87
Paulo Roberto Barboza Tavares	
Fabiana Davel Canal	

OS AVANÇOS DAS TECNOLOGIAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PLÁGIO ACADÊMICO NO ENSINO SUPERIOR COMO UM PROBLEMA ÉTICO, JURÍDICO E PEDAGÓGICO 107

Karen Camata Silva

Ednéa Zandonadi Brambila Carletti

INGESTÃO DE CORPO ESTRANHO EM UM CÃO: RELATO DE CASO..... 125

Letícia Carolina Tavares Lima

Fábio Ferreira de Queiroz

William Cordeiro Hyppolito

Alan Peruzzo Paganini

FASCÍOLA HEPÁTICA NO SUL DO ESPÍRITO SANTO: DIAGNÓSTICO DA PREVALÊNCIA E PERDAS ECONÔMICAS

HEPATIC FASCICLE IN SOUTH OF THE HOLY SPIRIT: DIAGNOSIS OF PREVALENCE AND ECONOMIC LOSSES

Tania de França Padilha Thomaz
Christiellen Lopes Hoffmann Sofiste
Gessica Adriana Leoncio¹
Fernanda Maria dos Santos de Moraes Falçoni²

RESUMO

A fascíola hepática é a patologia de maior prevalência nos exames *post mortem*, encontradas no fígado de bovino inspecionado, causando prejuízos relacionados a gastos com medicamentos e condenações parciais nos matadouros. Desta forma, objetivou-se a realização de um estudo de caso em um matadouro no Sul do Estado do Espírito Santo, contemplando a prevalência das condenações por fasciolose. A pesquisa foi desenvolvida em abatedouro frigorífico sob inspeção do S.I.E (Serviço de Inspeção Estadual). Foram analisados os dados referentes às condenações de fígados com fasciolose obtidos a partir dos registros do órgão de serviço de inspeção estadual provenientes dos abates de bovinos, de rebanhos diferentes, dos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017. O estudo tem o objetivo de demonstrar a prevalência de condenações de fígado com a fascíola e estimar a perda econômica.

Palavras Chaves: Fascíola hepática. Condenação. Fígado bovino.

ABSTRAT

The hepatic fascicle is the most prevalent pathology in post-mortem examinations, found in inspected bovine liver, causing losses related to drug expenses and partial condemnations in slaughterhouses. The aim of this study was to carry out a case study in a slaughterhouse in the South of the State of Espírito Santo, considering the

¹ Graduandas em Medicina Veterinária pela Faculdade Multivix Castelo

² Mestre em Ciências Veterinárias pela Ufes. Especialização em Saúde Pública com ênfase em Vigilância Sanitária pela Faculdade Estácio de Sá. Graduação em Medicina Veterinária pela Faculdade de Castelo. Graduação em Zootecnia pela UFRRJ. Professora da Faculdade Multivix Castelo.

prevalence of condemnations due to fasciolosis. The research was carried out in a cold slaughterhouse under inspection of the S.I.E (State Inspection Service). Data on the condemnation of livers with fasciolosis obtained from records of the state inspection body from cattle slaughters from different herds from the years 2014, 2015, 2016 and 2017 were analyzed. demonstrate the prevalence of liver convulsions with the fascicle and estimate the economic loss.

Keywords: Fasciola hepatica. Condemnation. Bovine liver

1 INTRODUÇÃO

A fascíola hepática é o agente etiológico causador da fasciolose em muitos animais como o bovino. Acomete o fígado e vias biliares. É um parasita trematódeo de importância em Medicina Veterinária além da relevância em saúde pública por contaminar acidentalmente o homem (MARCOS et al., 2007; BOWMAN, 2010; ESPINOZA et al., 2010).

A sua distribuição é mundial, habitual em condições climáticas que favorece ao alagamento por serem propícias ao desenvolvimento dos moluscos aquáticos do gênero *Lymnaea* que servem como hospedeiro intermediário para o parasita (CARDOSO et al., 2007).

Tem como seu hospedeiro definitivo o ruminante como os bovinos e ovinos (Agudo-Padrón, 2007). Sua existência é dependente da tríade hospedeiro invertebrado (molusco dulcícola), hospedeiro definitivo ruminante (bovinos, ovinos) e ambiente alagado (CORREA, 1971; CARLTON; MCGAVIN, 1990). É responsável por gerar prejuízos econômicos, tanto pela condenação de fígados em matadouros quanto por afetar os índices produtivo, reprodutivos e de sanidade dos rebanhos de bovinos corte e de bovinos leiteiros (BRASIL, 2017).

Para que ocorra fasciolose faz necessário um hospedeiro intermediário que é um molusco dulcícola do gênero *Lymnaea*. (SILVA et al., 2007), é dependente de fatores climáticos, como a temperatura mínima de 15°C; e a presença do hospedeiro definitivo: bovinos, ovinos, caprinos, suínos e vários mamíferos silvestres (MULLER et al., 1997; NEVES, 2005).

A fascíola jovem possui formato de lança ou lanceta e tamanho 1 a 2 mm, quando adulta possui um formato de “folha” com tamanho de 3,5 cm de comprimento por 1,0 cm de largura. O ovo possui um formato oval, cor amarelada e é operculado e os ovos não embrionados da fascíola são eliminados para o ambiente junto às fezes do animal hospedeiro (URQUART, 1998).

Através da alimentação os ruminantes ou o homem podem ingerir metacercárias, no intestino deste hospedeiro definitivo, ocorre desencistamento das metacercárias e liberação das larvas que migram até os canalículos biliares. Ao atingir os canalículos biliares diferenciam-se em vermes adultos, com formato semelhante a “folhas” e com cerca de 3- 3,5 cm de comprimento (Silva et al 1980, Becke, 1993 e Urquart 1998). As fêmeas do parasita produzirão ovos que serão eliminados pelo ducto colédoco e liberados no ambiente através das fezes, dando continuidade ao ciclo (URQUHART, 1998).

Segundo Carlton e Macgavin (1998) a doença cursará em duas fases: aguda e crônica. O seu diagnóstico clínico pode ser dificultado, dada a sintomatologia ser compatível com outras patologias. Logo, torna se necessário o exame laboratorial (MATTOS et al., 2009). O diagnóstico direto é feito através exame laboratorial coproparasitológico pela visualização dos ovos de trematóides nas fezes e apresenta baixo custo (FARIA et. al, 2008; MATTOS et al., 2009).

Em animais abatidos em frigoríficos com fiscalização oficial ao realizarem o exame *pos mortem* do órgão, fígado, na linha de inspeção será visualizado além das lesões no órgão a presença da fascíola (DUTRA et al, 2010).

Os bovinos, assim como outras espécies, devem ser abatidos em matadouros sob fiscalização do serviço de inspeção, seja ela federal, estadual ou municipal. Com a realização da inspeção *post mortem* que consiste no exame da carcaça ou partes, cavidades, órgãos, vísceras, tecidos e linfonodos, realizado por visualização, palpação, olfação e incisão, quando necessário, e demais procedimentos definidos em normas complementares (BRASIL, 2017).

Serrafreire et al (1995) após levantamento de dados de propriedades, matadouros e de exames coproparasitológicos, reportaram a ocorrência da forma crônica da fasciolose bovina nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Como também verificaram alta frequência no Rio Grande do Sul, especialmente no sul e sudeste do estado, onde a fasciolose é endêmica. Corroborando com esses dados, Muller et al. (1999), no período de 1993 a 1997, demonstram a prevalência de 13,2% de fígados condenados por fasciolose bovina em matadouros e frigoríficos no Estado do Rio Grande Sul.

Nos matadouros-frigoríficos do Estado do Espírito Santo foi descrito por Fraga (2008) a ocorrência do aumento de casos da fasciolose, com prevalência anual em 2007 de 20%. Baptista (2008) demonstrou uma frequência de condenações de fígado devido à fasciolose 38,55%. Vieira et al (2011) realizou estudo no sul do estado e verificou percentual de 27,4% de fígados condenados por *F. hepática*.

A condenação do fígado com fasciolose é realizada por médico veterinário do serviço de inspeção responsável pela linha de abate, de acordo com artigo Art. 152 do RIISPOA (BRASIL, 2017).

O fígado bovino é um órgão comestível e de bom apelo comercial nos açougues. Quando ocorre a condenação do órgão devido a *Fasciola hepática*, gera perda econômica, além de indicarem a existência da patologias nos animais abatidos. A inspeção post-mortem do fígado é realizada na linha E de abate, onde é feito o exame visual das faces da peça, palpação e cortes transversais com compressão dos ductos bilíferos, além de cortes nos nodos-linfáticos da víscera e incisão da vesícula biliar (PRATA; FUKUDA, 2001).

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

Foi realizada a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Os dados foram coletados no período de 2014 a 2017, do registro do Serviço de Inspeção Estadual de abates realizados no matadouro frigorífico, localizado no Sul do Estado Espírito Santo. As planilhas oficiais acessadas contém o número de animais abatidos e o motivo de condenação quando aplicável. Os dados analisados A perda econômica foi estimada

com base do preço do fígado bovino do período de 2014-2016, de acordo com a Secretaria de Estado de Gestão de Recursos Humanos, do Estado do Espírito Santo (SEGER).

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

No período de janeiro de 2014 a agosto de 2017 foram abatidos em matadouro sob inspeção estadual (IDAF), no sul do Estado do Espírito Santo, o número de 48.719 animais da espécie bovino. Foram coletados os dados do S.I.E. que indicam o número de fígados bovinos que foram desviados da linha de abate para o Departamento de Inspeção Final (DIF), onde posteriormente foram julgados portadores de *Fasciola hepática* pelos médicos veterinários do serviço de inspeção os quais determinaram a condenação da víscera (Figura 1).

Figura 1. Fígado bovino com *Fasciola hepática*.



Fonte: Thomaz, 2000

No período de, 2014 a 2017, foi verificado que houve uma prevalência de fasciolose de 22,20% dos animais abatidos. Corroborando com os dados de Fraga (2008) que descreve uma prevalência de fasciolose de 20% no ano de 2007 no sul do Espírito Santo. Já Bernardo et al (2011) realizaram trabalho no sul do Espírito Santo e verificaram uma prevalência de 24,89% de fígados condenados por fasciolose no período de 2006 a 2009. Foi verificado que neste estudo de caso, a prevalência de fígados condenados por fasciolose foi diferente quando comparado à distribuição de meses e entre os anos.

No ano de 2014 a prevalência foi de 20,46% sendo que a presença do parasita no decorrer do ano oscilou ocorrendo um aumento da prevalência atingindo 25,81% no

mês de junho. Souza et al (2017) realizaram a pesquisa na Zona da Mata Mineira e determinaram uma prevalência de 21,95% de condenações de fígados por fasciolose. Já a prevalência no ano de 2015 foi de 27,26% sendo que neste ano ocorreu a maior prevalência de fasciolose dentre os anos analisados. Corroborando com Vieira et al (2011) que desenvolveram pesquisa semelhante no Sul do Espírito Santo, verificaram uma prevalência de *Fasciola hepática* de 27,4%. Foi verificado que a presença do parasita no decorrer do ano 2015 foi crescente atingindo 32,83% no mês de junho e 34,45% no mês de dezembro.

No ano de 2016 foi verificada a prevalência de 22,11% do total de 11.888 animais abatidos. A presença do parasita no decorrer do ano foi oscilante e atingiu 32,49% no mês de janeiro. A prevalência anual das condenações por *Fasciola hepática* neste ano foi superior ao descrito por Fraga (2008) que descreveu a prevalência de 20%.

No período de janeiro a agosto do ano de 2017, obteve-se o total de 7.033 animais abatidos e destes houve a condenação 17,16% de fígados bovinos por fasciola hepática. Nota-se uma queda no percentual de condenações de fígado bovino por *Fasciola hepática*. O que sugere que a escassez de chuvas na região interferiu na propagação e infestação dos bovinos por este parasita. De acordo com Martins (2012) et al é importante ter áreas alagadas para o desenvolvimento do ciclo da *Fasciola hepática*. Segundo Mendes e Pilati (2007), os números encontrados de fasciolose podem ser influenciados pelo manejo do rebanho. Fraga (2008) atribui a oscilação de valores à distribuição epidemiológica do parasito.

Martins et al (2014) aponta a distribuição geográfica da fasciolose bovina, a qual está dispersa no Sul do Espírito Santo, o que denota a urgência em adotar medidas de controle que evitem sua expansão em direção ao Norte do Estado.

Para fins de estimar a perda econômica correlacionamos o número de condenação de fígado com o preço do produto praticado no mercado, de acordo com SEGER. Para efeito de cálculo foi estimada a média do peso fígado bovino em 5,00 kg (BACKES et al. 2010).

No período de 2014 a 2016 houve uma perda financeira de R\$ 268.277,95 (duzentos e sessenta e oito mil, duzentos e setenta e sete e noventa e cinco centavos de Reais). Em 2015 houve uma valorização do preço de mercado do fígado bovino e com aumento no volume condenado gerou uma perda financeira maior dentre os anos analisados de R\$107.636,70 (cento e sete mil seiscentos e trinta e seis reais e setenta centavos). Não foi possível estimar a perda financeira do ano de 2017, visto a descontinuidade da tabela de referências de preços da SEGER. Fraga (2008) descreve a fasciolose como parasito emergente que causa um problema econômico-social no sul do Estado do Espírito Santo por acometer 20% dos animais abatidos. De acordo com Bernardo et al. (2011), corroborou que nos anos de 2006 e 2009, 27.625 fígados foram condenados por fasciolose. Indicando que as condenações de fígados ocorreram no decorrer do ano, e é habitual no estado, o que caracteriza a permanência da fasciolose no rebanho e em consequência ocasiona perdas econômicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória que o parasitismo provocado por fasciola hepática em bovinos, possui relevância na agropecuária no sul do Estado do Espírito Santo dado a incidência e a perda econômica que este ocasiona. Os resultados nos indicam que ocorrem duas situações: as medidas de controle não estão sendo praticadas ou não estão sendo executadas de forma correta. Outro ponto a ser questionado e a perceptibilidade da perda econômica pelos produtores de gados do Sul do Estado Espírito Santo.

5 REFERÊNCIAS

AGUDO-PADRÓN, I. Biogeografia das doenças transmissíveis por moluscos vetores no Estado de Santa Catarina, Sul do Brasil. **Livro de Resumos do XX EBRAM** - Rio de Janeiro, 05 a 10 de agosto de 2007. 417p. 2007.

ALMEIDA, B.R., SANTILIANO, F.C. e ALVES, D.P. Avanços farmacológicos no tratamento da fasciolose em rebanho bovino. **PUBVET**, Londrina, V. 6, N. 18, Ed. 205, Art. 1372, 2012.

BACKES, A.A. et al, Tamanho relativo dos órgãos internos e do trato gastrointestinal de bovinos indubrasil e mestiços leiteiros em fase de engorda. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.40, n.5, p.1160-1165, mai, 2010 ISSN 0103-8478.

BAPTISTA, A. T. **Quantificações das condenações em vísceras de bovinos em 2007 nos matadouros frigoríficos do estado do Espírito Santo registrados no serviço de inspeção estadual**. Qualittas, Vitória, ES, 2008. Disponível em: < <http://www.qualittas.com.br/principal/uploads/documentos/Quantificacoes%20das%20Condenacoes%20-%20Anderson%20Teixeira%20Baptista.pdf> > Acesso em: 19 de junho de 2017.

BECK, A.A.H. Fasciolose. **A Hr. Vet.**, n. 75, p. 65-70, 1993.

BERNARDO; C.C.; AVELAR; B. R, IGNACCHITI; M. D. C. MARTINS; I. V. F.; Maria PEREIRA, J. S. Kit comercial de ELISA® para a detecção de coproantígenos e exame coproparasitológico em bovinos com fígados condenados por fasciolose **Cienc. Rural** v.42 no.11 Santa Maria Nov. 2012

BOWMAN, D. D. Georgis. **Parasitologia Veterinária**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 432 p.

BRASIL. **Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal**. Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA). Aprovado pelo decreto n.9013, 29/03/2017, Regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989. Brasília, 2017. 108 p.

CARDOSO, P.C.M. et al. Primeiro registro de *Lymnaea cubensis* e *Lymnaea truncatula* no Estado de Minas Gerais, Brasil: hospedeiros intermediários de *Fasciola hepática*. **Livro de Resumos do XX EBRAM** - Rio de Janeiro, 05 a 10 de agosto de 2007. 417p. 2007.

CARLTON, W.W.; McGAVIN, M.D. **Patologia veterinária especial de Thompson**, Porto Alegre Artmed, 2 ed. 1990. 753p.

CORRÊA, O. **Doenças parasitárias dos animais domésticos**, Porto Alegre, Sulina, 1971, 348 p.

DUTRA L.H., MOLENTO M.B., NAUMANN C.R., BIONDO A.W., FORTES F.S., SAVIO D. & MALONE J.B. 2010. Mapping risk of bovine fasciolosis in the south of Brazil using Geographic Information Systems. **Vet. Parasitol.** 169:76-81

ESPINOZA, J. R.; TERASHIMA, A.; HERRERA-VELIT, P.; MARCOS, L. Fasciolosis humana animal en el Perú: impacto en la economía de las zonas endêmicas. **Revista Peruana de Medicina Experimental y Salud Publica**, v.27, n.4, p.604-12, 2010.

FARIA, R. N.; CURY, M. C.; LIMA, W.S. *rq. Bras. Med. Vet. Zootec.*, v.60, n.4, p.1023-1025, 2008 **Comunicação [Communication] Concordância entre duas técnicas coproparasitológicas para diagnóstico de *Fasciola hepática* em bovinos** [Evaluation of two available methods to detect eggs of *Fasciola hepática* in cattle faeces].

- FRAGA, J. C. L. **Incidência de fasciolose hepática bovina no Sul do Espírito Santo**. Monografia (Pós-graduação em Defesa e Vigilância Sanitária Animal). Universidade Castelo Branco. Instituto Brasileiro de Pós-graduação Qualittas, 29p., 2008. FOREYT, W. J. **Parasitologia Veterinária**: manual de referência. 5. ed. Rio de Janeiro: Roca, 2005. São Paulo.
- MARTINS IVF, AVELAR BR, PEREIRA MJS, FONSECA AH. Application of a geographical information system approach for risk analysis of fascioliasis in southern Espírito Santo State, Brazil. **Geospat Health**, v. 6, n. 3, p.S 87-S93, 2012.
- MARTINS IVF, AVELAR BR, BERNARDO, C.C.; LEÃO, A.C.; PEREIRA, M.J.S. Distribution of bovine fasciolosis and associated factors in south Espírito Santo, Brazil: an update. **Braz. J. Vet. Parasitol., Jaboticabal**, v. 23, n. 1, p. 23-29, Jan-Mar 2014 ISSN 0103-846X (Print) / ISSN 1984-2961 (Electronic).
- MATTOS, M.J.T.; CUNHA, F.O.V.; MARQUES, S.M.T. Comparison of two parasitological technics in identificacion of eggs with Fasciola hepática. **Revista da FZVA**. 16(1):105-112, 2009.
- MARCOS, L. A.; MACHICADO, A.; ANDRADE, R.; SAMALVIDES, F.; SANCHEZ, J.; TERASHIMA, A. Hepatic fibrosis and Fasciola hepática infection in cattle. **Journal of Helmintology**, v.8, n.4, p.381-386, 2007.
- MÜLLER, G.; JESUS, L.P.; PAULSEN, R.M.M.; SOUZA, C.A. **Prevalência de fasciolose na região sul do Rio Grande do Sul, Brasil**. In: **Congresso Brasileiro de Veterinária**, 1997, Gramado. Anais... p.186.
- MÜLLER, G.; LARA, S.I.M.; SILVEIRA, J.P. et al. Acompanhamento laboratorial do ciclo biológico de Lymnaea viatrix, hospedeiro intermediário de Fasciola hepática. **Revista Brasileira de Agrociências**, V. 4, n. 3, p. 172-176, 1998
- MÜLLER G, BERNE M E A, RAFFI L L, et al. Influência da temperatura na longevidade de metacercárias de Fasciola hepática. **Revista Brasileira de Agrociência**, v. 5, n. 2, p. 164-5, 1999.
- NEVES, D.P. **Parasitologia Humana**. São Paulo: Atheneu, 2005. 494 p.
- PRATA, L. F.; FUKUDA, R. T. **Fundamentos de higiene e inspeção de carnes**. Jaboticabal: UNESP, 2001. 349 p. Apostila.
- SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, do Estado do Espírito Santo (SEGER). Tabela de preços referenciais. Acessado em 30/09/2017. Disponível em: <http://seger.es.gov.br/sistema-de-precos-referenciais-3>. Acesso em 15 abr.2019
- SERRA-FREIRE, N.M.; BORDIN, E.L.; LESSA, C.S.S. et al. Reinvestigação sobre a distribuição da Fasciola hepática no Brasil. **A Hora Veterinária**, V. 1, p.19-21, 1995.
- SILVA, L.L. et al. Filogenia de moluscos do gênero Lymnaea (Basommatophora: Lymnaeidae) inferida a partir de sequências de parte da região 16S do rDNA do DNA

mitocondrial. **Livro de Resumos do XX EBRAM** - Rio de Janeiro, 05 a 10 de agosto de 2007. 417p. 2007.

SILVA, R.E.; LIMA, W.S.; CALDAS, W.S.; CURY, M.C; MALACCO, A.F. Primeiro encontro de *Lymnae collumella* (Say, 1817) naturalmente infectad por estádios intermediários de *Fasciola hepática* (Linnaeus, 1758) na cidade de Itajubá. MG. *In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE PARASITOLOGIA*. GOIÁS, P. 205. 1995.

SIMÕES, A.N.; ALMEIDA, S.L.H. DE; BRAGA, A.F.R.; MARTINS, I.V.F.; DONATELE, D.M.; BARIONI, B.G. Validity of a commercial kit for detection of antibodies in bovine serum in an endemic area for fasciolosis Validade de um kit comercial para detecção de anticorpos no soro bovino em área endêmica de fasciolose 1Braz. **J. Vet. Parasitol.**, Jaboticabal, v. 26, n. 3, p. 372-374, july-sept. 2017

SOUZA, S.P.; KLEM, M.C.A.; COSTA. K.P.; SILVA, L.F. Principais causas de condenação de fígado bovino em estabelecimento sob Serviço de Inspeção Federal na Zona da Mata mineira [Main causes of bovine liver condemnation in an abattoir under the Federal Inspection Services in the Zona da Mata of the state of Minas Gerais **Arq. Bras. Med. Vet. Zootec.**, v.69, n.4, p.1054-1061, 2017

THOMAS I; COLES GC; DUFFUS K. Triclabendazole-resistant *Fasciola hepatica* in southwest **Wales.Veterinary Record**, v. 146, n. 7, p. 200, 2000.

URQUHART, G. M. et al **Parasitologia veterinária**. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

VIEIRA N.P.; FARIA P.B.; MATTOS M.P. PEREIRA A.A. Condenação de fígados bovinos na região sul do estado do Espírito Santo. *On-line version* ISSN 1678-4162 **Arq. Bras. Med. Vet. Zootec.** vol.63 no.6 Belo Horizonte Dec. 2011. Acessado em 08/10/2017. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-09352011000600047>.

**OS DESAFIOS DAS INTEGRAÇÕES DO E-COMMERCE:
HUBS, ERP'S E MARKETPLACE**

**THE CHALLENGES OF E-COMMERCE INBTEGRATIONS:
HUBS, ERP'S AND MARKETPLACE**

Paulo Ricardo de Souza Lima

Rafael Felix Afonso

Hélio Plínio Lopes Coelho¹

André Bessa da Silva²

RESUMO

Este estudo tem por finalidade conceituar o e-commerce e suas formas dinâmicas de integração, voltando a atenção para o setor da tecnologia especializada em vendas online e as dificuldades encontradas pelas empresas no momento da escolha da melhor forma de integração, para que assim se alcance uma melhor gerência de suas lojas virtuais. Demonstrar como os Marketplaces possuem qualidades favoráveis para o e-commerce e, com isso, mostrar o quanto pode desenvolver a economia e o setor de tecnologia e inovação, bem como trabalhar melhor o pós-venda com o uso do Fullfilment integrado às plataformas de integração, junto aos modelos de integrações já existentes neste cenário, as chamadas integrações via HUB, que consistem em centralizar os dados em uma única via de tráfego de dados, a integração via ERP que possui o modelo de descentralização e gerência de dados, dividindo as demais tarefas do sistema em diversos módulos separados, mas que juntos formam o mesmo objetivo de integração e a integração via plataforma, que talvez seja a mais usada no mercado atual, por possuir uma fácil implementação e ser a mais dinâmica com relação às integrações.

Palavras-chave: Integração. E-commerce. Marketplace.

¹ Graduandos em Sistemas de Informação pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Mestrando em Inteligência Computacional na Universidade Cândido Mendes UCAM CAMPOS-RJ. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim - ES.

ABSTRACT

This study aims to conceptualize e-commerce and its dynamic forms of integration, turning its attention to the technology sector specializing in online sales and the difficulties encountered by companies when choosing the best form of integration, in order to achieve this a better management of their virtual stores. Demonstrate how Marketplaces have favorable qualities for e-commerce and thereby demonstrate how much the economy and the technology and innovation industry can develop, as well as better work on aftermarket by using Fullfilment integrated integration platforms , along with integration models already existent in this scenario, the so-called HUB integrations, which consist of centralizing data in a single data traffic path, ERP integration that has the decentralization and data management model, dividing the remaining system tasks in several separate modules, but together they form the same goal of integration and integration via the platform, which is perhaps the most used in the current market, having an easy implementation and being the most dynamic in relation to integrations.

Keywords: Integração. E-commerce. Marketplace.

1 INTRODUÇÃO

Os desafios das integrações do e-commerce via HUB's, ERP's e plataforma com marketplace é o objetivo deste artigo, onde será demonstrado os elementos envolvidos nesta modalidade de comércio tão atual e dinâmica, assim como as dificuldades encontradas neste processo.

O comércio eletrônico tem crescido de forma exponencial, exigindo que as empresas, por meio desta integração adotem essa modalidade e procurem ser cada vez mais eficientes e competitivas, tendo como plano principal a redução dos preços com relação aos da concorrência e, com algum diferencial próprio se sobressair.

Conforme afirma Barbosa (1999, p.45) “a conscientização e adaptação do público a nova forma ou modelo de comércio, vem trazendo uma mudança de comportamento da população que, aos poucos e de modo geral vem se adaptando a um conjunto de rotinas diárias de compras, alavancando ainda mais o comércio eletrônico mundial”.

Conseqüentemente, o enfoque deste artigo está voltado para a visão interna das empresas físicas e virtuais com relação ao *e-commerce* como vantagem competitiva. Vale a pena destacar que o *e-commerce* integrado via Enterprise Resource Planning (ERP) potencializa grandemente seu alcance, principalmente na área de vendas, por se tratar de um sistema que já integra todos os setores de uma empresa através de sistemas interdependentes e específico de cada setor.

As vendas podem crescer sem estarem limitadas ao espaço físico da empresa, gerando um volume considerável de pedidos e faturamento. Mas, por outro lado, aparecem problemas que devem ser resolvidos ou evitados, como o controle de estoque desorganizado e desatualizado, por exemplo, ocasionando infortúnios, segundo Rezende (2017).

Conforme afirma Blokdyk (2018, p. 43) “a integração via HUB é a mais segura com relação as demais formas de integração, onde muitas empresas optam exatamente por esta característica”. Na verdade, ele funciona como uma ponte entre a loja virtual e o marketplace ou ERP. Há um número crescente de empresas e algumas muito conhecidas e consolidadas no mercado que passaram a adotar este tipo de integração devido as grandes vantagens oferecidas.

Segundo os dizeres de Giorgia (2015, p. 87) “este método de integração via plataforma sem dúvidas é o que mais se encaixa no *e-commerce* devido à grande demanda de processamento quando se procura eficiência na transformação de dados em informação para as grandes lojas de vendas”. Em outras palavras, o volume de tratamento de dados são enormes, o que é um dos pontos fracos de outros tipos de integração.

Com os resultados obtidos, estima-se ampliar o entendimento sobre *e-commerce* e as integrações via ERP, HUB e plataforma, bem como suas possíveis dificuldades, tornando de fácil entendimento sua importância como uma ferramenta extraordinária e, o order by fulfillment é descrito como o conjunto de tecnologias envolvidas no marketplace é responsável pelo fechamento ideal do círculo de vendas, fidelizando o cliente e favorecendo o pós-venda.

A escolha deste tema foi determinante, haja visto que o objeto principal deste estudo está voltado para o comércio, de modo a auxiliar o comércio eletrônico e, principalmente, trazer possíveis soluções quanto a escassez de material referente a integrações de e-commerce, marketplace, HUB, ERP, plataforma e suas tecnologias.

2 DESENVOLVIMENTO

A estratégia para um redirecionamento dos modelos de integrações de *e-commerce* naturalmente não poderiam ser outra se não harmonizar todo o aspecto de modelo de vendas online como um modelo informal e novo pois, trata-se de uma forma de comércio que sofreu bastante rejeição até pouco tempo atrás, sendo mal visto por muitos, por considerarem os sites como inseguros e sem muitas regras legislativas, justamente no momento em que o *e-commerce* necessitava de mais força e incentivos para crescer.

Superado o longo período de conscientização e adaptação do público ao novo modelo de comércio, este passara a fazer parte da vida das pessoas, trazendo eficiência e comodidade em suas rotinas diárias, alavancando ainda mais o comércio mundial. (BARBOZA, 1999).

Com o surgimento das redes sociais, o uso da internet tornou-se cada vez mais acessível e menos burocrático, fazendo surgir um momento favorável para que as vendas online entrassem em cena, garantindo seu espaço no mercado como uma grande aliada à economia e, principalmente, no âmbito da tecnologia que cresceu consideravelmente junto às empresas que apostaram no novo modelo de vendas no mundo, vindo a ser mais formal perante aos consumidores e, assim, conseguem tirar o melhor proveito daquilo que os meios proporcionam, de forma mais programada. (AGARWAL; TANNIRU; DACRUZ, 1992).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Conceitos de Integração no e-commerce

Certamente, o conceito de integração como o próprio termo diz vem do significado de incorporação de um elemento num conjunto. O livro “O problema da Integração”, de Rui Pena Pires, conceitua essa integração como um estudo da sociologia e as formas de interação dos indivíduos na sociedade. Porém o que se extrair dessa análise é somente o sentido da palavra integração, já que no universo da computação esse termo é totalmente convertido a linguagens de máquinas e equações binárias (PIRES, 2012).

A integração no *e-commerce*, como tudo na computação, se assemelha muito aos comportamentos humanos e um bom exemplo disso relaciona-se ao processo de análise entre duas pessoas que não mantém comunicação constante se comportarão em uma determinada situação de interação. Feito essa análise, fica fácil entender que ambos não saberão muito o que dizer para o outro pois, não conhecem a procedência de quem está a sua frente e, portanto, de modo natural se manterão calados até que se inicie o processo de conhecimento e entendimento entre eles, para que, posterior a esse processo, os indivíduos saibam o que dizer e fazer (CARDOZO, 2014).

Como no exemplo no processo de integração do *e-commerce*, segue-se está mesma dinâmica. Todavia, o que muda é que no lugar de pessoas são máquinas ou softwares programados para executarem uma determinada tarefa e, a partir dessas tarefas pré-programadas surgem os problemas mais comuns neste segmento, que são as falhas nas integrações (DE SORDI; JÚNIOR, 2004).

O problema quando se está integrando um determinado tipo de software à outro software geralmente se dá pelas suas divergências em relação a processos, linguagem de programação e layout, que acabam limitando a capacidade de interação entre os dois sistemas. Pensando nesse fato as empresas criadoras de softwares estão a cada dia buscando ideias inovadoras que prometem solucionar esse tipo de problema e, conseqüentemente, obterão lucro com essa criação, pois não existe uma solução específica para este tipo de segmento (ABE, 2017).

O conceito de integração no *e-commerce* é algo variável e que não possui um padrão determinístico pois, dependerá de qual plataforma a empresa está usando ou qual tipo de ERP (OLIVEIRA; RAMOS, 2002). Porém, o método de análise e desenvolvimento dessa implementação é o fator que determinará qual o modelo de sistema melhor se adapta, seguindo o raciocínio da necessidade de se criar algo novo, ou que talvez já exista, como uma solução pronta que alguma outra empresa já faz uso, que poderá ser aplicada exatamente no problema levantado na fase de análise anterior. (TORRES, 1999).

Existem diversos tipos de integrações com vários segmentos e formas de serem aplicados. Segundo a revista E-Commerce Brasil, em uma publicação de Wilson da Silva Resende, Presidente fundador da DB1 Global Software e CEO da ANYMARKET (acesso em 24 de setembro), a dúvida principal do lojista que possui sua loja virtual ou ERP é quanto a integrar-se com os canais de vendas por meio de HUB, ERP e plataformas com o marketplace, que usualmente é definido como um grande mercado com diversas opções de compras para quem os frequenta.

A partir disto, pode-se esclarecer qual a melhor opção a ser escolhida, analisando todos os pontos, sendo os principais: eficiência no processamento, consistência nos dados e segurança nas transações, que fazem toda a diferença no momento de escolher o serviço e a melhor visão de logística para o qual o sistema será proposto, buscando analisar a melhor opção, pois nem sempre as soluções mais caras trarão o resultado esperado, sendo que por outra alternativa deveria ter utilizado um determinado método mais eficiente e com custo benefício maior, além de poder vir acompanhado de um belo layout e de fácil manuseio (SORDI; MARINHO, 2005).

3.2 Integração via Enterprise Resource Planning (ERP)

Trata-se de um conjunto de softwares responsáveis por controlar e administrar todo o sistema, integrando os processos em um único local, facilitando o controle e o gerenciamento dos mesmos. Existem vários processos que controlam e dão apoio a tomada de decisão, interligados em um único sistema de controle, sanando assim a necessidade de tratar cada processo isoladamente. Com este feito, a empresa

consegue mais subsídios e organiza melhor o seu planejamento, cortando gastos e ampliando sua cadeia de produção, tornando-se mais eficiente com os custos reduzidos e melhorando a qualidade dos seus produtos. (SOUZA, 2003).

A Figura abaixo demonstra o fluxo de integração do ERP x Marketplace. Vejamos:

Figura 1: Estrutura típica de funcionamento de um sistema ERP integrado ao marketplace.



Fonte: REZENDE, Ilson da S.,2017

A integração com o marketplace é mais uma função do sistema que disponibiliza dados do produto no próprio marketplace. O ERP é descrito como um sistema integrado, que divide o mesmo banco de dados, contendo o fluxo das informações por todos os setores da empresa, otimizando a sua gestão para alcançar seus objetivos e dar apoio a tomada de decisões.

Este sistema é projetado para suportar usuários múltiplos e simultâneos, interagindo e acessando ao mesmo tempo o canal de vendas, consultando frete, realizando pesquisas de preços, integrando estoque ou pedidos. O controle de estoques, pedidos pendentes e pagamentos que entram via marketplace, torna-se o grande problema a ser solucionado, pois se não fizer um controle rigoroso não será possível a empresa obter o seu estoque totalmente potencializado em todos os canais de vendas, levando obrigatoriamente a prática de realizar reservas técnicas (REZENDE, 2017).

Com o propósito de atuar em um ambiente real, buscou-se evoluir e simplificar o software para que assim, seja implantado com as adaptações necessárias que as demandas do mercado exigem por conta da constante evolução e dinamismo que são exigidos pelo software no mundo atual (FIORINI et al,1988).

3.3 Integração via Hub

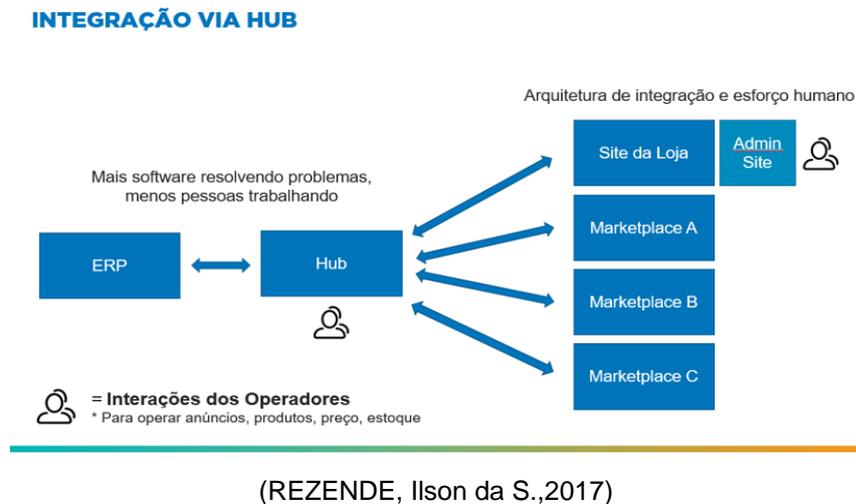
A integração via HUB é sem dúvidas o tipo de integração mais segura e diferenciada em comparação as integrações via ERP's e plataformas de lojas virtuais existentes no mercado, pois seu estilo de layout é o definidor de como será a estruturação tanto do código fonte, quanto aos parâmetros que são utilizados para com seus clientes que irão integrar com sua plataforma de integração.

As formas de interações com o marketplace é o que faz desse modelo o mais específico para o empresário que está em busca de segurança nas transações de pedidos e envios de pedidos por SKUs, gerando um código para cada produto cadastrado, disponibilizando assim a função de evitar duplicidade no cadastro que é a característica principal do HUB, tornando-se um meio facilitador para o usuário determinar com mais facilidade e agilidade quais os produtos ficarão disponíveis no marketplace para compra dos clientes (PESSIN, 2016).

O diferencial do HUB dentre as demais integrações é que este está diretamente ligado ao marketplace, não existindo no mercado, até então, algum tipo de HUB que possa administrar tanto a loja virtual quanto o marketplace. Tecnicamente, o HUB se classifica como uma espécie de “ponte” entre a loja virtual ou ERP ao marketplace pois, ele não realiza cadastro de pedidos e produtos, somente repassa a informação para os sellers, que é o nome atribuído ao acesso web do canal do marketplace em uso integrados a ele (BLOKDYK, 2018).

A Figura 2 aduz o fluxo de integração do HUB x Marketplace, juntamente com o ERP integrado ao HUB.

Figura 2: Estrutura típica de funcionamento de um sistema HUB integrado ao marketplace.



Dentre as funcionalidades de maior expressão do HUB, é transacionar as informações do marketplace com seus afiliados, parceiros de negócio que ofertam seus produtos nos portais de vendas como por exemplo a Magazine Luiza, o Shoptime, a Ponto Frio, dentre outros. A empresa que hoje atua fortemente no setor e faz suas integrações via HUB com a maioria de seus parceiros é a B2W, empresa na qual está sediada no Estado do Rio de Janeiro e que fora fundada pelos mesmos empresários que criaram as Lojas Americanas.

Essa empresa possui suas atividades voltadas para o *e-commerce* e, tem se tornado uma forte aliada no crescimento e difusão desse tipo de integração no país, tornando-se referência neste segmento (STONE, 2017).

Dentre outras empresas também está a Skyhub, empresa de tecnologia sediada na cidade de Itaim Bibi, em São Paulo (acesso em 15 de novembro de 2018), que disponibiliza o HUB a seus clientes em formato de plataforma web, onde tem-se total controle das transações realizadas entre o marketplace e o ERP. Essa plataforma foi desenvolvida especialmente para integrar com os sellers da B2W, sendo o único em questão que pode ter homologação para comunicação com os canais de vendas da B2W, tornando-se assim, um dos mais seguros e consistentes métodos de integração realizados no Brasil, trazendo confiança no momento da escolha do melhor caminho a seguir quando se está entrando no mercado e-commerce, pois quando se fala de

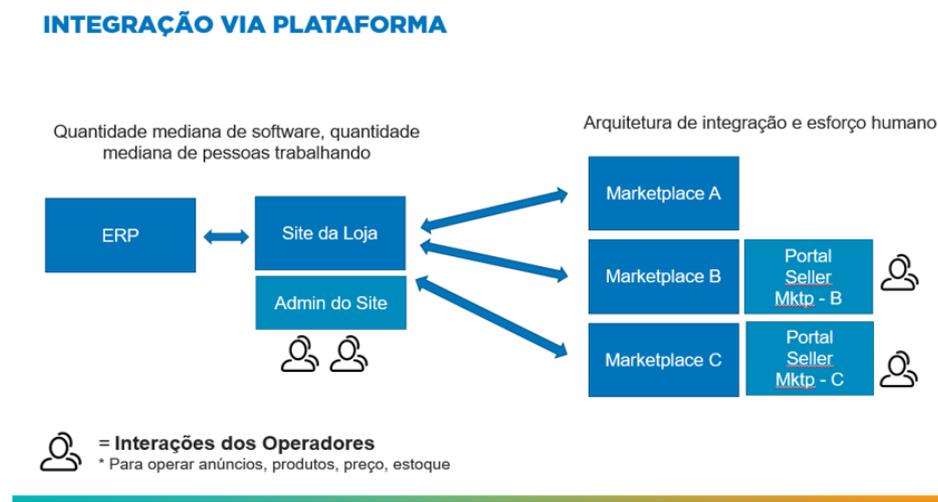
comércio eletrônico o ponto chave são a segurança dos dados tanto dos clientes quanto das empresas. (Skyhub).

3.4 Integração Via Plataforma

A integração via plataforma é o método de integração no *e-commerce* que mais se encaixa a grande demanda de processamento quando se está procurando eficiência na transformação de dados em informação para os proprietários de grandes lojas de vendas. Devido a sua alta eficiência no tratamento dos dados que chegam dos marketplaces e que saem para o ERP, é que posteriormente dará prosseguimento no processo de faturamento do pedido (GIORGIA, 2015).

A Figura 3 demonstra o fluxo de integração da Plataforma x Marketplace, juntamente com o ERP integrado ao site da loja, que é a própria plataforma em si, observe:

Figura 3: Estrutura típica de funcionamento da plataforma web integrada ao marketplace.



O processo de integração via plataforma, segundo publicação na revista E-commerce Brasil (acesso em 28 de setembro), discorreu à cerca da importância desse método de integração, pois tratam-se de plataformas robustas e que foram pensadas para suportarem um grande volume de dados, sem que se perca a eficácia.

Algumas plataformas já chegam equipadas com integrações pré-programadas para alguns tipos de marketplaces ou ERP's que, normalmente, possuem recursos para adequar o catálogo em cada marketplace, ajudando o usuário a não perder tempo com complemento de informações do catálogo de produtos para cada marketplace, obtendo assim, cadastros mais completos e bem feitos em um único local (REZENDE, 2017).

Este método de integração tem como funcionamento básico o foco na centralização dos dados, o que nada mais é que uma loja virtual construída em cima de uma plataforma robusta onde chegam vários pedidos, tanto dos marketplaces integrados, quanto das demais lojas secundárias também integradas. A partir deste feito, a informação será centralizada e encaminhada para o software ERP para o tratamento do pedido. Logo depois de faturado o pedido e confirmado o pagamento da parte do cliente fará o caminho inverso, voltando o status de faturado para o cliente que aparecerá no portal do seller ou marketplace no qual ele tinha efetuado a compra (SOUZA, 2005).

Porém esse tipo de integração não é muito adequada para quem produz seu próprio produto, como fábricas do setor moveleiro dentre outros tipos de segmento fabril, pois esse tipo de comércio de fabricação própria necessita de uma personalização com relação às vendas e controle de fabricação dos produtos que, neste caso, ficaria por parte do software ERP toda a movimentação de estoque, integração com os marketplaces e até mesmo o abastecimento dos portfólios da própria loja virtual, sendo de caráter inviável o retrabalho gerado com relação às mudanças constantes de layouts de produtos que necessitam ser de mais fácil implementação e uso sem burocracias de protocolos para as alterações que esse tipo de método de integração exige.

3.5 Fulfillment: pós-venda

Fulfillment ou order fulfillment significa atendimento de pedidos e isso realmente representa o pós-venda no comércio eletrônico e é sobre isso que será tratado nesta parte do artigo.

O fulfillment é um processo que é comum em muitos países desenvolvidos e que já trabalham com marketplace a muito tempo. Este termo é comumente utilizado para definir todos os processos que são envolvidos na operação de uma loja virtual após a realização de uma venda e para assegurar o recebimento, processamento e entrega de produtos ao consumidor final (UNIVERSO MARKETPLACE BY OLIST, 2016).

Ainda que seja uma etapa trivial para qualquer empresário do ramo de comércio eletrônico, muitos se perguntam o que é e para que serve o order fulfillment e como relacionar este termo com o negócio.

Quanto maior o conhecimento do processo, melhor ficará para identificar as maneiras de otimizá-lo e isso é fundamental para poder diminuir custos e ampliar a competitividade do negócio, tanto para aumentar a qualidade do serviço de atendimento ao cliente, quanto para redução dos custos, provocando a diminuição dos preços praticados aos clientes. Verificando, entendendo e reconhecendo as diversas etapas do fulfillment, conforme Blog Universo Marketplace, fez-se necessário objetivar os seguintes termos:

- **Estoque:** o armazenamento dos produtos é o processo inicial para todos os produtos que serão vendidos. Isso poderá ser feito através da montagem de um armazém próprio ou podendo utilizar estoque de terceiros conhecido pelo nome de dropshipping. Em ambos os casos, é importantíssimo e necessário contar com sistemas que possam garantir excelente controle de inventário e reposição de estoque imediatamente após as vendas;
- **Separação (Picking):** tão logo os pedidos são processados e é necessário localizar os produtos dentro do estoque, seja ele próprio ou não e coletar as quantidades que serão remetidas para o cliente. É neste momento que se evidencia como é a organização interna da empresa e a eficácia de seus processos;
- **Embalagem (Packing):** após selecionar e separar os produtos, precisar-se-á de embala-los de forma correta para que não ocorra nenhum tipo de avaria durante a saída da empresa e durante o frete. Esse processo tem que ser ágil e simultaneamente qualificado, sem que isso possa vir a onerar o processo de forma extraordinária;

- **Transporte:** com o produto embalado, resta agora encaminhar a encomenda do armazém até o endereço de entrega, garantindo pontualidade, segurança e integridade dos itens enviados. Isto demanda soluções altamente tecnológicas que permitam o rastreamento em tempo real;
- **Pós-entrega:** nesta etapa muitas empresas teimam em desconsiderar, porém é de suma importância coletar o feedback do cliente após o recebimento de suas mercadorias e também a administração dos casos de trocas e devoluções, que exigirão a estruturação de um sistema de logística reversa.

Com essas informações surge a dúvida: por que é crescente a preocupação com fulfillment? O fulfillment afeta especialmente os custos e a reputação da loja virtual e, a credibilidade deve ser o maior patrimônio para loja virtual, pois a confiança do seu cliente leva muito tempo para ser conquistada e apenas alguns minutos para ser perdida.

As despesas com armazenagem, manuseio, preparação e transporte dos produtos costumam ser bastante onerosas para o negócio, com pouco poder de barganha. Em geral, só é possível reduzir esses custos por meio de otimizações pontuais, como o ajuste de rotas, melhoria de processos, etc., e isso provém de organização, estudos e investimentos, por isso o fulfillment bem executado garante pontualidade nas entregas e evita problemas como a perda de produtos ou avarias durante o frete, garantindo um índice de satisfação do consumidor além de favorecer a reputação da marca, resultando mais vendas.

Pensando em obter maior comodismo e segurança, algumas empresas decidem terceirizar os processos do fulfillment, não só no Brasil, mas em muitos países como os Estados Unidos, aproveitando-se do know how de empresa consolidadas nesta área, como a Fulfillment by Amazon (FBA), no qual a Amazon gerencia o recebimento, expedição e envio de produtos de lojistas que vendem por meio de marketplace. No Brasil existem agentes privados que oferecem serviços semelhantes com os Correios.Log, DHL e-Fulfillment e Direct Log Fulfillment.

4 METODOLOGIA

Os métodos utilizados para abstração dos fatos neste trabalho consistem na análise qualitativa do e-commerce e suas integrações, tanto para as áreas de vendas nas lojas virtuais, que são utilizadas por comerciantes ou empresas voltadas para o comércio atacadista, quanto as empresas de tecnologia, que contribui para que o e-commerce funcione de fato.

A análise descritiva da pesquisa em questão foi realizada através de entrevistas e pesquisas de campo em empresas de tecnologia que possuem sua sede no estado do Espírito Santo. Também foram entrevistados representantes de empresas que atuam no Estado, porém não possuem sede no mesmo, mas que prestam serviços a algumas empresas que utilizam suas plataformas de lojas virtuais ou outros serviços do setor de tecnologia da informação (TI), juntamente com informações dos usuários das plataformas e lojas virtuais, que são as empresas que vendem por meio dos canais e-commerce e marketplace no Brasil.

Através do estudo bibliográfico levantado e analisado, busca-se o entendimento que o setor e-commerce poderá oferecer de pontos positivos a serem aplicados no momento da realização das integrações de suas lojas virtuais com o mundo, especialmente para tecnologia voltada ao desenvolvimento especializado no e-commerce, o quanto necessita da evolução e a busca de inovações, trazendo assim incentivo ao surgimento de novas startups nativas, não só no Estado do Espírito Santo, mas como em todo o Brasil.

Para tal, buscou-se favorecer o pós-venda dos produtos comercializados nas lojas virtuais para que sejam cada vez mais explorados e com ampla visibilidade no uso do marketplace e, conseqüentemente, passem a integrar suas lojas com os métodos de integração já existentes, bem como aliar a qualidade especializada, fazendo a diferença no momento da contratação do serviço a ser prestado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou um conjunto de métodos de manipulação de dados de natureza quantitativa e qualitativa, provenientes de fontes heterogêneas de informação, com o objetivo de agregá-los através de um processo de fusão de dados por combinação de informações, de modo a melhorar a qualidade, a confiabilidade e a credibilidade da informação final assim obtida.

Os métodos apresentados ao longo do texto propõem uma representação da informação vinculada aos vários tipos e métodos de integrações possíveis em um cenário de integração e-commerce, tornando possível à integração de dados de diferentes naturezas de um modo coerente e otimizado.

As principais dificuldades encontradas na elaboração deste estudo envolveram a busca por trabalhos relacionados, já que a maioria dos trabalhos encontrados se referem de modo específico a explicar como o e-commerce funciona em termos de vendas.

6 REFERÊNCIAS

ABE, René. Inovação é potência motriz que move o e-commerce. In: BRASIL, E-commerce (Org.). **Um panorama e perspectivas de crescimento para o e-commerce**. 42. ed. [S.l.: s.n.], 2017. cap. 62, p. 62-64. v. 07.

AGARWAL, A.R., M.R. Tanniru & M. Dacruz. Knowledge-Based Support for Combining Qualitative and Quantitative Judgements in Resource Allocation Decisions, **Journal of Management Information Systems**, v. 9, p. 165-184, 1992.

BARBOZA, M.C.S. **Mecanismos para a integração de informações: fusão de dados quantitativos e qualitativos com aplicação à estimação de estado de sistemas de potência**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Pós-Graduação em Computação, Niterói, 1999.

BLOKDYK, Gerardus. **Cloud Hub A Complete Guide**. [S.l.]: 5STARCOOKS, 2018. 280 p. v. 1.

CAIÇARA JUNIOR, C. (2012) **Sistemas Integrados de Gestão ERP: uma abordagem gerencial**. 4. ed. Curitiba: IBPEX DIALÓGICA.

CARDOZO, Carolina Garcia. **A importância do relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho**. 2014. 11 f. Dissertação (Psicologia) - Centro Universitário da Grande Dourados, Dourados - Mt, 2014. 8. Disponível em: <https://www.unigran.br/interbio/paginas/ed_anteriores/vol8_num2/arquivos/artigo3.pdf>. Acesso em: 22 set. 2018.

SORDI, Jose Orvalho de; MEDEIROS JÚNIOR, Gildo. **Abordagem sistêmica para integração entre sistemas de informação e sua importância à gestão da operação**: análise do caso GVT: gestão e produção. 2004. 12 f. dissertativo (Programa de Mestrado em Gestão de Negócios) - Universidade Católica de Santos, Universidade Católica de Santos, Santos -sp, 2005. 13. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n1/29580.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2018.

GIORGIA, Morgana. Sistema Erp: um estudo exploratório numa empresa do setor têxtil do agreste pernambucano. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, Universidade Federal de Pernambuco –, Pernambuco, 2015. 2. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=17&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjB5N6gi9_dAhVQmJAKHQ_EARgQFjAQegQIAxAC&url=http%3A%2F%2Frepositorio.roca.utfpr.edu.br%2Fjspui%2Fbitstream%2F1%2F2010%2F1%2FFPB_COADS_2013_2_08.pdf&usg=AOvVaw1DJm1IFwyJxrlHisIA6Rbb>. Acesso em: 28 set. 2018.

SOUZA, Luiz Gustavo G. de. **ERP**: Principais conceitos, vantagens e desvantagens. 2005. 46 f. dissertativo (Ciência da Computação) - Faculdade de Ciência da Computação e Comunicação Social – FACICS, Barbacena, 2005. Disponível em: <<http://ftp.unipac.br/site/bb/tcc/tcc-a1e2bae285863c7db684d73078938897.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2018.

O'BRIEN, J. A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na internet**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

OLIVEIRA, M.A.; RAMOS, A.S.M. Fatores de Sucesso na Implementação de Sistemas Integrados de Gestão Empresarial (ERP): Estudo de Caso em uma Média Empresa. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção. **Anais**. Curitiba, 2002

PIRES, Rui Pena. **O problema da integração**. 2012. 34 f. Dissertação (Sociologia)- Instituto Universitário de Lisboa (ISCTEUIUL), Instituto Universitário de Lisboa (ISCTEUIUL), Lisboa. Portugal, 2012. XXIV. Disponível em: <[http://InstitutoUniversitario.deLisboa\(ISCTEUIUL\)](http://InstitutoUniversitario.deLisboa(ISCTEUIUL))>. Acesso em: 22 set. 2018.

REZENDE, Ilson da Silva et al. (Org.). **Um panorama e perspectivas de crescimento para o e-commerce**. 42. ed. [S.l.: s.n.], 2017. p. 34-37. v. 07.

SORDI, José Osvaldo de; MARINHO, Bernadete de Lourdes. Integração entre sistemas: análise das abordagens praticadas pelas corporações brasileiras. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 9, n. 23, p.78-93, abr. 2007. Disponível em: Acesso em: 24 de setembro de 2018.

STONE, Brad. **A loja de tudo**. 1. ed. [S.l.: s.n.], 2017. 400 p. v. 1.

TORRES, Marcio Soares. **Proposta de um método para a implantação de um sistema de planejamento fino da produção baseado na teoria das restrições.** 1999. 196 f. dissertativo (engenharia de produção) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 1999. 1. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2944/000284154.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 set. 2018.

ERGONOMIA PARA QUALIDADE DE VIDA E AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

QUALITY OF LIFE ERGONOMY AND INCREASED PRODUCTIVITY IN ORGANIZATIONS

Lillian Abreu Castilho
Vanessa Januário Fardin
Douglas Viganor Silva ¹
Maycon da Silva Delatorri ²

RESUMO

A Qualidade de Vida no Trabalho é imprescindível no que diz respeito ao contexto organizacional de qualquer empresa, já que, é por meio dela que se é possível ter o comprometimento dos trabalhadores para o desempenho das tarefas e, por conseguinte, alcançar os objetivos pretendidos pela organização. Da mesma forma, a Qualidade de Vida no Trabalho tem o intuito de proporcionar melhorias nas condições de trabalho, envolvendo variáveis ambientais, comportamentais e organizacionais na tentativa de humanizar o trabalho e amenizar os conflitos entre trabalho e capital, possibilitando um equilíbrio entre a produtividade e o bem estar dos funcionários e, conseqüentemente, resultando em uma maior probabilidade de se alcançar a qualidade de vida familiar, social e pessoal, mesmo sendo esferas diferentes. O artigo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, que possibilita maior conhecimento sobre o assunto abordado e discorre brevemente a importância do trabalho na vida de todo ser humano como agente motivador e para a empresa como vantagem competitiva. Esta necessidade surge a partir das transformações sucedidas decorrente da globalização mundial que vem forçando as organizações a procurarem novos métodos e técnicas para que possam competir com uma diferenciação em um mercado que progressivamente se torna ainda mais exigente.

¹ Graduandos em Administração de Empresas pela Faculdade Multivix Cachoeiro.

² Mestre em Administração pela Faculdade FUCAPE. MBA Executivo em Recursos Humanos pela Centro Universitário São Camilo. MBA em Gestão da Qualidade e Certificações pela Faculdade do Centro Leste - UCL. Especialista em Educação a Distância pela Faculdade Unopar e Bacharel em Administração pela Faculdade de Castelo - Facastelo. Professor Universitário na Faculdade Multivix de Cachoeiro de Itapemirim. - mdelatorri@hotmail.com.

Palavras-chaves: Qualidade de Vida. Trabalhador. Organização.

ABSTRACT

The Quality of Life at Work is essential with regard to the organizational context of any company, since it is through it that it is possible to have the commitment of the workers to the performance of the tasks and, therefore, to achieve the objectives intended by the organization. Likewise, the Quality of Life at Work aims to provide improvements in working conditions, involving environmental, behavioral and organizational variables in an attempt to humanize work and ease conflicts between work and capital, allowing a balance between productivity and the well-being of employees and, consequently, resulting in a higher probability of achieving family, social and personal quality of life, even if they are different spheres. This article was developed through bibliographic research, which enabled a greater knowledge about the subject addressed and briefly discusses the importance of work in the life of every human being as a motivating agent and for the company as a competitive advantage. This need arises from the transformations that have occurred as a result of global globalization, forcing organizations to seek out new methods and techniques so that they can compete with a differentiation in a market that progressively becomes even more demanding.

Keywords: Quality of Life. Worker. Organization.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das gerações, o homem fez do trabalho sua principal condição de sobrevivência através da prática da pesca, caça e agrícola. Com o passar dos anos, os indivíduos começaram a manusear do escambo, ou seja, a troca daquilo que era dispensável por aquilo que realmente era necessário em seu trabalho ou por outros bens materiais. Por conseguinte, o trabalho passou a ser a própria moeda de transição, seja por moradia, vestimentas e alimentos ou por qualquer outra forma de remuneração.

A qualidade de vida provoca em produzir, conservar e aprimorar o ambiente de trabalho quer seja em seus requisitos sociais, físicos ou psicológicos, resultando em um ambiente de trabalho harmonioso, amigável e melhorando consideravelmente a qualidade de vida das pessoas na organização (CHIAVENATO, 2008).

Adentro ao ambiente organizacional, há uma interação com indivíduos, cada um com suas particularidades, personalidades e conceitos sobre determinados assuntos e questões. Porém, no ambiente organizacional as pessoas formam e pertencem a um grupo. Os objetivos e metas do grupo sempre devem prevalecer sobre os objetivos individuais e todos devem estar engajados para alcançarem os objetivos traçados no planejamento pela organização (FAYOL, 1990).

Logo, por outro lado, sabe-se que o trabalho em grupo não é nada fácil. O ser humano está sujeito a discordar e concordar de alguém a qualquer momento, o que pode resultar em algum tipo de divergência ou aflição, estimulando assim o surgimento de alguns sintomas como o estresse e o esgotamento. Esse tipo de situação está submetida à maioria das empresas existentes na contemporaneidade. Vale ressaltar, ainda que, mesmo com a inexistência de conflitos os indivíduos estão sujeitos a todo o estresse e esgotamento que podem ser desencadeados no ambiente de trabalho por conta da alta competitividade e, por conseguinte, a alta pressão.

O desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas dependem do seu trabalho, visto que elas passam a maior parte do seu tempo no ambiente organizacional, onde devem obrigatoriamente exercer suas funções. O ambiente de trabalho, as tarefas a serem executadas e os parâmetros de relacionamento são elementos que precisam proporcionar o desenvolvimento da criatividade, da inteligência, das potencialidades e percepção de cada um.

Com o mercado altamente competitivo, as empresas começam a se preocupar cada vez mais com suas colocações perante os concorrentes e com o lucro, passando a exigir mais dos seus colaboradores, como por exemplo, altos índices de resultados em prazos cada vez menores e, conseqüentemente, mais horas trabalhadas, tendo como objetivo produzir mais com menos esforço humano possível. Contudo, diante a exposição que indivíduo sofre no ambiente organizacional, este estudo tem como objetivo identificar e descrever a importância da Qualidade de Vida no Trabalho, bem como mostrar a vantagem competitiva, o diferencial que a empresa pode obter ao aderir os programas de qualidade e a importância da ergonomia e das políticas de qualidade de vida no trabalho, mantendo os trabalhadores sempre comprometidos para alcançarem os objetivos estabelecidos pela organização.

2 QUALIDADE DE VIDA

O termo qualidade relaciona-se a um caráter do objeto. Em um sentido filosófico, significa método de estabelecer valores, estipular um padrão adequado ou insatisfatório a algo, para assim, caracterizar sua qualidade e conseqüentemente uma atribuição subjetiva. Quando atribui-se valores a um instrumento, está subentendido a realidade de sua existência, portanto, o que se analisa é o seu valor perante as variáveis que o rodeiam e não a presença ou ausência deste no mundo concreto (BETTI, 2002).

A qualidade de vida engloba outros significados, equivalendo-se a conhecimentos, experiências e valores individuais e coletividades, reportando-se em épocas, espaços e histórias diferentes, gerando assim uma construção social com a marca da relatividade cultural. A qualidade de vida é uma noção que acima de tudo é humana, que aproxima-se ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social, ambiental, como também ao estado psicológico e emocional, e até mesmo à própria aparência existencial. O termo indica o nível das condições básicas e suplementares do ser humano (MINAYO, 2000).

Em contrapartida, Ramos (1995) sucedeu uma crescente preocupação com a Qualidade de Vida, pois por um lado, existe um maior desenvolvimento científico, tecnológico e social os quais levam as pessoas a formas mais confortáveis de vida. Por outro, encontra-se a certificação de que há um empobrecimento da sociedade, que é resultante de seu desenvolvimento. A qualidade de vida é o objeto de desejo dos indivíduos, mas por conta de fatores econômicos e sociais, ela aparenta ser distante e inalcançável.

2.1 A Importância da Qualidade de Vida nas Empresas

De acordo com Chiavenato (2004) a qualidade de vida no trabalho está atrelada a necessidade do bem-estar e a saúde dos colaboradores através dos seus desenvolvimentos nas tarefas. O autor completa que os processos estão voltados aos aspectos físicos, clima organizacional e psicológico do ambiente de trabalho, e com

isso interferindo no desenvolvimento dos colaboradores e, portanto, resultando na produtividade e nos lucros da empresa.

Para Fernandes (1996) qualidade de vida no trabalho vai além de atos legislativos que protegem o trabalhador, engloba também as necessidades humanas, e enfatiza a ideia de humanização do trabalho e a responsabilidade social da empresa. A qualidade de vida no trabalho é ouvir as pessoas e reconhecer seu potencial, é procurar saber o que elas sentem, o que querem, o que pensam e assim, saber utilizar o máximo de seu potencial para então desenvolver as pessoas, e com isso, criar condições para elas, e por fim, para que consigam desenvolver a empresa.

Segundo França (1997), qualidade de vida no trabalho se constrói aplicando uma sequência de metodologias dentro da instituição que trata do aperfeiçoamento e reforma das práticas gerenciais e culturais visando o conforto do colaborador de acordo com as conveniências da instituição, este é a visão da perspectiva biopsicossocial sempre preservando o bom desenvolvimento dos resultados, a autora complementa que esta visão implica no apontamento das falhas e corrigi-las para ser possível oferecer condições de trabalho pelas instituições, devendo proporcionar uma boa saúde física, psicológica e sentimental para os colaboradores.

Segundo Rodrigues (1994) qualidade de vida no trabalho é uma preocupação do homem desde o começo, com outros termos e outras formas, porém sempre com a intenção de entender a satisfação e o bem estar do funcionário na execução de suas tarefas. Apesar de tais conceitos serem extensos e genéricos, mesmo assim não são entendidos e praticados pelas organizações e com isso causar frustrações nos colaboradores.

Com isso Fernandes (1996) afirma que, a qualidade de vida na empresa consiste na aplicabilidade de uma filosofia humanista na introdução de métodos participativos, onde visa-se modificar aspectos do ambiente trabalhador, com intuito de criar situações favoráveis dos empregados e à produtividade da organização. Sendo notório que as despesas com melhores condições de vida no trabalho, são investimentos que pode –se gerar um futuro com qualidade de produtos e serviços, aumento na produtividade, participação de mercado e competitividade.

Rodrigues (1994) também afirma que a grande razão das organizações são as pessoas, por desempenharem tarefas e movimentarem as organizações. Para um bom rendimento as empresas necessitam de ter conhecimento de que ter indivíduos motivados e que apoiam a empresa é o ponto chave de uma organização, sendo de suma importância preservar a qualidade de vida no trabalho, já que através dela que as empresas podem atingir grandes níveis de produtividade.

2.2 A Importância da Qualidade de Vida para o Trabalhador

A primeira vez que a terminologia qualidade de vida foi mencionada data de 1920, em um livro de economia e bem estar, escrito por Pigou. O autor discutiu sobre o suporte governamental para pessoas de classes sociais menos favorecidas e o impacto sobre suas vidas e sobre o orçamento do Estado (NAHAS, 2010).

Mesmo sendo mencionado em um livro, o termo foi esquecido durante algum tempo. Todavia, a expressão foi usada, novamente, por Lyndon Johnson, no ano de 1964, pelo presidente dos Estados Unidos da América, quando ele declarou que os objetivos não poderiam ser medidos por meio do balanço dos bancos, ou seja, só poderiam ser medidos por meio da Qualidade de Vida que seria proporcionado às pessoas (PASCHOAL, 2001).

A qualidade de vida tem em sua essência a intenção de trabalhar a motivação humana, tentando entender as necessidades do colaborador e o que o impulsiona a trabalhar melhor e mais engajado. Entende-se que a qualidade de vida como um conjunto harmonioso e equilibrado de realização em todos os níveis: saúde, trabalho, lazer, sexo, família, desenvolvimento espiritual (RAMOS, 1995).

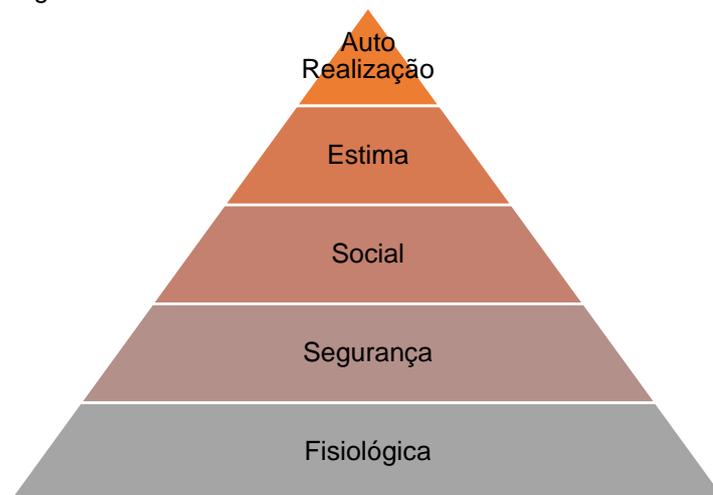
A qualidade de vida sempre esteve presente diante a humanidade, remetendo-se ao interesse pela vida e sendo um objeto de desejo da sociedade, já que, trata-se de um conjunto equilibrado e harmonioso de relações entre: trabalho, lazer, família, sexo, saúde e espiritualidade de cada indivíduo (BETTI, 2002).

O psicólogo norte-americano Abraham H. Maslow, conhecido por seus estudos acerca da motivação humana, procurava compreender o que movia as pessoas de um estado

inerte e as levava a fazer algo. Após observar o comportamento humano, Maslow pode concluir que o ser humano é portador de necessidades e essas podem ser organizadas em prioridades e hierarquia através de uma pirâmide. As necessidades humanas, segundo Maslow (1970), estão distribuídas em uma hierarquia que ele nominou de hierarquia dos motivos humanos. Conforme ele, o homem é motivado por necessidades organizadas numa hierarquia de relativa influência. Um ponto importante na teoria mencionada, apresentado por alguns autores (BOWDITCH; BUONO, 1999; DUBRIN, 2003; BERGAMINI 2008) é que para que as necessidades mais altas sejam ativadas, aquelas de menor grau precisam estar satisfeitas.

Desta forma, por ordem decrescente de premência, as necessidades encontram-se classificada da seguinte forma: fisiológicas, segurança, relacionamento social, autoestima e auto realização, conforme mostra a seguir na figura 01.

Figura 01: Pirâmide da Teoria das Necessidades de Maslow



Fonte: Elaborador e Adaptado pelos autores

A necessidade fisiológica é, por conseguinte, a mais imprescindível, a mais sucinta e necessária, ao mesmo tempo em que a necessidade de auto realização é a mais fraca na pirâmide das necessidades (MASLOW, 1970). Todos os âmbitos da vida humana devem dispor de uma visibilidade a respeito pirâmide de Maslow, como por exemplo, na escola, trabalho, lar, igreja, etc. No momento em que as circunstâncias de satisfação das necessidades são analisadas, evita-se a ocorrência de insatisfação (FIDELIS; BANOVA, 2007). Dentro de uma organização, isto acarreta para que os funcionários trabalhem engajados e motivados a fim de alcançarem os objetivos

organizacionais. Portanto, para que isso aconteça, a empresa deve expressar o valor de cada funcionário e a satisfação em tê-los como membros da equipe.

De acordo com Davis e Newstrom (1992), praticamente todos os comportamentos responsáveis apresentam uma razão ou são motivados, mostrando a necessidade na procura constante do entendimento das percepções de seus trabalhadores, tendo em vista que definindo aperfeiçoamentos para a vida dos colaboradores fora de dentro do local de trabalho, a empresa, bem como os seus funcionários será beneficiada, prosperando com o progresso da equipe e de cada indivíduo em suas tarefas.

Segundo Chiavenato (2002), a valorização do cargo, ou enriquecimento do cargo, transfigura-se a forma mais prática e viável a adaptação durável do cargo ao desenvolvimento profissional do colaborador, dando maior motivação intrínseca do trabalho e maior contentamento com sua função e com isso o baixo índice de absenteísmo e desligamentos.

No século atual, a busca por qualidade de vida é um termo ou expressão que muito se tem ouvido. Mas, academicamente, o que significa qualidade de vida? Esse termo teve origem, inicialmente, nos Estados Unidos, depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e remetia ao efeito que influências materiais de posses (carros, casas e outros bens materiais) causavam na vida das pessoas. Em seguida, o conceito estendeu-se para educação, para a questão da saúde, do bem estar, do lado econômico, do crescimento da indústria e a defesa do mundo livre (BELASCO; SESSO, 2006).

Fernandes (1996) justifica a magnitude da Qualidade de Vida no Trabalho por ser uma preocupação evidente, progressiva e concreta, não somente em uma, mas em praticamente todas as empresas que visam ter sua introdução no mercado de trabalho e possuir um nível de competitividade mais elevado do que as demais empresas, em mercados cada vez mais globalizados e exigentes. E ainda, tem-se a certeza de que o ser humano é o agente de sucesso fundamental para toda e qualquer empresa atingirem o êxito. Sendo assim, o cuidado com a Qualidade de Vida no Trabalho afeta de modo direto a evolução da empresa no mercado de trabalho.

Na atualidade, Galloway (2006) revela que a procura por uma qualidade de vida mais favorável direciona as atividades governamentais dos países do ocidente. Para compreender o que a administração pública, tratamentos ou ações tendem cada vez que se referem a ela, é necessário saber o que constitui esse termo. Velarde-Jurado e Avila-Figueroa (2002) apresentam a conceituação de qualidade de vida como as sensações subjetivas de sentir-se e estar bem, inseridas em um conjunto de valores, com concepções e entendimentos que variam de indivíduo para indivíduo.

Como se pode notar existe uma subjetividade no conceito do termo e poucos apontamentos e discussões sobre a temática até os anos 80. Até essa data, o termo era utilizado com o sentido de satisfação com a própria vida, autoestima, felicidade, saúde, condições de cuidar de si, entre outros fatores (DINIZ; SCHOR, 2006).

A qualidade de vida voltada para a questão funcional, com a meta de obtenção da saúde e o normal funcionamento do organismo é denominada de qualidade de vida interligada à saúde, proveniente da língua inglesa que trouxe a expressão *Health Related Quality of Life*. Essa conceituação é bem desejada e aceita como relevante dentro de ambientes hospitalares e no meio médico (FERREIRA, 2008).

Na Fernandes (1996), a qualidade de vida leva em consideração aspectos inerentes às disfunções, às enfermidades e às necessárias intervenções terapêuticas em saúde, reconhecendo a repercussão que estes podem causar na qualidade de vida. Para buscar esclarecer o conceito de qualidade de vida, a Organização Mundial da Saúde estabeleceu um conceito que diz respeito a percepção do indivíduo, em relação ao seu posicionamento na vida, no contexto da cultura e no sistema de princípios em que se vive e em correlação aos seus propósitos, padrões, expectativas e preocupações. As publicações foram às primeiras usadas para definir melhor o conceito de qualidade de vida para direcionar as pesquisas. Assim, os estudos dentro da área de qualidade de vida tomaram um corpo teórico com embasamento mais claro (BELASCO; SESSO, 2006).

A terminologia de qualidade, em função de revelar uma natureza abstrata, clarifica porque o termo boa qualidade tem sentidos diferenciados, para as mais diversas pessoas, em lugares e situações diferentes. Logo, os conceitos sobre qualidade de

vida são múltiplos (SILVA; PAZOS, 2005). Por conseguinte, há uma mudança grande do foco quando se menciona a questão da qualidade de vida, tendo o objetivo de proporcionar mais vida aos anos, além de haver observância dos aspectos objetivos e subjetivos inerentes ao tema. A instabilidade, também, foi estudada tendo como pressuposto avaliar a qualidade de vida para modificar em função dos fatores ligados ao tempo, ao lugar, à pessoa e ao contexto cultural.

2.3 Qualidade de Vida no Trabalho para o Aumento da Produtividade

Visando o aumento da produtividade dos colaboradores, utiliza-se como objeto de pesquisa, planejamento, elaboração e aprimoramento, o próprio ambiente de trabalho que os colaboradores possuem uma relação intelectual, física e perceptual. Obviamente, que cada ambiente de trabalho possui suas peculiaridades de acordo com as diversas funções que podem possuir num mesmo ambiente, quem dirá em várias, e considerando esta diversidade, podemos dizer que temos hoje uma ciência mais conhecida por “Ergonomia” que trata dos reflexos que estas peculiaridades dos ambientes de trabalho podem trazer a produtividade do colaborador (GOMES, 2016).

Ainda sobre o objeto, a Ergonomia estuda a ligação entre o colaborador e a organização, ferramentas e o espaço, e principalmente, a utilização dos conhecimentos de fisiologia, anatomia e psicologia na resolução das adversidades surgidas durante esse relacionamento (ILDA, 2005).

2.3.1 Ergonomia

A ciência que estuda a ligação entre o colaborador e a organização, ferramentas e o espaço, e principalmente, a utilização dos conhecimentos de fisiologia, anatomia e psicologia na resolução das adversidades surgidas durante esse relacionamento é chamada de Ergonomia (ILDA, 2005).

A ergonomia é considerada uma das mais importantes vertentes da saúde ocupacional e cada vez mais vem ganhando terreno nos últimos anos. Sua aplicabilidade prática contribui para o incremento da produtividade e da melhoria da qualidade dos trabalhadores (FREIRES, 2003).

A aplicação da ergonomia procede-se entre uma melhor interação entre o trabalhador e seu trabalho, no qual é possível identificar necessidades de mudanças para o alcance de resultados que venham estabelecer ou até mesmo reestabelecer o equilíbrio entre corpo, mente e espírito, na finalidade de eliminar costumes que na maioria das vezes são despercebidos pelos colaboradores e apenas observados através de efeitos indesejáveis na saúde como um todo.

De acordo com Vidal (2002), o objetivo da ergonomia é produzir conhecimentos a respeito da atividade do ser humano e resolver os problemas que aparecem durante o dia a dia dos profissionais. As modalidades e os campos da ergonomia podem ser:

- a) Quanto ao objeto: ergonomia de produto e de produção;
- b) Quanto à perspectiva: ergonomia de intervenção e de concepção;
- c) Quanto à finalidade: ergonomia de correção, enquadramento, remanejamento e modernização.

A de partida base da Ergonomia é a Necessidade Social (a qual pode ser encontrada na Pirâmide das Necessidades de Maslow), assim como é expressa na confrontação dos discursos de vários segmentos e de seus representantes, em relação as repercussões da escassez das necessidades não realizadas ou agravadas por aplicações inadequadas. Esta confrontação é necessária na medida em que nenhum indivíduo ou grupo, na realidade pode expor precisamente a amplitude destas carências e seus impactos precisos. Para isso, deve-se cuidar da formulação e da constituição dos problemas a serem estudados de forma rigorosa e metódica. Os ergonomistas chamam de análise da demanda, que buscam a partir de uma representação consensual, baseada na atividade de trabalho para encaminhar a redefinição das necessidades e as soluções de problemas (VIDAL, 1994).

De acordo com Guérin (2001), a análise ergonômica engloba as seguintes etapas:

1. Análise da demanda: processo de reformulação da demanda, apresentando uma proposta de ação, os meios necessários e os prazos de execução;
2. Análise da tarefa: análise das condições determinadas pela empresa aos trabalhadores;

3. Análise da atividade: observação das atividades realizadas, com o intuito de identificar agentes físicos, cognitivos e organizacionais no trabalho.

Finalizando as etapas, deverá ser realizado um relatório destacando os possíveis pontos de intervenção ergonômica que tem por objetivo realizar as mudanças necessárias para a adequação do trabalho às características, habilidades e limitações dos trabalhadores (VIDAL, 2002). Diante disto, a intervenção ergonômica auxilia no desenvolvimento das medidas de proteção e saúde dos colaboradores, resultando gradualmente no aumento da produtividade da empresa, tornando mais eficaz. Conservando a ideia de intervenção, poderá ajudar a diminuir as despesas médicas por doenças laborativas, diminuindo ainda, o tempo desperdiçado com doenças, além de atender as obrigações legais.

Após análise ergonômica do ambiente de trabalho, aplicando as ferramentas e métodos desta ciência, a organização pode obter entre várias vantagens, as seguintes (FALZON, 2007):

- Estabelecer uma firme ligação entre o desempenho das funções e a saúde dos colaboradores, pois a ergonomia considera de maneira preventiva os possíveis riscos a ambos simultaneamente.
- Conhecer as limitações dos ambientes de trabalhos, suas peculiaridades para o exercício das funções dos colaboradores e quais as intervenções que podem ser aplicadas para o aumento da produtividade, se estas soluções servirem a um período curto ou longo de tempo, ou até mesmo medir estas soluções conforme o desenvolvimento dos colaboradores.

A ausência de projetos para a aplicação da ergonomia pode prejudicar tanto a organização como também colaboradores, pois ambos estarão perdendo em quesitos de saúde, segurança, motivação que, conseqüentemente, implicará na produtividade individual. Através disto, as organizações acabam sofrendo perdas na produtividade geral, que são apontadas mediante a ineficiência das operações dos equipamentos desenvolvidos para a realização de determinada atividade, bem como, nos resultados esperados dos sistemas de trabalho, acarretando redução no desempenho competitivo (WACHOWICZ, 2007).

4 METODOLOGIA

O universo da pesquisa sob o ponto de vista de sua natureza é básico. Nela, procura-se gerar conhecimentos novos para progressão da ciência sem aplicação de práticas, buscando apenas o saber, na qual encontra disponível através da ciência de gestão de pessoas e seu relacionamento com a motivação e remuneração, com finalidade puramente teórica e com o objetivo de ampliar tal conhecimento. Com desenvolvimento bastante formalizado e direcionado a generalização na construção de teorias e leis (GIL, 1999).

Sob a forma do ponto de vista de abordagem ao problema, o estudo se denota como qualitativo. Conforme Freitas (2013), a pesquisa qualitativa discorre uma relação dinâmica entre o mundo sujeito e o real, ou seja, um vínculo indissociável no âmbito do mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, o qual não pode ser retratado com números. A representação dos fenômenos e a concessão de significados são fundamentais no processamento da pesquisa qualitativa. Esta não necessita do uso de técnicas e métodos quantitativo, ou seja, métodos estatísticos (GIL, 1999).

Quanto a maneira pela qual foram obtidos os dados necessários para estruturação do estudo desenvolvido, fez-se o uso da pesquisa bibliográfica, que segundo Freitas (2013) pode ser construída a partir de pesquisas realizadas em materiais já publicados, como por exemplo: jornais, revistas, artigos científicos, monografias, livros, internet, teses, que possuem como objetivo propor ao pesquisador uma relação de forma direta a todas as ideias, conteúdos e dados já divulgado sobre determinado assunto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualidade de vida caracteriza-se pelo grau em que os indivíduos da organização são capazes de satisfazer suas necessidades pessoais, através de suas experiências. Com base nas pesquisas, pode-se observar temas importantes que contribuem para o bem estar e para o progresso de uma organização, visto que, toda empresa, de pequeno, médio ou grande porte, necessita de programas que visam à qualidade de

vida, a melhoria no clima organizacional e atividades que desenvolvam trabalhos que previnam o estresse no ambiente de trabalho.

Na visão de Cãnete (2001), os programas de qualidade total precisam ser implementados dentro das empresas visando, primeiramente, o bem estar do colaborador e, por conseguinte, alcançarem o produto final e o aumento da produtividade. O investimento em qualidade total dentro da empresa não pode ser um motivo para explorar o trabalhador. É evidente que as inovações no ambiente de trabalho vêm sucedendo consideráveis mudanças, levando as organizações a analisarem a relação entre homem, máquina e ambiente, com o objetivo de adaptar-se as posições de trabalhos para proporcionar um local mais adequado e confortável aos funcionários da organização.

No decorrer deste estudo, pode-se expor brevemente os benefícios da ergonomia. Esta, por sua vez, contribui para a análise de cargos e postos de trabalhos, evitando técnicas impróprias na execução das atividades, facilitando a acomodação ergonômica dos trabalhadores, gerando assim maior produtividade. Além do mais, a ergonomia proporciona benefícios que estão diretamente ligados com a qualidade de vida do trabalhador e aumento dos lucros, já que, os colaboradores saudáveis e satisfeitos associados ao ambiente de trabalho adequado e condições favoráveis, proporcionam crescimento positivo para as empresas. Além disso, a Ergonomia se insere nesse contexto como uma ciência multidisciplinar que irá contribuir com a promoção do equilíbrio da relação do ser humano com as situações nas quais ele está inserido, independente se ele realizará atividade laboral ou não. Por contar com conhecimentos das mais variadas disciplinas, a ergonomia torna-se significativamente ampla.

A qualidade de vida do indivíduo depende também da qualidade de vida no trabalho, pois o trabalho é a base da vida de qualquer pessoa. Desta forma, o trabalho deve ser realizado para favorecer a saúde mental, física e emocional em consequência do bem estar. É necessário sempre que o colaborador seja visto, antes de tudo, como ser humano que possui limitações, necessidades de descanso e de cuidado. Seja qual for à medida a ser tomada, o importante é o aparecimento da motivação. Por meio dela, as pessoas adquirem uma vontade própria de desenvolver suas atividades com

responsabilidade. Não desempenham suas funções de qualquer forma, pois, de alguma maneira, sentem-se responsáveis pela obtenção de resultados positivos da empresa.

6 REFERÊNCIAS

BELASCO, A.G.S.; SESSO, R.C.C. Qualidade de vida: princípios, focos de estudo e intervenções. In: DINIZ, D.P.; SCHOR, N. Coordenadores. **Guia de qualidade de vida**. Barueri. São Paulo: Manole, 2006.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação nas organizações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BETTI, Mauro. Esporte espetáculo e mídias: implicações para a Qualidade de Vida. In: MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina (orgs). **Esporte como fator de Qualidade de Vida**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002, p. 25-36.

BOWDITCH, James L.; BUONO, Anthony F. **Elementos de comportamento organizacional**. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.

CAÑETE, I. **Humanização**: desafio da empresa moderna. A ginástica laboral como um caminho. São Paulo: Ícone editora, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. Edição compactada. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002

DAVIS, K.; NEWSTROM, J. W. **Comportamento humano no trabalho**. Trad. de Cecília Whitaker Berganini e Roberto Coda. São Paulo: Pioneira, 1992.

DAVIS, Keith; NEWSTRON, John. **Comportamento humano no trabalho**: uma abordagem organizacional. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.

DINIZ, D. P.; SCHOR, N. **Qualidade de vida**. São Paulo: Manole, 2006. p. 11-18.

DUBRIN, Andrew J. **Fundamentos do comportamento organizacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning Ltda., 2003.

FAYOL, Henri. **Administração Industrial e Geral**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 1990.

FERNANDES, Eda Conte. **Qualidade de Vida no Trabalho**: como medir para melhorar. Salvador: Casa da Qualidade, 1996.

FERREIRA, M. C. A ergonomia da atividade se interessa pela qualidade de vida no trabalho? Reflexões empíricas e teóricas. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2008. v. 11. p. 83-99.

FIDELIS, Gilson J.; BANOV, Márcia R. **Gestão de recursos humanos: tradicional e estratégica**. 2. ed. São Paulo: Érica, 2007.

FRANÇA, A C. Limongi. Qualidade de vida no trabalho: conceitos, abordagens, inovações e desafios nas empresas brasileiras. **Revista Brasileira de Medicina Psicossomática**. Rio de Janeiro, 1997.

FREIRES, Marco Aurélio da Costa. **Medidas ergonômicas visando melhorar a qualidade de vida dos militares da aeronáutica**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Cascavel, 2003. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/projetos/elrf/monografias/2003/mono/20.pdf>> Acesso em: 15 out 2018.

FREITAS, Ernani. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas do trabalho acadêmico**. 2 ed. Rio Grande do Sul: Universidade FEEVALE, 2013.

GALLOWAY, S. Cultural participation and individual quality of life: A review of research findings. **Applied Research in Quality of Life**, 1, 2006, 232-42.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas na pesquisa social**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 1999.

GUÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgar Blücher, 2001.

ILDA, I. **Ergonomia: projeto e produção**. São Paulo: Edgar Blücher, 2005.

MASLOW, Abraham. **Motivation and Personality**. New York: Harper & Row, 1970.

MINAYO, M.C.S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.5, n.1, p.7-18, 2000.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 5. ed. rev. atual. Londrina: Midiograf, 2010. 318p.

RAMOS, C. **Pedagogia da qualidade de total**. Rio de Janeiro, Qualitymark, 1995.

RAMOS,C. **Pedagogia da qualidade total**. Rio de Janeiro, Qualitymark,1995.

RODRIGUES, M.V.C. QVT: **Evolução e análise ao nível gerencial**. Vozes, Rio de Janeiro, 1994

SILVA, Bráulio Wilker. **Hierarquia das Necessidades de Maslow**. In: BWS Consultoria: Consultoria em Finanças, Controladoria e Gestão Industrial. Disponível em: <<http://www.bwsconsultoria.com/2011/05/hierarquia-das-necessidades-de-maslow.html>> Acesso em: 01 de outubro de 2018.

SILVA, L. D. da; PAZOS, A. L. A influência da dor na qualidade de vida do paciente com lesão crônica de pele. **R Enferm UERJ** 2005; 13:375- 81. p.375.

SOUZA, Eliane; MACHADO, Weliton. **A segurança do trabalho nas empresas: um estudo de seu papel e sua importância**, 2017. Disponível em:< http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627111555.pdf>. Acesso em: 13 de dez. de 2017.

VELARDE-JURADO, E; AVILA-FIQUEROA, C. Evaluación de la calidad de vida. **Salud Publica Mex.**, 44 (4), jul – ago, 2002, 349-61.

VIDAL, M. C. Os paradigmas em ergonomia: uma epistemologia da insatisfação ou uma disciplina para a ação? **Revista Técnica GENTE/COPPE/UFRJ**, Rio de Janeiro, agosto 1994, 23p.

WACHOWICZ, Marta Cristina. **Segurança, saúde & ergonomia**. Curitiba: IBPEX, 2007.

NEUROSE OBSESSIVA: CONSTITUIÇÃO E MODOS DE DEFESA CONTRA O DESEJO

OBSESSIVE NEUROSIS: CONSTITUTION AND WAYS OF DEFENSE AGAINST DESIRE

Bianca de Almeida Peres⁷

RESUMO

O presente trabalho pretende a partir da escuta clínica e das questões que dela nos retornaram, investigar o modo de constituição da neurose obsessiva privilegiando demarcar a posição do sujeito obsessivo frente ao desejo. A fim de atingir o propósito deste trabalho, percorreremos textos freudianos, buscando nos comentários de Lacan elucidar a estruturação dessa neurose, evidenciando os momentos de impasses e os avanços que deles resultaram. A concepção inicial sobre a escolha da neurose obsessiva emerge de uma experiência sexual traumática vivida ativamente e com prazer. Para contemplar os avanços teóricos de Freud, recorreremos ao paradigmático caso do Homem dos Ratos (1909), para esclarecer variados aspectos da teoria: o lugar das primeiras experiências sexuais infantis, seus modos de defesa quanto ao trauma, a ambivalência entre amor e ódio, o medo no lugar do desejo. Considerando a erotização do pensamento, uma das mais evidentes características da neurose obsessiva, buscamos compreendê-la no âmbito da segunda tópica, com a entrada da pulsão de morte na teoria. A partir desse conceito, privilegiamos as reformulações freudianas quanto aos sintomas obsessivos, cujos fundamentos encontram-se na agressividade e destrutividade do desejo, como decorrência da desfusão pulsional e da severidade do supereu em sua incidência sobre o *eu*. Procuramos apontar que, em consequência dessas reformulações, o sujeito assume uma posição obsessiva frente ao desejo, implicando sua evitação e destruição, além da agressividade frequentemente presente em suas manifestações.

Palavras-chave: Neurose obsessiva. Desejo. Psicanálise.

⁷Especialista em Filosofia e Psicanálise (UFES). Graduada em Psicologia (UFF). Professora da Multivix Castelo e Multivix Cachoeiro de Itapemirim. Coordenadora de Psicologia Multivix Castelo.

ABSTRACT

The present work intends from the clinical listening and the questions that have returned us to investigate the way of constitution of the obsessional neurosis privileging to demarcate the position of the obsessive subject before the desire. In order to achieve the purpose of this work, we will go through Freudian texts, seeking in the comments of Lacan to elucidate the structure of this neurosis, evidencing the moments of impasses and the advances that resulted from them. The initial conception on the choice of obsessional neurosis emerges from a traumatic sexual experience lived actively and with pleasure. In order to contemplate Freud's theoretical advances, we turn to the paradigmatic case of Man of the Rats (1909), to clarify various aspects of the theory: the place of the first infantile sexual experiences, their ways of defense as to trauma, the ambivalence between love and hate, fear instead of desire. Considering the eroticization of thought, one of the most obvious features of obsessional neurosis, we sought to understand it within the second topic, with the entrance of the death drive into theory. From this concept, we favor Freudian reformulations regarding obsessive symptoms, whose foundations lie in the aggressiveness and destructiveness of desire, as a result of the drive's defusion and the severity of the superego in its incidence on the self. We try to point out that, as a consequence of these reformulations, the subject assumes an obsessive position on the desire, implying its avoidance and destruction, besides the aggressiveness often present in its manifestations.

Keywords: Obsessional neurosis, Desire, Psychoanalysis.

1 INTRODUÇÃO

O tema proposto neste artigo surge da experiência com a clínica psicológica, embasada na teoria psicanalítica, a partir de atendimentos realizados. A presença de alguns casos dentro dos atendimentos nos traz muitos questionamentos, pelo modo peculiar com que se manifestam e pelos mecanismos nele presentes, cujos aspectos evidenciam certo modo de os sujeitos de se defrontarem com seu desejo pela sua evitação. O que poderia tornar as coisas tão complicadas para este sujeito no campo amoroso? Por que é tão difícil decidir? O que faz obstáculo às suas ações?

Com o decorrer da experiência clínica e da pesquisa bibliográfica realizada concomitantemente, pode-se perceber e compreender a articulação entre a teoria e a

prática. Foram as falas dos pacientes, ao longo dos atendimentos, que davam as indicações do que seria importante estudar e possibilitavam a construção das ideias que comporiam a linha de trabalho e o caminho a ser seguido neste trabalho.

A busca por uma melhor compreensão da hipótese diagnóstica permitiu uma investigação sobre as diferenças entre a histeria e a neurose obsessiva, para alcançar um maior entendimento dos mecanismos de estruturação de cada uma dessas neuroses. Já tendo algum conhecimento prévio sobre os modos de defesa histórica, foram surgindo outras perguntas sobre a especificidade das defesas na neurose obsessiva. A inibição de suas ações seria um modo de paralisar suas decisões? Por que o sujeito se martirizava tanto quando estava às voltas com algum desejo? Aos poucos, a questão do desejo e interesse de apreender sua ligação com a neurose obsessiva, foi se constituindo como uma das direções na orientação de nossos estudos.

Pretende-se com essa pesquisa, buscar responder no que consiste a estruturação da neurose obsessiva e, ao lado disso, pensar porque um sujeito em posição obsessiva mostra tanta dificuldade frente ao desejo, implicando sua evitação e destruição, além da agressividade frequentemente presente em suas manifestações. Isso nos leva a ir na direção de enfrentar conceitos mais complexos como o da pulsão de morte e a questão da defusão pulsional a ela relacionada, colocando-nos frente a frente com conceitos de suma importância para a prática clínica em geral.

2 CONSTITUIÇÃO DA NEUROSE OBSESSIVA EM FREUD: PRIMEIROS CONTORNOS

Em seus primeiros escritos, mesmo que ainda estivesse debruçado sobre os estudos considerados pré-psicanalíticos, Freud já demonstrava seu interesse quanto ao problema das neuroses. Tendo em vista que inicialmente o campo de onde se originou mais estudos sobre a obsessão foi o da psiquiatria, seu quadro clínico foi denominado primeiramente com o termo genérico *obsessão*. Em uma análise, Roudinesco e Plon (1998) comentam que o termo *obsessão* foi introduzido pelo alienista francês Jules Falret, para explicar o fenômeno em que o sujeito é acometido por ideias patológicas, por um estado de culpa que o persegue e, por vezes, o paralisa.

Em seus primeiros escritos, Freud (1894; 1895; 1896/2006) demonstrava seu interesse quanto ao problema das neuroses e de seus modos de defesa. No artigo sobre *As Neuropsicoses de Defesa* (FREUD, 1894), o termo alemão *Zwangsneurose* é empregado pela primeira vez: “Fui obrigado a começar meu trabalho por uma inovação nosográfica. Julguei razoável dispor ao lado da histeria a neurose obsessiva (*Zwangsneurose*), como um distúrbio autossuficiente e independente. ” (FREUD, 1894/2006 p.146). Nesse texto, notamos que Freud está menos voltado para distinguir a histeria da neurose obsessiva, e mais impelido em realçar algo que permanece comum às duas manifestações neuróticas, que seria o caráter de defesa em ambas contra um desprazer despertado pela lembrança das experiências sexuais. Freud em 1896 na carta 52, afirma que:

Um evento sexual de uma dada fase atua sobre a fase seguinte como se fosse um evento atual e, por conseguinte, não é passível de inibição. O que determina a defesa patológica (recalcamento), portanto, é a *natureza sexual do evento e sua ocorrência numa fase anterior* (FREUD, 1896/2006, p.290, grifo do autor).

Tanto o trabalho da neurose obsessiva, quanto o da histeria consiste em transformar a lembrança traumática em uma representação enfraquecida, orientando-a para outros fins. Os casos de neurose obsessiva que foram analisados por ele, apresentavam um afeto aflitivo e intolerável ligado a alguma representação da vida sexual do sujeito. Esta, ao ser recalcada, deslocava-se para outra representação distante e nela ficava fixada, e como resultado dessa “falsa ligação” surgiria com vigor uma outra ideia, que se tornaria obsessiva e dominaria os processos mentais da neurose obsessiva. Esse *deslocamento* é considerado um mecanismo privilegiado dos processos mentais da neurose obsessiva (FREUD, 1907). O deslocamento psíquico ao lado da condensação são mecanismos que atuam na elaboração onírica e foram descritos por Freud, quando estudava sobre os sonhos (FREUD, 1900).

No artigo *Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa* (1896), Freud avança ao proceder a uma investigação mais detalhada sobre o modo pelo qual a sexualidade se torna um afeto aflitivo e sobre as defesas que se erguem contra esse afeto. É através da teoria de sedução⁸, vigente nessa época, que Freud explica sua

⁸ A teoria de sedução criada por Freud liga-se à teoria do trauma, na medida em que sustenta-se a ideia de que o neurótico, em sua infância, teria sido vítima de uma sedução sexual real e a lembrança

consideração de que as neuroses estariam ligadas a uma sedução na infância, por parte do adulto. Tanto a histeria quanto as obsessões teriam origem em um processo etiológico comum, a não ser por uma diferença: enquanto a histeria – frequente no sexo feminino – se caracterizaria por um evento em que o sujeito era submetido a um ato sexual passivo, a neurose obsessiva – com preferência pelo sexo masculino – relacionava-se a um ato sexual ativo e prazeroso.

2.1 Homem dos Ratos: “O” Caso

Vai surgindo nesses primeiros contornos uma neurose singular, considerada anos depois, o tema “mais interessante e compensador da pesquisa psicanalítica” (FREUD, 1926/2006, p.116). Como toda e qualquer neurose, ela sofre os efeitos do recalque dos eventos traumáticos em função da sexualidade, mas, seus modos de defesa são peculiares. Da correspondência a Fliess, até o acompanhamento clínico do Homem dos Ratos (1909), a etiologia da neurose obsessiva girava em torno do prazer experimentado no encontro com o sexo ainda na infância. Da atividade sexual precoce, resulta marcas de um prazer excessivo ligado às experiências que, ao serem recordadas trazem como lembrança sentimentos de recriminação e escrúpulo.

Além disso, nesses primeiros contornos, já estão apontados aspectos importantes da organização obsessiva, tais como: o funcionamento mental baseado em defesa, seguida de falha da defesa com o retorno do recalcado; e o surgimento de sintomas como medidas protetoras construídas pelo sujeito. Foi seguindo essa linha de investigação que Freud cria, então, um “novo lugar” para a neurose obsessiva (COPPUS, 2010).

deste fato poderia tornar-se traumática. Prevalece na temporalidade do trauma, a lógica da retroação, no sentido que o recalque da experiência se dá só depois, no momento em que sua lembrança desperta prazer. Nas palavras de Freud: “O material ainda escasso dessa ocasião me havia trazido, por força do acaso, um número desproporcionalmente grande de casos em que a sedução por algum adulto ou por crianças mais velhas desempenhara o papel principal na história infantil do doente. Superestimei a frequência desses acontecimentos (aliás impossíveis de pôr em dúvida), ainda mais que, naquele tempo, não era capaz de estabelecer com segurança a distinção entre as ilusões de memória dos histéricos sobre sua infância e os vestígios de eventos reais. Desde então, aprendi a decifrar muitas fantasias de sedução como tentativas de rechaçar lembranças da atividade sexual do próprio indivíduo (masturbação infantil). Esclarecido esse ponto, caiu por terra a insistência no elemento “traumático” presente nas vivências sexuais infantis, restando o entendimento de que a atividade sexual infantil (seja ela espontânea ou provocada) prescreve o rumo a ser tomado pela vida sexual posterior após a maturidade” (FREUD, 1906/2006, p.260-261).

Dentro deste novo lugar, destacamos neste momento o paradigmático caso freudiano sobre a neurose obsessiva “O Homem dos Ratos”, escrito em 1909 no texto nomeado *Observações sobre um caso de neurose obsessiva*. O paciente era um jovem em formação universitária, que apresentava obsessões desde a infância. O que impulsionou o início de sua análise foi a forte impressão e angústia causada no sujeito pela escuta da narração de um tipo de suplício provocado pela penetração de ratos no ânus de um condenado. Suas principais queixas eram o medo de que algo de ruim acontecesse ao pai e a uma dama por quem sentia um afeto especial, além de relatar ser acometido por impulsos compulsivos para compreender as coisas e para se proteger. O paciente sentia-se incapacitado pelo trabalho e adiou por anos a conclusão de seu curso. A questão principal sobre o qual o tratamento se dirigiu foi quanto à inibição por ele apresentada naquela época.

De acordo com o relato de Freud, a ambivalência esteve presente na vida do paciente desde quando ele era criança, e quando sua neurose tivera início. Ernst Lehrs – nome do paciente deste caso – já começa a relatar, desde a primeira vez, sobre suas excitações sexuais infantis remontadas à idade de quatro ou cinco anos, referidas a toques em uma das governantas da casa e às percepções que teve de que ela possuía órgãos genitais curiosos.

As suas lembranças remontam à infância e são nítidas: “Eu sofria de ereções” (FREUD, 1909/2006, p.146), dizia ele. Ele temia que ao pensar nessas fantasias sexuais, poderia ocasionar a morte de seu pai, e por isso tentava impedir a ocorrência desses pensamentos. Tinha a convicção de que seus pais conheciam esses seus pensamentos, demonstrando a crença na onipotência dos mesmos. Momentos que ao lado de um desejo erótico se contrapunha compulsivamente a um medo, um afeto aflitivo.

Na segunda sessão, constatou-se o aparecimento do sintoma obsessivo tal como fora desencadeado na idade adulta. Ernst relata a Freud o acontecimento que ele acreditava ser o motivo que o levou a procurá-lo. Na verdade, foram dois acontecimentos que se produziram neste contexto: no primeiro, ele perderá seu *pince-nez* durante uma manobra militar e telegrafara ao seu óptico em

Viena, para que ele lhe enviasse um substituto; no segundo, encontrara o “cruel capitão” (FREUD, 1909/2006, p.154), denominação dada a um de seus superiores, por ter sido quem lhe tinha contado sobre a forma de tortura oriental feita com ratos. No seguimento do caso, ocorreram algumas sessões sobre o pai, morto desde que o paciente era mais jovem. Após a morte deste ele é invadido por um sentimento de descrença que o faz remontar às imagens de quando seu pai ainda estava vivo. Freud encontrou aí um anseio infantil: o desejo do paciente que o pai morresse. Contudo, o Homem dos Ratos lança sua defesa ao afirmar que adorava seu pai e o amava acima de tudo. Freud lhe diz então, que esse amor tão intenso era decorrente de um recalque de ódio, cuja fonte residia nos desejos sexuais infantis contrariados pelo pai.

Lacan, ao analisar esse caso em uma conferência intitulada *O Mito individual do neurótico* (1953), diz que a raiz e a estrutura dessa neurose estão na tensão agressiva e na fixação pulsional. Esclarece que a fantasia do suplício que ao mesmo tempo aprisiona o sujeito, mas também o fascina, não é o que “desencadeia sua neurose, mas atualiza lhe os temas e suscita a angústia” (LACAN, 1953/1987, p.11), e foi isso que o levou a procurar o tratamento. A história dessa neurose reporta-se à pré-história do sujeito. A trama que envolveu o casamento de seus pais ressoa na história de sua neurose, “incidindo no último estado de desenvolvimento de sua grande apreensão obsedante” (LACAN, 1953/1987, p.12), na extrema angústia que desencadeou sua crise.

Mas, afinal, o que faz o paciente adoecer? Inicialmente poderia parecer que fora a narração do suplício causado pelos ratos, contudo, no decorrer do caso, percebemos que ele adoeceu quando se viu obrigado a casar com uma mulher que não era aquela que ele amava. A neurose deu-lhe meios de evitar a decisão desse conflito. Esse dilema não era propriamente um dilema seu. O que acaba ocorrendo neste caso é que a história do paciente, de modo particular, datada desde antes de seu nascimento, e envolvendo seu pai, acaba por influenciar de alguma forma sua constituição. A isto, Lacan chamou “o mito individual do neurótico” (LACAN, 1953/1987, p.13).

São as situações circulares característica do obsessivo, que o move em direção ao desejo, mas são também aquelas que escondem o desejo. É deste modo, que o obsessivo se lança ao desafio da busca impossível por seu desejo. Ou seja, enquanto

o obsessivo está neste modo de circulação e repetição, é a evitação do desejo que estará em jogo. Uma das consequências que se pode aprender desse conflito é a incapacidade de decisão, que deixa o obsessivo no campo da dúvida e paralisa seu pensamento. Lacan segue esta linha de pensamento ao afirmar que, “o que tem que ser mantido pelo obsessivo é a distância de seu desejo, e não a distância do objeto” (1957-58/1999, p.479). O amor e o ódio dirigido ao mesmo objeto impedem a escolha do desejo, e conseqüentemente, impossibilita a ação.

Se um amor intenso se opõe um ódio de força quase equivalente e que, ao mesmo tempo, esteja inseparavelmente vinculado a ele, as consequências imediatas serão certamente uma paralisia parcial da vontade e uma incapacidade de se chegar a uma decisão a respeito de qualquer uma das ações para as quais o amor deve suprir a força motivadora (FREUD, 1909/2006, p.208).

Esse caso da clínica freudiana é considerado modelo, justamente por ser cheio de riquezas em relação à descrição de como se dá a dinâmica da constituição do sofrimento, presente nos sintomas obsessivos. Contudo, ao seguir os escritos freudianos, podemos perceber que o autor não demorou a abandonar a teoria das seduções como causa das neuroses. Segundo as afirmações de Roudinesco e Plon (1998, p. 539), depois de um primeiro tempo em que esteve às voltas com a etiologia e a causação das neuroses, e também das diferenças entre elas, passaram-se longos anos até Freud se voltar a debruçar com mais interesse sobre a neurose obsessiva. Isso se deu com os encontros realizados na Sociedade Psicológica das Quartas-Feiras⁹, quando das discussões do acompanhamento do tratamento de um caso clínico – especificamente do *Homem dos Ratos* – surgiram textos importantes sobre essa temática, como é o caso de *Atos Obsessivos e Práticas Religiosas* (FREUD, 1907).

⁹ Verdadeiro banquete socrático, banhado pelo espírito vienense no início do século, a Sociedade das Quartas-feiras foi um laboratório de ideias freudianas. Entre 1902 e 1907, homens vindos de diversos horizontes reuniram-se em torno de um mestre, na casa dele na rua Berggasse, com único objetivo de ter suas consciências despertadas à luz da suprema inteligência daquele que inventara uma nova doutrina: a psicanálise. (ROUDINESCO e PLON, 1998, p.719).

2.2 As Defesas da Neurose Obsessiva e a Destrutividade do Supereu

O referido texto gira em torno da proximidade sugerida entre os atos obsessivos e as práticas religiosas através das quais, os crentes expressam sua devoção. A semelhança entre esses dois campos pode ser encontrada nas manifestações em que há um excesso de escrúpulos e na existência de uma forte consciência moral. A diferença entre elas estaria no caráter privado dos primeiros, em oposição ao caráter público das segundas. Mas há outra diferença a acentuar: ao contrário do simbolismo próprio dos cerimoniais religiosos, na neurose obsessiva – “parece uma caricatura, ao mesmo tempo cômica e triste, de uma religião particular” (FREUD, 1907/2006, p.111) –, os rituais se impõem em caráter obrigatório e parecem, à primeira vista, meras formalidades destituídas de sentido “ou, pelo menos, do sentido principal” (FREUD, 1907/2006, p.113). Os cerimoniais obsessivos são executados como se o sujeito tivesse que obedecer a certas leis secretas que não podem ser desrespeitadas, pois sua renúncia causaria angústia.

A neurose obsessiva é então considerada por Freud como “o correlato patológico da formação de uma religião”. Ele qualifica a neurose como “uma religiosidade individual e a religião como uma neurose obsessiva universal” (FREUD, 1907/2006, p.116). A formulação freudiana nesse momento aponta que a renúncia pulsional é o que há de mais próximo entre elas: na religião, renuncia-se aos impulsos pulsionais, na neurose obsessiva faz-se o recalque de um impulso pulsional. O processo de recalque é ameaçado pelo fracasso, que faz com que, os impulsos hostis se mesquem às pulsões sexuais. Esse aspecto se tornará mais esclarecido quando os conceitos de pulsões de morte e de vida forem introduzidos na psicanálise.

Influência do instinto reprimido é sentida como uma tentação, e durante o próprio processo de repressão gera-se a ansiedade que adquire controle sobre o futuro, sob a forma de ansiedade *expectante*. O processo de repressão que acarreta a neurose obsessiva deve ser considerado como um processo que só obtém êxito parcial, estando constantemente sob a ameaça de um fracasso. Podemos, pois, compará-lo a um conflito interminável. (FREUD, 1907/2006, p.114, grifo do autor).

Com o recalque, nasce uma escrupulosidade dirigida à meta da pulsão – que é a de encontrar satisfação – e cria-se uma “consciência especial” (FREUD, 1907/2006, p.114, grifo do autor), “um sentimento de culpa do qual, entretanto, [o sujeito] nada

sabe, de modo que podemos denominá-lo de *sentimento inconsciente de culpa*, apesar da aparente contradição dos termos” (FREUD, 1907/2006, p.113, grifo nosso). A partir deste sentimento de culpa, originado em processos anímicos precoces e permanentemente reavivados, os rituais e os cerimoniais obsessivos surgem como proteção contra a punição esperada.

Freud explica que, quando o sujeito é tomado por uma expectativa de punição, instaura-se uma autopunição proveniente de uma medida de proteção contra a pulsão recalçada, pois a possibilidade de retorno dessa pulsão é vivida pelo obsessivo de modo ambíguo, quer dizer, como uma tentação que ao mesmo tempo gera medo e angústia. Interessa aqui notar que o resultado da defesa contra a pulsão, mostra seu avesso ao tornar o sintoma a fonte principal de satisfação. Enquanto isso, as ações obsessivas visam cancelar as restrições e as renúncias impostas pelo recalque, realizando-se sob a forma de cerimoniais. Freud diz que essas ações, que originalmente objetivavam preparar a defesa, se aproximam cada vez mais das ações proibidas, e apresentam um caráter compulsivo de natureza de penitência e purificação.

Lembramos que a base da religião é também a renúncia das moções pulsionais através da sufocação delas. Porém essa sufocação se resulta insuficiente, uma vez que, nos fiéis, são frequentes as recaídas no pecado, ocasiões em que se fundamentam as ações expiatórias. Quanto mais o sujeito fiel procura ser perfeito, e atingir um ideal, mais ele se sente culpado. Quanto mais deseja uma ação, mais ela se torna proibida para ele.

Além desses mecanismos de defesa citados nesse artigo freudiano, o autor nos aponta, em *Caráter e Erotismo anal* (1908), três traços de caráter presentes no funcionamento obsessivo – ordem, avareza e obstinação – que são bem ligados entre si. Anos depois, os obsessivos se contentavam em reter as fezes demonstrando, nitidamente, um privilégio da erogeneidade anal. Com a entrada na puberdade, e as exigências educativas, estes sujeitos, através de sintomas primários de defesa, como a vergonha, o nojo e o asco, deixavam para trás as excitações dessa zona erógena, que se tornou conhecida pela supremacia destes traços de caráter originados a partir de formações sintomáticas.

Antes de o adulto chegar a um estado, digamos, “normal”, ele tem que passar por um desenvolvimento que nem sempre ocorre de maneira progressista. Uma parte desse desenvolvimento pode apegar-se a um estágio anterior no qual havia satisfação pulsional. Isso resulta em “pontos de fixação” (FREUD, 1913/2006, p.341), que são decisivos para a escolha da neurose e que, no caso do obsessivo, coincide com uma regressão ao nível sádico-anal: “uma vez estabelecida a organização sexual que contém disposição à neurose obsessiva, ela, depois nunca mais é completamente superada” (FREUD, 1913/2006, p.346). A neurose obsessiva remonta então a inibições e fixações muito primitivas. Para Freud, a erotização da região anal é uma forma de defesa privilegiada pelo obsessivo.

Nessa concepção, o desenvolvimento do eu seria cronologicamente anterior ao da libido, na disposição da neurose obsessiva que “só é completa se a fase de desenvolvimento do ego em que a fixação ocorre é levada em consideração” (FREUD, 1913/2006, p.348). Toda essa questão ligada ao desenvolvimento do eu, levaria ao desequilíbrio da ambivalência entre ódio e amor. Segundo Freud, ódio e amor sobrepõem-se e se alternam no desenvolvimento normal da criança, mas o desequilíbrio entre eles aliado ao desenvolvimento prematuro do eu, dá margem ao surgimento de uma moral que, no final das contas, funciona como garantia do amor. Isto mantém a distância em relação à agressividade – estruturante de todo ser humano – mas que aparece excessiva no obsessivo. Como consequência, é erguida uma “supermoralidade”. Nas palavras de Freud:

Se consideramos que os neuróticos obsessivos têm de desenvolver uma supermoralidade a fim de proteger seu amor objetal da hostilidade que espreita por trás dele, ficaremos inclinados a considerar um certo grau desta precocidade de desenvolvimento do ego como típico da natureza humana e derivar a condição para origem da moralidade do fato de que, na ordem de desenvolvimento, o ódio é precursor do amor” (FREUD, 1913/2006, p.348).

Tempos mais tarde, no artigo *Inibição, Sintoma e Angústia* (1926), Freud nos aponta que os sintomas desenvolvidos pelo obsessivo, além de cumprirem finalidades defensivas, também proporcionam uma satisfação substitutiva. O prazer a ser combatido e do qual o sujeito se defende, aparece nos próprios dispositivos que visam combatê-lo, processo que se aproxima cada vez mais de um fracasso completo da finalidade original de defesa. Surgem novos mecanismos de defesa, embora da

mesma maneira destinados ao fracasso em função da severidade do supereu, e isto continua em um processo sem fim. Resulta daí, “um ego extremamente restringido, que fica reduzido a procurar satisfação nos sintomas” (FREUD, 1926/2006, p.120).

A partir do conflito das instâncias psíquicas – eu, supereu, isso – Freud observa a existência de duas técnicas privilegiadas presentes no funcionamento obsessivo: a anulação retroativa e o isolamento (FREUD, 1926/2006, p.121). Na anulação retroativa, o obsessivo procura desfazer o que foi feito, quer dizer, uma ação primeira é substituída ou desfeita por uma segunda. Ao procurar desfazer o que foi feito, procura-se anular o passado, torná-lo inexistente, ou seja, o sujeito repete de maneira diferente o que não aconteceu de forma desejada, fazendo-o como se não tivesse acontecido. O obsessivo tenta consertar o que julga ter acontecido de maneira errada, repetindo a ação como se ela não tivesse sido feita.

Um exemplo que podemos apresentar para esclarecer se refere à questão de alguns obsessivos, em abrirem e fecharem as portas diversas vezes. Estes atos compulsivos ocorrem em dois tempos, sendo o primeiro anulado pelo segundo. No caso do “Homem dos Ratos” o exemplo que temos, é que certa vez enquanto o paciente esperava a visita de sua amada, passeava ansioso pela estrada que levava à sua casa, quando avistou uma pedra. Temendo que a carruagem da moça pudesse bater na pedra e virar, causando sua morte, ele retirou a pedra do caminho colocando-a em outro lugar, para em seguida temer que a carruagem, tomando um desvio, fosse bater justamente na pedra colocada por ele em outro lugar. O paciente tirava e colocava a pedra diversas vezes, demonstrando que a anulação retroativa visa, em última instância, neutralizar os impulsos agressivos do sujeito. (FREUD, 1909/2006, p.167).

Quando não aconteceu na forma desejada, [a ação] é desfeita, sendo repetida de uma maneira diferente; e logo todos os motivos que existem para que se demore em tais repetições entram também em ação. À medida que a neurose continua, amiúde verificamos que o esforço em desfazer uma experiência traumática constitui um motivo de primeiríssima importância na formação dos sintomas. Assim, inesperadamente descobrimos uma nova técnica motora de defesa, ou (como podemos dizer nesse caso com menos exatidão) de repressão. (FREUD, 1926/2006, p.122)

A segunda técnica a qual Freud se refere, é a do isolamento. Diferentemente da anulação retroativa, o que ocorre no isolamento é que, ao invés de esquecer a

representação traumática convertendo-a para o somático, como na histeria, o neurótico obsessivo separa a representação do afeto, isolando-a. Ou seja, “quando algo desagradável aconteceu ao paciente ou quando ele próprio fez algo que tem significado para sua neurose, ele interpola um intervalo durante o qual nada pode acontecer” (FREUD, 1926/2006, p.122). Este comportamento, apesar de parecer estranho em um primeiro momento, tem uma nítida relação com o recalque. Enquanto na histérica a atividade sexual precoce é recalçada, e cai no esquecimento, no obsessivo é conservada na memória, mas destituída de toda e qualquer carga afetiva (Idem.).

Todos verificamos por experiência que é especialmente difícil para um neurótico obsessivo levar a efeito a regra fundamental da psicanálise. Seu ego é mais atento e faz isolamentos mais acentuados, provavelmente por causa do alto grau de tensão devido ao conflito que existe entre seu superego e seu id. Enquanto o neurótico está empenhado em pensar, seu ego tem de manter muita coisa afastada – a intrusão de fantasias inconscientes e a manifestação de tendências ambivalentes. Ele não deve relaxar, mas está constantemente preparado para uma luta. Ele fortifica essa compulsão a concentrar e a isolar mediante a ajuda dos atos mágicos de isolamento que, sob a forma de sintomas (FREUD, 1926/2006, p.123).

É imprescindível nossa compreensão destas técnicas de defesa da neurose obsessiva, para melhor manejo dentro da clínica. Como vimos no decorrer da teoria freudiana, outros modos de defesa foram acrescentados, em função da constatação de que, a instância do eu participa mais ativamente na dinâmica psíquica do sujeito. A pulsão de morte e sua relação com a destrutividade e agressividade, passa a ocupar um lugar fundamental na justificativa da manutenção do sintoma. A defusão pulsional e sua participação na severidade do superego é também considerada aqui. Mesmo no sofrimento, na repetição daquilo que vacila para o sujeito, e lhe é insuportável, podemos constatar a satisfação por trás do sintoma.

Dentro desta lógica apontamos a questão do desejo, onde Lacan ao abordar o tema do desejo na neurose obsessiva, retoma a tese de Freud de que, ao contrário da histeria, o obsessivo viveu traumas psíquicos de forma ativa e extraiu prazer deles (LACAN, 1957-58/1999, p.411). Propõe que se examine mais de perto a atividade destrutiva do obsessivo, a partir do que Freud nos ensinou sobre os “instintos de destruição” e aponta, que tal destrutividade se deve a uma defusão das intrincações precoces dos instintos de vida e de morte.

A relação do obsessivo com seu desejo está submetida a isto, que conhecemos a muito tempo graças a Freud, ou seja, o papel precoce que ele desempenhou no que é chamado de *Entbindung*, a desfusão das pulsões, o isolamento da destruição. Toda a estrutura do obsessivo é determinada, como tal, pelo fato de a primeira abordagem de seu desejo haver passado, como qualquer sujeito, pelo desejo do Outro, e de esse desejo do Outro ter sido inicialmente destruído, anulado”. (LACAN, 1957-58/1999, p.478).

Lacan se refere neste momento a algumas mudanças sofridas dentro da teoria freudiana, especificamente com a entrada da ideia de pulsão de morte. Em seu artigo *Além do Princípio do Prazer*, Freud (1920/1996) introduz, de certo modo hipotético e especulativo, o conceito de pulsão de morte no contexto da última reformulação da teoria do dualismo pulsional – elaboração que se constituiu gradativamente na obra freudiana, mas que não iremos nos aprofundar aqui por extrapolar os limites deste trabalho – representada agora pelo par, pulsão de vida e pulsão de morte. Para o que interessa à continuidade dessa pesquisa, partimos da afirmação de que, “se não quisermos abandonar a hipótese das pulsões de morte temos que supor que estão associadas, desde o início, às pulsões de vida” (FREUD, 1920/2006, p.78).

As pulsões de morte – referidas a Tânatos – têm uma tendência regressiva e conservadora e podem efetuar um trabalho destrutivo. Essa é marcada por ter um caráter conservador, e tende a restaurar o estado anterior das coisas. Em oposição às pulsões de morte, temos as pulsões de vida – chamadas também de sexuais – que tendem a produzir formas organizadas e não destrutivas. Elas também são designadas pelo termo “*Eros*” e abrangem não apenas as pulsões sexuais propriamente ditas, mas também as pulsões de autoconservação. Contudo, em relação ao tema que estamos propondo, interessa-nos entre as diversas formas de expressão pulsionais, destacar a destrutividade caracterizada pelo sadismo e masoquismo.

Em um artigo de 1923, *O Eu e o Isso*, ao retomar a questão das duas classes das pulsões, Freud afirma que, embora a pulsão de morte vise levar o ser vivo à estabilidade inorgânica, isso é relativo, já que ela não é alcançada devido à fusão pulsional. A libido, energia da pulsão sexual, ao se ligar à pulsão de morte, tem como objetivo dominá-la, torná-la menos prejudicial, desviando parte dela para fora, para os objetos do mundo externo. Esse movimento de lançar a pulsão de morte para o mundo externo seria caracterizado pelo sadismo. A parte que não é lançada para fora, e

permanece internamente, se caracteriza pelo masoquismo, em que outra pessoa é procurada como objeto para exercer esse papel de violência contra o indivíduo (FREUD, 1924).

As pulsões de morte podem ser tratadas de três formas: “Em parte são tornados inócuos por sua fusão com componentes eróticos; em parte são desviados para o mundo externo sob a forma de agressividade; enquanto que em grande parte continuam, sem dúvida, seu trabalho interno sem estorvo” (FREUD, 1923/2006, p.68). Assim, a manifestação da vida seriam as exteriorizações do conflito entre os dois tipos de pulsão. Ambas são indispensáveis, e é de suas ações conjugadas e opostas que surgem os fenômenos da vida. Como exemplo, o sadismo é uma fusão pulsional de aspirações puramente libidinais com outras puramente destrutivas.

O masoquista, para provocar o castigo da consciência moral sádica, se vê obrigado a trabalhar contra seu benefício, o que acarreta um sentimento de culpa, e a consciência moral torna-se mais severa quanto mais a pessoa se impede de agredir as outras. Vemos como exemplo, pessoas que parecem não perseguir outra coisa, a não ser se destruírem pelas escolhas e decisões que tomam em suas vidas, e podemos supor aqui uma manifestação de des fusão pulsional.

Em relação à neurose obsessiva, a questão da “des fusão pulsional e o surgimento pronunciado da pulsão de morte exigem considerações específicas de seus efeitos” (FREUD, 1923/2006, p.56), já que o traço fundamental dessa neurose é a “regressão libidinal” (Idem.). Entendemos agora, que ela só é possível se apoiada em uma des fusão pulsional, na segregação dos componentes eróticos, que no começo da fase genital tinham se somado aos investimentos destrutivos da fase sádica. Freud levanta a possibilidade de ser o inverso, ou seja, que o “avanço de uma fase anterior para a fase genital definitiva estaria condicionado a um acréscimo de componentes eróticos” (FREUD, 1923/2006, p.57).

O que procuramos até aqui, foi chegar ao ponto de ter esclarecido, que a des fusão pulsional é o modo de Freud descrever as relações e a separação entre pulsões de vida e de morte. Ao discriminar o papel das pulsões, e sua des fusão na eficácia do

supereu em punir o eu, Freud nos aponta o caminho de maior entendimento da neurose obsessiva.

Na neurose obsessiva, o eu sofre os efeitos do supereu e das pulsões destrutivas, desenvolvendo formações reativas que aparecem em forma de sentimentos de escrúpulo, piedade, limpeza e culpa. Do conceito de supereu, o que nos interessa destacar é que, com ele, Freud pôde explicar a necessidade de punição correspondente à parcela de agressividade, fruto da pulsão de morte, que foi assumida por ele e dirigida ao eu.

Logo, enquanto o eu representa a realidade, o supereu se contrasta com ele por representar o mundo interno. Ao empreender o recalque, o eu procura, em obediência ao supereu, afastar as pulsões sexuais provenientes do isso. Para isto, utiliza-se de formações reativas como o nojo, o asseio e a vergonha. O supereu limita e comanda toda e qualquer ação do eu restando-lhe apenas obter satisfação por meio da doença e do sintoma, pois o sujeito se recusa a abandonar a punição do mesmo através do sofrimento. “O obsessivo digamos, tal como a histérica, necessita de um desejo insatisfeito, isto é, de um desejo para além de uma demanda. O obsessivo resolve a questão do esvaecimento de seu desejo fazendo dele um desejo proibido.” (LACAN, 1957-58/1999, p.427).

A severidade do supereu é sem dúvida implacável, mas nem sempre ocorre de maneira bem-sucedida. Quanto mais rigoroso for este supereu mais ele incidirá sobre a retirada da sexualidade. Pela grande proximidade que mantém com o isso, é permitido ao supereu utilizar toda a violência coercitiva do campo pulsional que é própria do isso. Os sintomas na neurose obsessiva, de maneira particular, deixam clara essa proximidade ao ligarem proibição e satisfação, ou em outras palavras, proibição do gozo pulsional e satisfação com a própria renúncia.

Sendo assim, na neurose obsessiva, o conflito se agrava em duas direções: as formas defensivas se tornam mais intolerantes e as forças que devem ser desviadas mais intoleráveis. O supereu comporta-se então como se conhecesse o caráter do impulso agressivo e por conta disto trata o eu de acordo com esta lógica. O eu toma para si um sentimento de culpa e arca com uma responsabilidade pela qual não pode

responder. Diante da intensa ruminação mental, repleta de dúvidas devido ao conflito que paralisa, o agir é suprimido. Mas, no seu dia-a-dia, o obsessivo parece ser uma pessoa sem maiores problemas, vivendo uma vida em que parece que vai bem. Pode apresentar-se como pessoa respeitosa, com escrúpulos, educada, mas pobre em relações. Procura viver de forma impessoal, tentando ao máximo suprimir seu desejo geralmente diluído em necessidades ou tarefas minuciosamente cumpridas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste artigo foi fruto de um percurso trilhado, em que a motivação para responder às indagações surgiu da experiência clínica que nos colocou frente a atendimentos de casos, cujo diagnóstico levou-nos à neurose obsessiva. Esse foi o ponto de partida, o de defrontar com a complexidade e a multiplicidade dos aspectos presentes nessa configuração neurótica que Freud considerou o tema mais gratificante da pesquisa psicanalítica. Por isso, utilizamos como recurso metodológico seguir o trajeto investigativo freudiano a partir da leitura cronológica de seus textos, procurando os pontos de impasses e as reformulações que proporcionaram o avanço de suas elaborações.

Inicialmente produzimos os primeiros contornos para localizar, em um Freud ainda pré-psicanalítico, as pontuações de como essa entidade clínica começou a encontrar lugar próprio na teoria das neuroses, ao se constituir diferente da histeria, base da fundação da psicanálise. Vimos Freud indicar nessa época que a problemática do obsessivo em sua relação com o desejo está relacionada a um trauma primitivo no qual ele desempenhou um papel ativo e por meio do qual obteve muito prazer. Quanto à escolha da neurose, ela se daria em função da singularidade das experiências sexuais infantis.

Todavia, um tempo depois há uma modificação dessa tese etiológica. Surge a definição de que a causa da neurose se caracteriza por uma fixação do sujeito em uma etapa de seu desenvolvimento libidinal, no lugar de um trauma sexual, são as próprias vicissitudes da sexualidade infantil que surgem como cenário para a neurose. Ao destacar essa articulação, evidencia-se uma conexão entre o caráter do sujeito e a fixação em determinada fase da sexualidade.

Na neurose obsessiva, os “conflitos intermináveis” gerados pelo recalque, já que o sujeito não pode afastar-se de seus pensamentos, e as defesas que dele surgem, obtém apenas êxito parcial, nisto ficam parecendo que os conflitos não têm fim. O sujeito cria determinadas leis, submete-se a elas, faz da sua existência rituais, e passa a seguir obedientemente seus escrúpulos. Foi o que trabalhamos em um dos textos em que Freud, em função dessas características, concebe a neurose obsessiva como uma “caricatura cômica e triste de uma religião particular”.

A situação circular, nas manifestações do Homem dos Ratos, característica do obsessivo, é aquela que o move em direção ao desejo, mas é aquela que também o esconde. É desse modo que o obsessivo se lança ao desafio da busca impossível por seu desejo. Ou seja, enquanto o obsessivo está neste modo de circulação e repetição, é a evitação do desejo o que está em jogo. Uma das consequências que se pode apreender é a sua incapacidade de decisão, que o deixa no campo da dúvida e paralisa seu pensamento.

Sabemos que, para se defender e evitar o desejo, alguns mecanismos característicos são utilizados: formação reativa, deslocamento, anulação e isolamento. Estes mecanismos de defesa criam impedimentos no contato com o objeto de desejo, restringem as ações, e por consequência, criam impossibilidades de satisfação.

Em suma, em nossas considerações finais, é importante ressaltar que cumprir o caminho explicativo de algumas de nossas questões deixa a convicção de que foi um esforço de valor para o caminho que ainda pretende-se percorrer. O aprendizado obtido e a visão que adquirimos sobre os casos clínicos, pontapé inicial para a realização deste trabalho, não só responderam muitas das indagações, mas, sobretudo, suscitaram outras. Ao longo desse percurso, procurou-se adotar uma posição distante daquela de um “um modelo obsessivo”, de certa relação com o saber. Não se quis tudo compreender, nem assumir uma posição de quem pretende tudo saber, e ter uma resposta. O caminho fora traçado na medida em que as questões foram se apresentando. E agora, no “*só-depois*”, percebemos que muitas delas, já se fazem presentes no desejo de continuar.

4 REFERÊNCIAS

COPPUS, A. **O corpo nas neuroses: Inibição, Sintoma e Angústia**. 2010. 202f. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro/ UFRJ, 2010.

FREUD, S. (1894). **As neuropsicoses de defesa**. Obras Completas. Edição Standard Brasileira, Vol. III, p. 51 a 74. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

_____. (1896). **Carta 52**. Obras Completas. Edição Standard Brasileira, Vol. I, p. 287-293. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

_____. (1896a). **A hereditariedade e a etiologia das neuroses**. Obras Completas. Edição Standard Brasileira, Vol. III, p. 141-158. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

_____. (1896b). **Observações Adicionais sobre as neuropsicoses de defesa**. Obras Completas. Edição Standard Brasileira, Vol. III p.159-186. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

_____. (1900). **A Interpretação dos Sonhos**. Obras Completas. Edição Standard Brasileira, Vol. IV p.305-335. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

_____. (1906). **Minhas teses sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses**. Obras Completas. Edição Standard Brasileira, Vol. VII, p.255-265. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

_____. (1907). **Atos Obsessivos e práticas religiosas**. Obras Completas. Edição Standard Brasileira, Vol. IX, p.107-120. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

_____. (1908). **Caráter e Erotismo Anal. Obras Completas**. Edição Standard Brasileira, Vol. IX, p.155-164. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

_____. (1909). **Notas sobre um caso de neurose obsessiva**. Obras Completas. Edição Standard Brasileira, Vol. X, p.137-276. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

_____. (1913). **Totem e Tabu**. Obras Completas. Edição Standard Brasileira, Vol. XIII. p. 131-168. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

_____. (1920). **Além do princípio do prazer**. Obras Completas. Edição Standard Brasileira, Vol. XVIII, p. 13-156. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

_____. (1923). **O Ego e o Id**. Obras Completas. Edição Standard Brasileira, Vol. XIX, p. 15-82. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

_____. (1924). **O Problema Econômico do Masoquismo**. Obras Completas. Edição Standard Brasileira, Vol. XIX, p. 176-190. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

_____. (1926). **Inibições, Sintomas e Ansiedade**. Obras Completas. Edição Standard Brasileira, Vol. XX, p. 81-174. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

LACAN, J. 1999. **O seminário, livro 5: as formações do inconsciente (1957-58)** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

_____. 1953. **O Mito Individual do Neurótico** In: **Falo- Revista Brasileira do Campos Freudiano**. Rio de Janeiro: n.1, 9-19, Junho/1987.

LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J. **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 3 ed.

ROUDINESCO, E e PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

PROSTITUIÇÃO FEMININA: ESTIGMA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

WOMEN'S PROSTITUTION: STIGMA AND SOCIAL REPRESENTATIONS

Flávia Dias Scantamburlo¹

Giovanna Carrozzino Werneck²

RESUMO

A prostituição feminina é considerada a profissão mais antiga do mundo e traz consigo uma história construída por fatores sócio históricos, que necessitam ser problematizados, tendo em vista aspectos contemporâneos. Assim, a prostituição envolve um conjunto de representações, geralmente estigmatizantes, analisadas neste artigo. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a produção de dados deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas com mulheres trabalhadoras do sexo. A pesquisa está baseada no referencial teórico-metodológico das representações sociais, com o intuito de compreender os sentidos produzidos sobre/para a prostituição, a partir dos discursos das próprias profissionais.

Palavras-chave: Prostituição. Estigma. Representações Sociais.

ABSTRACT

Female prostitution is considered the oldest profession in the world and brings with it a history built by socio-historical factors, which need to be problematized in view of contemporary aspects. Thus, prostitution involves a set of representations, usually stigmatizing, analyzed in this article. The methodology used was bibliographic research and the production of data was done through semi-structured interviews with female sex workers. The research is based on the theoretical and methodological reference of social representations, with the aim of understanding the meanings produced for/to prostitution, based on the discourses of the professionals themselves.

Keywords: Prostitution. Stigma. Social Representations.

¹Graduada em Psicologia (Faculdade Multivix) - Cachoeiro de Itapemirim.

² Mestra em Letras (UFES/Vitória); especialista em Terapia Comportamental, pelo Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento/Campinas; Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (UFES); Educação, Pobreza e Desigualdade Social (UFES); e Leitura e Produção de Texto (PUC/MG). Professora da Faculdade Multivix – Cachoeiro de Itapemirim.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a prostituição feminina, profissão ainda não regulamentada no Brasil e alvo de estigmatizações no decorrer da história. Por não ser uma profissão reconhecida pela legislação brasileira, as mulheres que exercem tal atividade encontram-se à margem da sociedade, incidindo sobre elas representações de caráter negativo. Diante de tal contexto, algumas delas trabalham sob condições precárias e, devido a não regulamentação, sem os devidos direitos trabalhistas.

Inicialmente, abordaremos os aspectos históricos da prostituição. Ressalta-se que desde seu surgimento, a prostituição foi marcada por discriminação, tentativas de criminalização, reprovação de grupos sociais etc. Nota-se que, com o passar dos anos, a atividade, apesar do pouco reconhecimento e das represálias, ganhou visibilidade e os direitos das profissionais do sexo¹² passaram a ser reivindicados por movimentos sociais.

Em seguida, será explicitado o processo de regulamentação da prostituição no Brasil, incluindo um projeto de lei que visa garantir o acesso das profissionais aos direitos sociais básicos e direitos trabalhistas, contribuindo, assim, para minimizar a exploração sexual e a marginalização daqueles sujeitos envolvidos em tal prática.

Realizaremos também um diálogo entre as representações sociais e a prostituição. Silva e Capelle (2015) apontam que “[...] além de ser vista como uma atividade clandestina no mercado, a prostituição enfrenta outras questões relacionadas ao aspecto moral dessa profissão”. O estigma que envolve a profissão relaciona-se com os preconceitos associados a ela, que podem sofrer mutações em decorrência de determinações sócio históricas.

¹² Utilizamos os termos “prostituta” ou “profissional do sexo” para nos referirmos à mulher que trabalha no ramo da prostituição. A expressão “profissional do sexo” derivou dos Encontros Nacionais das Prostitutas, realizado pela primeira vez em 1987, no Rio de Janeiro. Essa expressão designa uma pessoa que faz sexo de forma impessoal, por determinada quantia em dinheiro ou qualquer outro bem (MORAES, 1996).

Para concluirmos, será explicitada a pesquisa de campo com prostitutas em um estabelecimento conhecido na cidade de Cachoeiro de Itapemirim – ES, e que teve como objetivo analisar as representações sociais construídas em relação à prostituição no Brasil, considerando, para tanto, os discursos das próprias profissionais.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA PROSTITUIÇÃO

De acordo com Ribeiro (2005), na antiga civilização grega, a prostituição fazia parte da paisagem cotidiana e era um meio de obtenção de rendimento igual a qualquer outro, sendo uma prática controlada pelo estado. Assim, as prostitutas pagavam altos impostos e deviam se vestir de forma a serem identificadas como tais. Dentre as várias categorias de prostitutas da época havia as *hetairas*, de grande relevância social e conhecidas pela inteligência na administração dos próprios bens e competência nas articulações políticas. Frequentavam, livremente, o universo masculino, participavam das atividades reservadas aos homens e trabalhavam nos bordéis do Estado sem sofrerem qualquer tipo de coerção (RIBEIRO, 2005). As *hetairas* eram formadas em escolas nas quais as aspirantes aprendiam a arte do amor, a literatura, a filosofia e a retórica, vindo a ser as mulheres mais instruídas da Grécia.

Havia, na Grécia, uma classe de mulheres independentes, educadas, possuidoras de boas maneiras, com conhecimento de instrumentos musicais e dança. Eram as *hetairas* que participavam de banquetes em que esposas e filhas não podiam estar entretendo os homens e, inclusive, relacionando-se sexualmente com eles. Algumas delas participavam de debates filosóficos, também eram competentes em discussões e de extrema beleza. Acumulavam riquezas e, muitas delas, associavam-se a nomes ilustres, formando casais famosos: Aspásia e Péricles, Timandra e Alcibíades, Leóntion e Epicuro, Tais e Alexandre, o Grande (RIBEIRO, 2005, p. 19).

Já na Idade Média período marcado pelo domínio religioso e moral da Igreja Católica, havia normas rígidas de conduta para as mulheres, principalmente de cunho sexual. A virgindade era considerada uma virtude feminina, sendo, portanto, as prostitutas tidas como pecadoras. Ao mesmo tempo, eram liberadas as práticas sexuais dos homens. Diante disso, apesar da rigidez religiosa, a prostituição feminina era tolerada (apesar de ser um ato pecaminoso pela Igreja Católica), pois visava evitar o aumento

dos casos de estupro e, ao mesmo tempo, constituía-se como uma válvula de escape para os desejos sexuais masculinos (ROBERTS, 1998).

Historicamente, houve tentativas de acabar com a prática da prostituição e algumas medidas foram implementadas, principalmente, pelos religiosos. Em 1254, Luis IX editou um decreto expulsando as prostitutas das cidades e aldeias francesas, o que gerou indignação na população. Em 1256, Luis IX o editou determinando que as prostitutas retornassem às cidades, porém deveriam se manter afastadas dos locais considerados honrados, isto é, elas só poderiam viver em locais específicos nas periferias da cidade sendo, portanto, segregadas (ROBERTS, 1998).

De acordo com Bauer (2001), na Idade Moderna, vê-se um efeito da institucionalização do matrimônio, que consolidou um ideal de família. Nessa época, o papel da mulher em nossa sociedade deveria ser o de manter-se sempre casta, pura e destinada à vida doméstica, enquanto que para a prostituta permanecia o estigma do pecado, das doenças e, ao mesmo tempo, do prazer pelo sexo. Essa representação, entretanto, produziu um outro viés associado à "utilidade social" das prostitutas, à medida que elas serviam para a reprodução da ordem vigente.

[...] os serviços das profissionais do sexo eram tolerados, pois com os homens reservando seus desejos e fantasias a essas profissionais, as donzelas e mulheres casadas teriam sua virtude e higiene preservadas e protegidas. A prostituta não passava de um objeto que se podia comprar, vender ou alugar como qualquer outra mercadoria comerciável. Utilizar-se de seus serviços não era vergonhoso, existia liberdade moral para isso, principalmente para os mais jovens. (BAUER, 2001, p. 56).

No Brasil colonial, o exercício da sexualidade deu-se por meio de um afrouxamento da repressão sexual, ou seja, o sexo acontecia livremente entre brancos (europeus), índios e negros. Os jesuítas intervieram nessa situação autorizando a vinda de mulheres europeias, principalmente prostitutas para servirem aos homens sem suas famílias, que tinham migrado da Europa (BAUER, 2001).

No final do século XIX e início do XX, a prostituição ganhou espaço na sociedade brasileira. Grandes bordéis foram construídos e eram frequentados por homens das

mais diversas classes sociais. Nesse tempo, os cabarés estabeleceram uma rede de sociabilidade (ROBERTS, 1998).

Sobre a história da prostituição, Guimarães e Merchán-Hamann (2005) assim a resumem:

A prostituição constitui-se como uma prática milenar que tradicionalmente tem subvertido o exercício 'controlado' da sexualidade via instituições sociais. Tentativas de controle foram implementadas no passado, variando da satanização, isto é, do controle exercido pela instituição religiosa, passando pela proibição expressa em códigos civis, e chegando, finalmente, nos dias atuais no Brasil, à demanda pela sua legalização, como atividade profissional. (GUIMARÃES; MERCHÁN-HAMANN, 2005, p. 525).

Desta maneira, com o passar dos anos, as prostitutas passaram a reivindicar o acesso aos direitos sociais, bem como o reconhecimento da prostituição como profissão. No Brasil, nota-se que o início dessas reivindicações se deu na década de 90, quando começaram a ocorrer debates e mobilizações pela legalização da prostituição (ALVARES; RODRIGUES, 2001).

Assim, nas últimas décadas, as discussões sobre a prostituição se complexificaram, à medida que se consolidaram coletivos e organizações de prostitutas, que consideram a prestação de serviços sexuais como uma profissão e “[...] reivindicam, sobretudo, o direito a exercerem suas ocupações em condições dignas, livres de criminalização, estigma, humilhações, marginalização, discriminação e violência. ” (PISCITELLI, 2006, p. 1).

4 REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO NO BRASIL

A prostituição é um fato social que não foi tratado pelos legisladores em seus aspectos trabalhistas, pois os dispositivos legais brasileiros apenas criminalizaram aqueles que favorecem a prática e exploram a atividade como forma de obtenção de lucro, como os cafetões e as casas de prostituição. Nesse sentido, quem se prostitui não é penalizado, mas sim quem se favorece com a prática (BARROS, 2005).

Ao mesmo tempo, conforme explicita Sousa (2013), nas últimas décadas, a prostituição tem assumido posição de destaque na construção da agenda e pauta das políticas públicas, tendo em vista que a prostituição passa a ser considerada uma

profissão e, conseqüentemente, seus profissionais iniciam movimentos de reivindicação dos direitos de poder exercê-la livre e dignamente. Sousa (2013) entende que o processo de organização das profissionais do sexo iniciou-se com o questionamento da prática, dos preconceitos e estereótipos que a envolvem. A organização em busca da legalização é feita por mulheres as quais entendem o exercício da profissão atrelado à economia, sexualidade e outras questões polêmicas para uma agenda conservadora.

No Brasil, a primeira mobilização política de trabalhadoras do sexo aconteceu em São Paulo, entre os anos 1979 e 1982. Tratou-se da manifestação pública de um grupo de travestis e de prostitutas contra a violência exercida por policiais na Boca do Lixo, região de São Paulo. Houve a morte de uma travesti e duas mulheres, uma das quais grávida. Em 1982, esse mesmo grupo de prostitutas e travestis realizou uma passeata no centro da cidade e uma assembleia da qual também participaram alguns intelectuais e representantes de igrejas, o que deu visibilidade ao movimento em prol dos direitos sociais das prostitutas no Brasil. Iniciaram-se, assim, os movimentos sociais que buscavam o reconhecimento do trabalho do sexo como atividade legítima e a despenalização dos diversos aspectos vinculados à prostituição, exigindo-se a sua regulamentação por leis civis e trabalhistas e não por leis penais (OLIVAR, 2012).

Em 2012, foi apresentado à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4211/2012, (Lei Gabriela Leite¹³) que tem como proposta regulamentar a atividade das profissionais do sexo. O deputado autor do Projeto de Lei afirma na justificativa que:

O escopo da presente propositura não é estimular o crescimento de profissionais do sexo. Muito pelo contrário, aqui se pretende a redução dos riscos danosos de tal atividade. A proposta caminha no sentido da efetivação da dignidade humana para acabar com uma hipocrisia que priva pessoas de direitos elementares, a exemplo das questões previdenciárias e do acesso à Justiça para garantir o recebimento do pagamento. Dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil figuram o da erradicação da marginalização (art. 3º inciso III da CRFB) e o da promoção do bem de todos (art. 3º, inciso IV). Além disso, são invioláveis, pelo artigo 5º da Carta Magna, a liberdade, a igualdade e a segurança. O atual estágio normativo - que não reconhece os trabalhadores do sexo como profissionais - padece de inconstitucionalidade, pois gera exclusão social e marginalização de um setor da sociedade que sofre preconceito e é considerado culpado de qualquer

¹³ “Cabe ressaltar que o autor do Projeto de Lei [...] propôs sua intitulação como ‘Lei Gabriela Leite’, em homenagem à profissional do sexo de mesmo nome, militante dos Direitos Humanos e da causa dos profissionais do sexo desde o final da década de 70” (VIEIRA; FREITAS JÚNIOR, 2015, p. 333).

violência contra si, além de não ser destinatário de políticas públicas da saúde. (BRASIL, 2012, p. 3).

O deputado informa ainda que o objetivo do referido documento não é apenas o acesso das profissionais à dignidade humana, mas também uma forma de combate à exploração sexual, tendo em vista que com a entrada em vigor da Lei, as casas de prostituição passariam a ser fiscalizadas pelo Estado. Diante da necessidade de regulamentar a profissão, um passo importante é ouvir o que as prostitutas têm a dizer, considerando-as como sujeitos cujos discursos e vivências precisam estar inseridos no espaço de debates e problematização da profissão (SOUSA, 2013).

4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, ESTIGMA E PROSTITUIÇÃO

Segundo Moscovici (2003), é através da linguagem que pensamos, sendo por meio dela que construímos e expressamos as representações de nossa cultura, presentes nas interações humanas. Nesse sentido, pessoas e grupos criam-nas ao longo das interações linguísticas e discursivas, que ocorrem em ambientes e situações sociais diversas. Sendo produzidas sócio historicamente, as representações adquirem vida própria, circulam e provocam o surgimento de novas representações. Ao mesmo tempo, passam a exercer influência sobre as relações sociais, escolhas e ações das pessoas.

Oliveira, Paiva e Valente (2006, p. 474) apresentam o seguinte conceito para representações sociais:

As representações sociais situam-se na interface do psicológico e do social, podendo ser entendidas como formas de conhecimentos elaborados e compartilhados socialmente que contribuem para a construção de uma realidade comum, possibilitando a compreensão e a comunicação do sujeito no mundo. Sendo assim, compreende-se que as representações sociais estão vinculadas a valores, noções e práticas individuais que orientam as condutas no cotidiano das relações sociais e se manifestam através de estereótipos, estigmas, sentimentos, atitudes, palavras, frases e expressões. É um conhecimento do 'senso comum', socialmente construído e partilhado, diferente do conhecimento científico, que é reificado e fundamentalmente cognitivo.

São, portanto, conhecimentos práticos, que envolvem as relações sociais e orientam nossas ações cotidianas, isto é, são “[...] um conjunto coletivamente compartilhado de

crenças, imagens, metáforas e símbolos num grupo, comunidade, sociedade ou cultura.” (WAGNER, 1998, p. 3).

A finalidade das representações é proporcionar a familiarização, fazer com que os objetos, sujeitos e acontecimentos sejam percebidos e compreendidos em relação a conhecimentos prévios. Para isso, dois mecanismos são postos em funcionamento: a ancoragem e a objetivação. Ancorar consiste em classificar e dar nome a alguma coisa, isto é, incluir um objeto, pessoa ou acontecimento em uma determinada categoria, rotulando-o com um nome conhecido. Objetivar consiste em converter aquilo que é abstrato em algo quase concreto, transformar um conceito em imagem, traduzir o que está na mente em algo tangível (MOSCOVICI, 2003).

De acordo com Minayo (2003), há representações sociais que são mais abrangentes, que predominam no âmbito de uma sociedade. São representações que expressam uma visão de mundo em determinado momento histórico e revelam as concepções das classes dominantes. Nessas representações estão presentes a dominação, a resistência, o conformismo, as contradições e os conflitos, numa conexão dialética com a realidade. Ao mesmo tempo, “[...] cada grupo social faz da visão abrangente uma representação particular, de acordo com a sua posição no conjunto da sociedade.” (MINAYO, 2003, p. 110).

A prostituição, conforme o exposto, apresentou diversas representações e, atualmente, o exercício dela é entendido como um comportamento desviante marcado pela mercantilização do sexo e permeado por questões morais e religiosas, o que contribui para a estigmatização da prática e segregação dos sujeitos envolvidos.

O conceito de estigma pode ser definido como “[...] a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena.” (GOFFMAN, 1988, p. 7). Para esse autor, o estigma não é apenas atributo pessoal, mas uma forma de designação social. O estigma pode ser uma desordem física, uma “falha” de caráter, uma deficiência no comportamento, ao mesmo tempo que torna negativa a pertença a um grupo social minoritário julgado inferior em relação a um grupo, que traduz a posse de um atributo indesejável.

Em síntese, os estigmas são traços distintivos os quais funcionam como fatores de descrédito ao indivíduo que os possui, circunscrevendo-se em vários critérios classificatórios que aludem a diferentes níveis de ruptura com o que é socialmente aceito, passando, assim, a definir as situações de interação social onde os indivíduos se inserem. Trata-se, portanto, de um fenômeno sócio histórico caracterizado por processos de segregação social legitimados por estigmas socialmente construídos (GOFFMAN, 1988).

De acordo com Oliveira, Paiva e Valente (2006), a estigmatização vinculada a determinados exercícios profissionais é decorrente de relações sociais de preconceito, seja de classe, raça¹⁴ ou de gênero¹⁵. No entanto, os referidos autores ressaltam que até mesmo o estigma pode sofrer rápida transformação quando mudam os costumes elementares e, conseqüentemente, as reações sociais de preconceito ligados a ele.

Ou seja, para compreender o fenômeno da prostituição e sua estigmatização é necessário sempre contextualizar a sua definição, tendo em vista os papéis sexuais¹⁶, os padrões de moralidade, conjugalidade¹⁷ e ideologias vigentes. Considera-se

¹⁴ Optamos por adotar o conceito de raça preconizado por Munanga (2004, p. 18): “[...] o conceito de raça tal como o empregamos hoje nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é, natural, é de fato uma categoria etno-semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras etno-semântico, político-ideológico, e não biológico”.

¹⁵ Utilizamos neste artigo o conceito de gênero elaborado por Scott (1990, p. 14): “[...] elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos; o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

¹⁶ Segundo Nader (2002), papel social refere-se ao conjunto de ações e atribuições que são exigidas de homens e mulheres em uma dada sociedade e momento histórico. “A sociedade espera que cada sexo cumpra as atribuições pertinentes ao seu papel social e, por isso, delimita espaços de atuação do homem e da mulher, construindo dessa delimitação espacial, a identidade sexual de cada um. Na realidade, a sociedade atribui papéis distintos para o homem e a mulher e isso cria os campos de atuação de cada sexo, ou seja, o papel social feminino e o papel social masculino” (NADER, 2002, p. 463).

¹⁷ A conjugalidade define-se como a dimensão psicológica compartilhada em uma vida a dois, possuindo uma dinâmica inconsciente com leis e funcionamento específicos (FÉRES-CARNEIRO, 1998). A conjugalidade moderna pode ser resumida como um núcleo de trocas afetivas e sexuais com um não-demarkação dos papéis conjugais. Nesse caso, o casal preserva a autonomia individual e a singularidade que a relação de amizade nesse contexto moral exhibe. Sendo assim, deve-se pensar a conjugalidade em um contexto no qual tal concepção é (re) produzida (HEILBORN, 1995).

também que a identidade da prostituta foi construída como verdade pelo olhar e discurso masculinos.

Construir masculinamente a identidade da prostituta significou silenciá-la e estigmatizá-la e, ao mesmo tempo, defender-se contra o desconhecido – a sexualidade feminina – recoberta por imagens e metáforas assustadoras. (RAGO, 2008, p. 21).

Assim, Oliveira, Paiva e Valente (2006) destacam dois fatores que persistem como fontes do estigma dirigido às prostitutas: um, associado à prostituição como um amplo leque de moralidades, tornando-a, conseqüentemente, uma experiência imoral. O outro, que amarra a prostituição às representações hierárquicas de gênero e à ideia de que as mulheres e sua sexualidade precisam da dominação e controle masculinos, ficando disponíveis à realização dos desejos sexuais dos homens.

As normas de gênero atravessadas por relações de poder determinantes de padrões de comportamento, atuação na sociedade e exercício da sexualidade para as mulheres, associam a prática do sexo ao amor e à reprodução, criando o pressuposto de que todas têm a maternidade como desejo, como algo natural e associada a uma essência do “ser feminino”, sendo, portanto, prioridade sobre as demais alternativas de realização individual.

Relações de poder ou juízos de valor demonstram características apresentadas como naturais e, portanto, irremediáveis, observáveis no comportamento como as ‘qualidades’ ou os ‘defeitos’ femininos considerados como marcados sexualmente. A ‘natureza’ feminina é apresentada desde sempre como uma evidência dada (COLLING, 2014, p. 44).

Sendo assim, as mulheres que infringem essas normas, como as prostitutas, as quais exercem a sexualidade como um trabalho remunerado, por exemplo, são especialmente afetadas por processos estigmatizantes (VILELA; MONTEIRO, 2015). No que tange à prostituição, o estigma a ela vinculado está relacionado a um dilema moral: as mulheres que alugam seus corpos para que homens tenham prazer são desqualificadas, enquanto os homens que buscam tal prazer são apoiados tendo em vista uma afirmação da masculinidade. Dessa forma, a estigmatização das prostitutas favorece as desigualdades de gênero e contribui para que elas tenham menos acesso a direitos, aumentando a vulnerabilidade ligada à saúde sexual e mental (VILELA;

MONTEIRO, 2015). Barros (2005, p. 89) se posiciona acerca do estigma que envolve a prostituição:

A despeito das mudanças das formas de prostituição, está longe o dia em que a venda do sexo não será entendida como um ato sujo, feio, profano, pecador, imoral, mundano e danoso à ordem social. As marcas que a sociedade produziu para caracterizar o ato sexual que resulta em pagamento demonstram perfeitamente como as prostitutas são entendidas. Os estigmas são diversos, alguns são até evitados em nossa comunicação diária, mas revelam com acuidade o imaginário social e o processo de estigmatização por que passam as prostitutas.

Ferreira e Pereira (2010) mencionam que grande parte da sociedade brasileira analisa a prostituição como uma escolha para ganhar dinheiro fácil, no entanto, será mesmo essa escolha o modo mais fácil de ganhar dinheiro? Até que ponto é viável dividir sua intimidade e ser alvo de estigmas e preconceitos?

5 METODOLOGIA

A técnica utilizada para a produção de dados foi a entrevista semiestruturada com mulheres que se prostituem em um estabelecimento na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo. Dessa forma, pode-se também contar com as impressões suscitadas pela incursão ao campo de investigação, visando ao contato com as entrevistadas no ambiente aonde atuam. Para uma análise qualitativa dos dados, utilizamos a Análise de Conteúdo¹⁸, que nos impele a caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, superando a análise superficial das aparências do que foi comunicado. Busca-se, então, tanto aquilo que é homogêneo nos discursos quanto aquilo que os diferenciam, considerando o contexto sócio histórico.

O local era similar a um bar, com música alta, mesas com bebidas, seguranças, e onde percebia-se certo código moral determinante do comportamento das pessoas

¹⁸ “É uma metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob a forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos. Um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Trata-se de se compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações. Envolve, portanto, a análise do conteúdo das mensagens, os enunciados dos discursos, a busca do significado das mensagens. As linguagens, a expressão verbal, os enunciados, são vistos como indicadores significativos, indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas humanas e a seus componentes psicossociais.” (SEVERINO, 2007, p. 121).

presentes. Havia regras sociais a serem seguidas, pois todos se comportavam de maneira socialmente aceitável, mesmo em relação a alguém que não pertencia aquele ambiente. Existia, portanto, um aparente código de regras de conduta, que mesmo não sendo ditas ou escritas em lugar algum, estavam aparentes no comportamento das pessoas e na maneira como se relacionavam. Era um ambiente em que a maioria das pessoas encontra em um bar familiar ou em uma pequena festa, desconstruindo, portanto, a representação negativa do que seja um prostíbulo, “zona”, lugar associado à desorganização e libertinagem.

Foram entrevistadas no local três profissionais, com 24 anos, que utilizavam nomes fictícios. Conforme o exposto em Araújo (2006, p. 6): "Poucas mulheres que se prostituem assumem os verdadeiros nomes. A maioria utiliza nomes fictícios junto ao grupo e somente com o tempo esses nomes são revelados".

As profissionais entrevistadas exigiram que as entrevistas não fossem gravadas ou fotografadas. Dessa forma, as perguntas foram feitas individualmente e as respostas eram transcritas. As perguntas realizadas foram: Quais os motivos que levaram você à prostituição? Quais os motivos que fazem você se manter nela? Como é a relação com sua família?

6 ANÁLISE DOS DADOS

Tendo em vista a não gravação dos relatos a pedido das entrevistadas, tais respostas não retratam fielmente as falas. Ao mesmo tempo, houve uma preocupação em explicitar o máximo possível os discursos, sem prejuízo dos sentidos. Sendo assim, analisaremos os dados, considerando as categorias: motivos para ingressar na profissão e para se manterem nela e aceitação (ou não) da família.

- Motivos para ingressarem na profissão:

“Dinheiro rápido. Por aí leva um mês pra fazer mil e quinhentos reais, eu faço isso em uma semana. Em um mês dá pra tirar quatro mil” (MEL).

“Dívidas. E também sentia faltar de ter as coisas” (KAROL).

“Decepção amorosa. Melhor cobrar pra dar do que dar de graça e quebrar a cara” (JULIA).

- Motivos que as mantêm na prostituição:

“As condições financeiras, a família... Tenho vício em compras” (MEL).

“O dinheiro” (KAROL).

“Só estou de passagem, pra ganhar algum dinheiro” (JULIA).

- Aceitação da família:

“Todos sabem, todos aceitam, mas minha mãe não aceita. Não tenho outro trabalho” (MEL).

“Ninguém sabe. Meu marido viaja a trabalho e venho prá cá. Sou dona de casa, sou mãe, meu marido não sabe daqui” (KAROL).

“Ninguém sabe, não é sempre... Eu faço artesanato” (JULIA).

Percebe-se que a falta de recursos financeiros e a dificuldade de encontrar trabalho fizeram com que essas mulheres buscassem meios para sobreviver e, ao mesmo tempo, integraram-se a uma sociedade que estimula o consumismo. Gaspar (1985), aponta que a possibilidade de ganhar dinheiro (talvez mais do que em outras profissões) seria um fator determinante tanto de razões simbólicas quanto materiais para a entrada e permanência na prostituição. Além disso, há a questão da busca dessa prática como uma forma de sanar dificuldades financeiras.

[...] uma situação econômica precária, marcada pela difícil colocação no mercado de trabalho por baixos rendimentos, e muitas vezes, pela condição de arrimo e chefe de família, é uma forte justificativa para o fato de a mulher se dedicar à prostituição [...] diante da sua própria situação de penúria e também da de sua família, é necessário que ela se sacrifique por ela e pelos seus. A prostituição surge então como um recurso quase legítimo para a falta de dinheiro. (GASPAR, 1985, p. 86).

Considerando a relação delas com a família e a possível ciência que seus familiares possam ter sobre o fato de se prostituírem, duas delas apontaram o desconhecimento da família e a existência de uma vida para além da prostituição: "Eu faço artesanato" e "Sou dona de casa". A esse respeito, Araújo (2006, p. 7) ressalta:

O que se percebe é que a maioria dos trabalhos sobre a prostituição se volta quase sempre para o entendimento das dinâmicas, das relações e das representações presentes nesse universo, deixando de ressaltar que a mulher profissional do sexo possui uma vida que não se resume apenas à prostituição, pois negocia constantemente com outras esferas. Em suma, ela assume papéis que não se restringem apenas ao ambiente da prostituição e ao ofício de prostituir-se. Ao focalizar a rotina de suas vidas, percebe-se que,

quando não estão trabalhando, suas atenções voltam-se para a casa, os filhos, ou outras atividades. O que demonstra que a rotina de uma mulher profissional do sexo não difere da rotina diária de qualquer mulher que trabalhe fora desmistificando, assim, a ideia de que a mulher que se prostitui leva uma vida desregrada e sem compromisso.

Os discursos das mulheres entrevistadas revelam parte das experiências delas e descortinam um universo de relações de produção de subjetividades marginalizadas, tendo em vista o atual contexto sócio-político de silenciamento e criminalização de modos de vida que divergem daquele estabelecido como padrão em nossa sociedade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos abordados no presente trabalho, conclui-se que o panorama histórico nos mostra que a atividade da prostituição é um fenômeno atemporal e está atrelada a diversos fatores, mas principalmente à carência econômica, sendo a prostituição a saída para a sobrevivência na vida de algumas mulheres.

Embora a prostituição seja vista como uma escolha fácil, ela contém elementos que a tornam um fenômeno complexo, principalmente num país como o Brasil, organizado nos moldes patriarcais de gênero, onde há a produção de desigualdades generificadas, ou seja: os homens possuem os privilégios comparativamente às mulheres. Além disso, tal atividade é estigmatizada, o que "[...] compromete o exercício da cidadania e o usufruto de direitos, sobretudo, direito à saúde." (VILELA; MONTEIRO, 2015).

No trabalho foi abordada a necessidade da discussão acerca da legalização da profissão como atividade, uma vez que muitas pessoas exercem essa atividade e em condições marcadas pela precariedade de direitos.

Faz-se necessário ressaltar que as profissionais do sexo anseiam por políticas que legitimem sua profissão, contribuindo, assim, para uma possível diminuição de julgamentos moralistas. Ao mesmo tempo, é fundamental que outras pesquisas sejam feitas a fim de conhecermos efetivamente os sujeitos envolvidos e as relações psicossociais que constituem o universo da prostituição.

8 REFERÊNCIAS

- ALVARES, Gabriel Omar; RODRIGUES, Marlene Teixeira. Prostitutas cidadãs: movimentos sociais e políticas de saúde na área de HIV/Aids. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 1, n. 8, p. 97-127, 2001. Disponível em: http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/44/29 . Acesso em: 20 abr. 2016.
- ARAÚJO, Rogério. **Prostituição: artes e manhas do ofício**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006.
- BARROS, Lúcio Alves de. Mariposas que trabalham. Uma etnografia da prostituição feminina na região central de Belo Horizonte. **Jus Navigandi**, 2005, v. 8. Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/23535/public/23535-23537-1-PB.pdf> > Acesso em: 10 mai. 2016.
- BAUER, Carlos. **Breve história da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Edições Pulsar, 2001.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4211/2012**. Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo. Brasília, DF. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829 >. Acesso: 23 mai. 2016.
- COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino**. Dourados: Editora UFGD, 2014. p. 43-100.
- FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 11, n. 2, p.
- FERREIRA, Isabel Bernardes; PEREIRA, Mayra Cardoso Pereira. **Prostituição: opção ou determinação social?** São Paulo: 2014.
- GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de programa: prostituição e identidade social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.
- GUIMARÃES, Katia.; MERCHÁN-HAMANN, Edgar. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 525-544, 2005. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0477.pdf>.>. Acesso em: 05 jun. 2016.
- HEILBORN, Maria Luíza. O que faz um casal, casal? Conjugalidade, igualitarismo e identidade sexual em camadas médias urbanas. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana

Clara Torres. **Família em processos contemporâneos?** Inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995. p. 91-128.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho Arcides; JOYCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 89-111.

MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da vida**: prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis: Vozes, 1996.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto Pereira (Org.). Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: Universidade Federal Fluminense. **Cadernos PENESB**, p. 15-34, 2004.

NADER, Maria Beatriz. A condição masculina na sociedade. **Dimensões**. Revista de História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, n. 14, p. 461-480, 2002.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Prostituição feminina e direitos sexuais... diálogos possíveis? **Sex., Salud Soc.**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 88-121, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000500005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 mai. 2016.

OLIVEIRA, Jeanne Freitas de; PAIVA, Mirian Santos; VALENTE, Camila. Representações sociais de profissionais de saúde sobre o consumo de drogas: um olhar numa perspectiva de gênero. **Ciências Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 473-481, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11n2/30434.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

PEREIRA, Jesana Batista.; FEIJÓ, Maurício Eduardo Vasconcelos. Prostituição e preconceito: uma análise do projeto de lei Gabriela Leite e a violação da dignidade da pessoa humana. **Cadernos de Graduação – Ciências humanas e sociais**, Maceió, v. 2, n.1, p. 39-57, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/view/1348>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

PISCITELLI, Adriana Garcia. Estigma e trabalho sexual: comentários a partir de leituras sobre turismo sexual. In: CÁCERES, Carlos; CAREAGA, Glória Frasca Tim; PECHENY, Mario (Org.). **Sexualidad, estima y derechos humanos: desafíos para el acceso a la salud en América Latina**. Lima: FASPA/UPCH, p. 223-251, 2006.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1998.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. In: MAIA, Ana Cláudia

Bertolozzi (Org.) **Sexualidade e infância**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Fundamental, 2005. p.1 17-34.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, Porto Alegre, p. 5-22, 1990.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SILVA, Késia Aparecida Teixeira; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. Sentidos do trabalho apreendidos por meio de fatos marcantes na trajetória de mulheres prostitutas. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 16, n. 6, p. 19-47, 2015. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712015000600019&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 13 jun. 2016..

SOUSA, Fabiana Rodrigues de. **Autodeterminação das prostitutas e a busca por ser mais**. III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. Bahia, 2013.

Disponível em:

<<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2013/06/Autodetermina%C3%A7%C3%A3o-de-prostitutas-e-a-busca-por-ser-mais.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

VIEIRA, Lucas Bezerra; FREITAS JÚNIOR, Reginaldo Antônio de Oliveira. Lei Gabriela Leite: a legalização da prostituição sob uma nova perspectiva no Direito Penal Brasileiro. **Revista Transgressões**, Natal, v. 3, n. 1, p. 331-344, 2013.

VILLELA, Wilza Vieira; MONTEIRO, Simone. Gênero, estigma e saúde: reflexões a partir da prostituição, do aborto e do HIV/aids entre mulheres. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 531-540, 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222015000300531&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 mai. 2016.

WAGNER, Wolfgang. Sóciogênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, Antônio Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998, p. 3-25.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A LEGISLAÇÃO RELATIVA À CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO BRASIL

BACKGROUND OF THE CHILD AND ADOLESCENT LEGISLATION IN BRAZIL

Paulo Roberto Barboza Tavares¹

Fabiana Davel Canal²

RESUMO

O presente trabalho buscou apresentar um panorama do quadro atual em que se encontra a criança e o adolescente quanto aos seus direitos e deveres, por meio de uma revisão de literatura sobre a temática. De modo a possibilitar a compreensão desse tema tão complexo, foi feita uma explanação sobre os inúmeros fatores que, direta ou indiretamente, estão ligados ao assunto e que podem influenciá-lo de forma preponderante. Para entendimento da atual situação, apresentou-se a evolução histórica das legislações que possuem normatizações referentes às crianças e aos adolescentes, culminando com o advento da Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Palavras-chave: Direitos da Criança e do Adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente. Direitos Humanos.

ABSTRACT

This work presents an outlook of the current situation lived by children and adolescents concerning their rights and obligations, by means of a critical review about the area. In order to make possible the understanding of this complex theme, an explanation about the numerous factors directly or indirectly linked to this subject and capable of influencing it predominantly was made. To understand the current situation, a historical evolution about the legislation related to children and adolescents was presented, leading to the Constitution of 1988 and the Statute of the Child and the Adolescent.

Keywords: Rights of children and adolescents. Status of children and adolescents. Human rights.

¹ Bacharel em Direito formado pela Multivix Castelo.

² Mestre em Psicologia Institucional (UFES). Especialista em Psicologia Social (CFP). Graduada em Psicologia (UFES). Professora da Multivix Castelo e Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

1 INTRODUÇÃO

As preocupações relativas aos cuidados dispensados às crianças e aos adolescentes em situação de risco ou autoras de atos infracionais já vêm sendo objeto de legislação pertinente não é de hoje. Desta forma, este artigo tem como objetivo uma revisitação das leis para esse público, com a finalidade de demonstração dos avanços conseguidos com a promulgação do Estatuto da Criança e do adolescente. Para tanto, enquadra-se metodologicamente, como uma revisão bibliográfica.

2 LEGISLAÇÕES RELATIVAS À CRIANÇAS E ADOLESCENTES ANTERIORES À VIGENTE

2.1 Ordenações Filipinas

Durante o período colonial da história pátria, por óbvio que a legislação em vigor era a mesma vigente em Portugal, as “Ordenações do Reino”. Dentre estas, destaca-se as “Ordenações Filipinas”, que em seu bojo já tratavam da questão menorista.

Felipe II, ao assumir o reino de Portugal, incumbiu aos ilustres juristas da época, Pedro Barbosa, Paulo Afonso, Jorge de Cabedo e Damião de Aguiar, a criação de nova legislação a ser adotada pelo reino e suas colônias. Assim, fora criada as Ordenações, sendo estas promulgadas em 1603 (GARCIA, 2011).

Antes de tudo, é importante salientar que o quadro histórico-social indicava uma orientação extremamente rigorosa em relação à obediência às regras adotadas pela sociedade da época, onde ainda havia forte ranço do Período Medieval, marcado pela ignorância, violência e brutalidade, fato este presente em alguns setores da estrutura do Estado (SILVA; SALLES, 2011).

De acordo com Silva e Salles (2011) a plebe era tratada com latente preconceito e discriminação, sendo considerada a origem de muitos problemas que afligiam a sociedade. Para a plebe eram reservadas as mais severas penas prescritas em lei. Já para a elite, os fidalgos, havia um tratamento mais condescendente, sendo rara a aplicação de pena de morte aos crimes praticados por membros deste segmento da

sociedade. A eles estavam reservadas as penas mais brandas e as formas de redução de penas, enfim, as benesses da lei. Aos outros, os rigores da lei (SILVA; SALLES, 2011).

A questão das crianças e adolescentes tinha previsão legal no livro V, parte que tratava dos crimes e punições. Havia uma divisão quanto à possibilidade de concessão de benesses ao acusado, havendo, então, uma primeira faixa etária, dos sete anos aos dezesseis anos, e uma segunda que ia dos dezessete anos até os vinte anos. Para a primeira, dos sete aos dezesseis anos, o legislador proibiu a pena capital e poderia haver redução da pena dependendo das circunstâncias em que o fato criminoso transcorreu (TAVARES, 2004).

[...] aqueles cuja idade se situa abaixo dos 17. Para essa faixa, o soberano brindou seus súditos com uma espécie de "privilégio". Proibiu a pena de morte. Não será aplicada contra nenhum infante, mesmo que mereça. Nessa hipótese, porém, o arbítrio do julgador é chamado para intervir. Sua tarefa será a de definir a pena mais adequada para o caso (MENEZES, 2005).

Já para a segunda faixa etária, dos dezessete aos vinte anos, haviam mais critérios a serem levados em conta na hora do julgamento. A sentença era baseada na percepção que o julgador tinha em relação ao grau de conscientização que o adolescente possuía quanto às consequências dos atos que praticara. Desse modo, até era possível ser o infante levado ao cadafalso, mas, havia muito mais meios de ser ele beneficiado por uma das atenuantes propiciadas pelas Ordenações Legais (MENEZES, 2005).

[...] menores de 20 anos com limite nos 17. Nesse âmbito, duas alternativas tinham de ser consideradas: ou o julgador aplica pena total, ou a diminui. Para aplicar pena total, leva-se em conta três fatores *objetivos* (a. o modo como o delito foi cometido; b. suas circunstâncias; c. a pessoa do menor), e um *subjetivo* (a malícia da ação). Enquanto isso, para diminuir o castigo, basta que pareça ao juiz não ser o menor merecedor daquela punição. É o que ocorre quando o menor age com "simpleza", ou dito de outro modo, sem malícia, sob o impulso da inocência que ainda não perdeu (MENEZES, 2005).

2.2 Código Criminal de 1830

Em 16 de dezembro de 1830, foi promulgado o primeiro Código Criminal brasileiro, que surgiu a pouco mais de oito anos posteriores a Proclamação da Independência

do Brasil, portanto no período imperial de nossa história, e teve como modelo o Código Penal Francês de 1810, período do iluminismo, apresentava esta codificação, em seus artigos 10 e 13, como principal diferenciador quanto às questões menorista o “Sistema do Discernimento”, que se traduzia na capacidade do autor de ato criminoso ter plena consciência do fato ilícito que praticara, sendo esse fator norteador do grau da pena ou até mesmo da absolvição do acusado (TAVARES, 2004).

Art. 10. Também não se julgarão criminosos:

1º Os menores de quatorze anos.

Art. 13. Se se provar que os menores de quatorze anos, que tiverem cometido crimes, obraram com discernimento, deverão ser recolhidos às casas de correção, pelo tempo que ao Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda a idade de dezessete anos (BRASIL, CÓDIGO PENAL de 1930).

O parâmetro relativo à imputabilidade penal característico desse ordenamento era fixado em um mínimo de sete anos e no máximo de quatorze anos de idade, mas, como já foi dito, era critério relativo, pois se houvesse a consciência da ilicitude do ato, na faixa etária supracitada, estes poderiam ser penalizados até com a privação de liberdade, desde que não ultrapassasse a idade de dezessete anos (GARCIA, 2011). A pena das galés era proibida aos menores de vinte e um anos. Nela os condenados eram obrigados a andarem com uma argola colocada no tornozelo que se unia à sua cintura através de uma corrente de ferro, cuja finalidade era possibilitar a locomoção destes apenados presos uns aos outros ou mesmo sós, sendo então, obrigados a fazerem trabalhos forçados (GARCIA, 2011).

Art. 44. A pena de galés sujeitará os réus a andarem com calceta no pé, e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregarem-se nos trabalhos públicos da província, onde tiver sido cometido o delito, à disposição do Governo.

Art. 45. A pena de galés nunca será imposta:

2º Aos menores de vinte e um anos, e maiores de sessenta, aos quais se substituirá esta pena pela de prisão com trabalho pelo mesmo tempo (BRASIL, CÓDIGO PENAL de 1930).

Esta codificação apresentou alguns avanços em relação às codificações, anteriores, principalmente quanto ao critério biopsicológico do “Sistema de Discernimento”, o reconhecimento quanto à exclusão, mesmo que relativa, da responsabilidade penal do jovem autor de crime, que até então não era reconhecida e o aumento da idade de imputabilidade penal da criança e do adolescente (MENEZES, 2005).

2.3 Código Penal dos Estados Unidos do Brasil

Este código foi criado em 11 de outubro de 1890, período republicano, através do decreto nº 847, surgindo antes mesmo da criação da Constituição que foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891. As orientações normativas menorista estavam previstas no Título III, artigo vinte e sete, parágrafos primeiro e segundo do referido diploma legal (GARCIA, 2011).

Art. 27. Não são criminosos:

§ 1º Os menores de 9 anos completos;

§ 2º Os maiores de 9 e menores de 14, que obrarem sem discernimento.
(BRASIL, CÓDIGO PENAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL de 1890).

Esta normatização caracteriza-se por manter o “Sistema de Discernimento”, já previsto na lei antecedente, e trazendo como novidade mais relevante a presunção absoluta de inimputabilidade da criança (idade inferior a nove anos completos), este instrumento não ocorria nas legislações anteriores (VILAS-BÔAS, 2012). Importante sublinhar que até aos nove anos a presunção de inimputabilidade era absoluta, e dos nove anos até aos quatorze anos a presunção era relativa pois se aplicava o critério do “Discernimento” (GARCIA, 2011).

Com esta codificação criminal fora mantido o acertado sistema do discernimento, havendo apenas a exclusão apriorística e com presunção absoluta de incapacidade ao jovem infrator que ainda não tivesse completado 9 anos de idade. Além disso, aqueles que ainda não ultrapassassem a marca etária dos 14 anos poderiam vir a ser alvo de um estudo casuístico para que pudesse vir a ser considerado, ou não, capaz de responder criminalmente pela conduta praticada (GARCIA, 2011).

Fato relevante que não pode passar despercebido quando se trata das duas últimas legislações acima aludidas, diz respeito à subjetividade do termo “discernimento”. Alguns críticos, dentre os quais se destaca Tobias Barreto de Menezes (2005), renomado jurista, que tece fundada crítica em sua obra intitulada “Menores e Loucos”, quanto às várias possíveis interpretações advindas do referido termo, possibilitando uma dúbia utilização da norma e permitindo até o surgimento de uma grave insegurança jurídica.

No ensaio Menores e Loucos, Tobias Barreto tratou criticamente da matéria. Questionou a palavra "discernimento" e seu uso como critério capaz de separar os menores impuníveis dos puníveis (GARCIA, 2011).

4.4 O Código de 1927 – Código Mello Mattos

Sob os auspícios do Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927, surgiu na legislação pátria a primeira normatização a ser realmente considerada como um código voltado para as questões menoristas. Foi instituída por esta codificação a concepção de um tratamento diferenciado por parte do Estado para a tratativa dispensada às crianças e aos adolescentes, aboliu-se a subjetividade do “discernimento” em favor de um critério objetivo, etário, que perdura até os dias atuais. É neste momento que o Estado adota uma maior responsabilidade para com as crianças e os adolescentes (ROTONDANO, 2011).

No momento em que o modelo da proteção estatal se impõe, percebemos que o Código de Menores de 1927 passa a funcionar como um dispositivo que possibilita o acesso de crianças e adolescentes às garantias do Estado. Em outras palavras, o Juizado passa a ser procurado para regular situações (NASCIMENTO, 2002, p. 56).

José Cândido de Mello Mattos, nascido em Salvador em 19 de março de 1864, foi o principal mentor do aludido Código e devido a seu empenho na criação deste, teve seu nome incorporado a esta compilação legal que passou a ser conhecida como Código Mello Mattos. Importante jurista do início do século, foi o primeiro Juiz de menores da América Latina, recebeu a alcunha de “Apóstolo da Infância Abandonada” devido as várias ações em prol das crianças e dos adolescentes desvalidos daquela época (ARAUJO; COUTINHO, 2008).

Doutra feita, observa-se que este é o momento em que há a ruptura de uma visão de cunho coercitivo em relação às crianças e adolescentes, para uma nova orientação de conotação humanista, voltada para a proteção daquele que se encontra em situação precária. A Lei Mello Mattos foi o marco de uma nova concepção doutrinária voltada para a valorização dos direitos individuais e coletivos da criança e do adolescente e que permanecem em vigência (GARCIA, 2011).

Teve grande influência na concepção deste código os médicos higienistas, que de forma sintetizada, podem ser compreendidos como médicos que seguiam doutrina de cunho neoliberal em que o Estado trata da saúde da população intervindo no meio estrutural, econômico e social, visando um ambiente saneado e salubre que impeça a

proliferação de doenças. No caso do Código Mello Mattos, o higienismo foi utilizado como argumento para estender a proteção estatal às crianças e aos adolescentes, devido à grande quantidade destes que se achavam em situação precária perambulando abandonados pelos centros urbanos (NASCIMENTO, 2002).

O Código emerge a partir da associação entre os discursos dos médicos higienistas – preocupados com a prevenção e com a produção de novas formas de controle da sociedade – e dos juristas da época, atentos ao grande número de crianças que perambulavam pelas ruas e inquietos com o aumento da criminalidade infantil (NASCIMENTO, 2002, p. 55).

As interações aludidas no parágrafo anterior englobam ações protetivas por parte do Estado, tais como as orientações dispensadas ao ambiente familiar, orientações sanitárias transmitidas às mães daqueles que são considerados abandonados ou em situação irregular e que previam, dentre outras medidas, a apreensão, guarda, educação, classificação e separação por faixa etária. Quando em situação de abandono ou risco, estas crianças e adolescentes seriam alocadas em instituições criadas especialmente para esta finalidade, ou então deixadas aos cuidados dos pais ou de cidadãos de reputação ilibada (SILVA, 2011).

Surge nesse período, uma nova conotação dada às palavras “criança e menor”, sendo que a primeira indica aquele nascido em família possuidora de rendas, e o segundo descreve aquele cuja família é carente, com renda tida como insuficiente para suprir as necessidades básicas e o regular sustento de todos os seus membros, e por isso, contribuindo para com o crescimento dos casos de abandono infantil (NASCIMENTO, 2002).

O artigo 69, parágrafo 3º, é merecedor de uma observação crítica mais apurada, devido à interpretação que possibilita, principalmente em relação à frase “em perigo de o ser” nesses termos enseja uma interpretação extensiva, ou seja, permite o acolhimento de qualquer criança ou adolescente às considerações subjetivas do juizado (MENEZES, 2005).

§ 3º Se o menor for abandonado, pervertido, ou estiver em perigo de o ser, a autoridade o internará em uma escola de reforma, por todo o tempo necessário a sua educação, que poderá ser de três anos, no mínimo e de sete anos, no máximo (BRASIL, CÓDIGO DE MENORES DE 1927).

Outra característica observável era que o Código não é endereçado a todas as crianças, mas apenas às aquelas tidas como em “situação irregular”. A compilação legal definia já em seu artigo 1º, a quem a lei se aplicava (VILAS-BÔAS, 2012).

Art. 1º O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código. (BRASIL, CÓDIGO DE MENORES DE 1927).

O referido Código visava estabelecer diretrizes claras para o trato da infância e juventude excluída, regulamentando questões como trabalho infantil, tutela e pátrio poder, delinquência e liberdade vigiada. O Código de Menores revestia a figura do juiz de grande poder, sendo que o destino de muitas crianças e adolescentes ficava a mercê do julgamento e da circunspeção do juiz (GARCIA, 2011).

4.5 Código Penal de 1940

O referido código penal surgiu nos tempos do Estado Novo, sob a ditadura implantada por Getúlio Vargas. Interessante ressaltar que apesar de ser um período caracterizado pela pesada repressão, esta repressão tinha como objeto as liberdades políticas, não sendo atingido de forma relevante o universo legislativo penal (MENEZES, 2005).

Nelson Hungria, principal colaborador na criação do instrumento legal agora em foco, procurou dar ênfase à consolidação final dos valores que já a algumas legislações vinham, de forma embrionária, sendo implantadas, ou seja, a valorização do direito a uma existência digna para o ser humano, independente de atos repreensíveis que porventura tenha praticado (TAVARES, 2004).

Abandona-se o paradigma de que se a criança vem a cometer um ato criminoso é porque este traz em sua gênese a tendência inalterável para a criminalidade. Passa-se, então, a ter uma percepção de que é possível uma orientação pedagógica transformadora de tal monta que permita a ruptura deste estigma e, a conseqüente evolução, de um futuro pária social para um cidadão de bem (MENEZES, 2005).

Portanto, em 07 de dezembro de 1940 foi promulgado o Código Penal de 1940, através do Decreto Lei nº 248, vindo a entrar em vigor em 1º de janeiro de 1942.

Novamente houve alteração na idade passível de inimputabilidade absoluta, que passou a ser de no máximo dezoito anos completos (SOARES, 2011).

A descrição legal referente ao Código Penal está prevista no artigo vinte e sete do título terceiro, também se encontra a mesma instrução no Estatuto da Criança e do Adolescente sob a égide do artigo cento e quatro, e, por derradeiro, na Constituição Federal da República do Brasil cujo artigo é o duzentos e vinte e oito (GARCIA, 2011).

Art. 27 - Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984).

Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei (Redação dada pela Lei nº 8069, de 13.07.1990).

Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial (BRASIL, CÓDIGO PENAL DE 1940).

Nesse período, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), instituição baseada em ações arbitrárias e coercitivas e que tinha como objetivo solucionar o problema da criança e do adolescente abandonado através do internamento. A orientação existente nessa época era de tal forma discriminatória que confundia pobreza com criminalidade, o ser pobre era passível de punição equivalente à dispensada ao criminoso (SCHEINVAR, 2002).

O fato de o SAM responsabilizar-se por ambas as clientelas deixa implícito o reconhecimento de que elas são produzidas pelas mesmas condições apontadas como ilegais e explica que, por um lado, a infração punida seja aquela oriunda da pobreza e pelo outro, que a pobreza seja enquadrada sob as mesmas condições, praticamente, que o delito da infração (SCHEINVAR, 2002, p. 100).

4.6 O Código de 1979

Este Código vigorou durante o período ditatorial brasileiro, foi implantado pela Lei 6.697 em 10 de outubro de 1979, e refletiu as diretrizes abarcadas pelos militares que tomaram o poder através do Golpe de 1964. Estas diretrizes, baseadas em modelo repressivo onde o estado de direito foi derrubado em detrimento de um estado de sítio, sendo implantada uma lei marcial para reger a Nação por uma junta militar (LONGO, 2010).

Surgem dois novos parâmetros a serem considerados, quais sejam: “normalidade” e “situação irregular”, sendo que o primeiro define aqueles que não se adequam aos padrões de condutas exigíveis dentro de uma sociedade e o segundo diz respeito a aqueles que não se enquadram com o proceder condizente com a normalidade social (CANAL; DAVEL, 2015).

Em 1979 há a reformulação do Código Mello Matos e agora as ações passam a voltar-se para os menores em “situação irregular”. Um elemento novo incorporado a este código é o da “normalidade”. Assim, todos aqueles considerados fora do padrão de normalidade serão enquadrados como “em situação irregular” (CANAL; DAVEL, 2015).

A Doutrina da Situação Irregular, adotada por esta codificação, influía sobre situações de abandono, prática de infração penal, desvio de conduta, falta de assistência ou representação legal. Era, na verdade, um instrumento de controle social que atuava sobre crianças e adolescentes que já não possuíam direitos, mas eram objeto de obrigações legais (SOARES, 2011).

[...] crianças e adolescentes em situação de pobreza, de mendicância, abandonados ou autores de atos infracionais, eram culpabilizados por sua situação; encontrava-se, em sua índole, a causa de sua situação de exclusão. Essas crianças eram consideradas em “situação irregular” e por isso ficavam à mercê da justiça de Menores (MOSER; RECH, 2003, p. 301).

Portanto, houve um grande retrocesso no trato legal dado às crianças e aos adolescentes. Foi abandonada a ideia de um sistema de proteção e orientação da criança e do adolescente, para outro totalmente arbitrário baseado na repressão e coação, não mais diferenciando menor em situação de risco daquele que se achava em situação de delinquência (SILVA, 2011).

Apesar de 80% das crianças e adolescentes que foram recolhidas à FEBEM não terem cometido nenhum ato infracional ou equivalente, mas somente iam para a internação por não se adequarem ao padrão cultural e social existente. Essas crianças começaram a conviver com os 20% que tinham cometido algum ato infracional. Não existia uma separação entre elas. As crianças e adolescentes eram tratados todos da mesma forma. Cumpre ressaltar que estamos falando de crianças de 10, 11 anos, adolescentes de 12, 13 anos e que ficaram sob a égide do Código de Menores de 1979 (VILAS-BOAS, 2012).

Em 1964, foi criada a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), exemplo mais emblemático do trato dado às crianças e aos adolescentes nesse período. Essa instituição seguia os padrões aplicados ao sistema prisional, com uma estrutura física semelhante aos presídios e sistema de monitoramento dos internos nos mesmos moldes. Neste ambiente repressor eram acomodados tanto os jovens em situação que hoje é denominada de risco, como aqueles autores de crimes, era um depósito de crianças e adolescentes (SILVA, 2011).

Instituiu-se o sistema de internação de carentes e abandonados até os 18 anos e no tratamento dos infratores substituiu-se a “política dos portões abertos” pela “política dos muros retentores”, sob a justificativa, apresentada pelo Grupo de Trabalho do Tribunal de Justiça de São Paulo, que propôs a criação das unidades de infratores, de que era necessária tranquilidade para o trabalho dos técnicos e dos especialistas das várias modalidades profissionais. Para possibilitar isso, o mesmo GT recomendou que para essas unidades fossem contratados inspetores de alunos, monitores ou atendentes jovens e vigorosos (com um mínimo de escolaridade), a presença de guarda permanente (reedição do sistema penitenciário), correlacionamento policial perfeito (o mesmo tratamento para menores e adultos), que houvesse compreensão política (para justificar a necessidade de isolamento das instituições totais) e, sobretudo, confiança social (para que não houvesse ingerência no que acontecia dentro dos muros das instituições) (SILVA, 2011).

A FUNABEM possuía hegemonia sobre todos os outros órgãos relacionados às crianças e aos adolescentes, sejam a nível educacional ou assistencial, todos estes tinham que se submeter às diretrizes indicadas pela FUNABEM, sendo estas diretrizes voltadas para uma orientação de proteção às influências políticas estrangeiras que marcaram o período conhecido como os “anos de chumbo”, pós-golpe de 64, a nível nacional e “Guerra Fria” a nível mundial (SEGUNDO, 2002).

A Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM), era a instituição que atuava a nível estadual e subordinada a FUNABEM, de responsabilidade dos estados. Geralmente, era constituída por estruturas assemelhadas a reformatórios, em local ermo, procurando dificultar o máximo possível o contato com os centros urbanos. Possuía escola, complexo esportivo, assistência médica odontológica e ensino profissionalizante. Os assistidos eram separados por sexo e idade e era comum o problema da superlotação (BAPTISTA, 2010).

3 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: O CÓDIGO EM VIGOR

3.1 História do Estatuto da Criança e do Adolescente

Para um melhor entendimento quanto ao processo de criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), faz-se necessário observar vários fatos que já há algum tempo vinham ocorrendo em uma perspectiva de nível mundial e nacional. Convenções e Tratados, tanto nacionais como internacionais, serão abordados para apresentar toda uma evolução do sentido da norma positivada, que expõe a dimensão e a importância que o tema passou a ter em função de uma nova tendência voltada para a valorização do ser humano e o bem estar social (SILVA, 2011).

Podemos situar, em um primeiro plano, o fato de que em 20 de novembro 1959, a ONU promoveu a Declaração Universal dos Direitos da Criança que chamou a atenção quanto à precariedade da população infantil existente em várias sociedades ao redor do planeta. Esta declaração apresentou necessidades a serem urgentemente atendidas pelos governos em débito com as carências sociais. Foi apresentada a premente implantação de uma universalização dos direitos fundamentais individuais e coletivos a todas as crianças, independente de nível social, escolar, religioso ou de raça. Este fato foi a semente que deu origem a vários atos, que a nível de Brasil, culminou com a promulgação do ECA (FERREIRA, 2008).

Posteriormente, na década de 1970, ocorreu um *boom* de movimentos sociais voltados para as condições relacionadas às crianças e aos adolescentes. Vários movimentos surgiram com o intuito de promover uma solução voltada a situação das crianças e adolescentes. Estes participaram ativamente da formatação da Constituição de 1988, dentre eles se destacam a Pastoral do Menor, o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) e o Movimento Criança Constituinte (CASTELFRANCHI, 2005).

Em 1975, houve a instauração da “CPI do Menor”, pela Câmara dos Deputados, com o objetivo de avaliar a condição da criança e do adolescente no país e teve como consequência a criação de novos mecanismos legislativos para a solução dos problemas apontados. Em 1978 é fundada a Pastoral do Menor e em 1979 ocorre o

Ano Internacional da Criança que, mesmo sob o regime de exceção, aprova o Código de Menores (ALVIM; VALLADARES, 1988).

Em 1982, a FUNABEM e o Ministério da Previdência, em associação com a UNICEF, criam o projeto “Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua” que basicamente incentivava a iniciativa comunitária em prol do aprendizado profissionalizante (LONGO, 2010).

Por meio de parceria entre UNICEF, Ministério da Previdência e Assistência Social e FUNABEM, cria-se o Projeto "Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua", em 1982. O projeto tinha como característica central o apelo à comunidade local com o lema: "Aprendendo com quem faz!". Para Antônio Carlos Gomes da Costa (1994) (LONGO, 2010).

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua é criado no I Encontro Nacional das Comissões Locais, do projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua, ocorrido em 1982, cujo objetivo era a busca de melhores condições para as crianças e adolescentes (MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA, 1988).

Este mesmo movimento promove em Brasília, em 1986, o “I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua” que proporcionou maior visibilidade ao movimento. Também em 1986, foi criada a Comissão Nacional “Criança Constituinte” que angariou mais de um milhão de assinaturas, proporcionando assim, Emenda Constitucional que obteve diversos benefícios legislativos para as crianças e abre caminho para a promoção de outras alterações legislativas emanadas de posterior acordo firmado entre Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (CASTELFRANCHI, 2005).

Em 1985, surgiu o MNMMR, que em 1986 já organizava o primeiro encontro nacional de meninos de rua, colocando os jovens para debater a violência, família, saúde. Os documentos que saíram desses debates se transformaram em uma das peças-chave que ajudaram na criação do ECA (CASTELFRANCHI, 2005).

É elaborada uma “Carta Aberta aos Constituintes e à Nação Brasileira”, pela Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança em 1987, que criará a Emenda intitulada “Criança Prioridade Absoluta”. Finalizando, em 1989, ocorreram o II Encontro Nacional do MNMMR e a Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança da ONU,

eventos que influíram de forma decisiva para a criação da Frente Parlamentar pelos Direitos da Infância e Juventude e que posteriormente veio a atuar de forma decisiva na aprovação do ECA (PINHEIRO, 2004).

O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma lei em que toda a sociedade se envolveu de forma participativa e direta, ocorreu toda uma comoção e posterior engajamento, sendo que a ponta de lança dos anseios populares foi papel que coube aos movimentos sociais que atuaram como verdadeiros arautos da vontade da população (LONGO, 2010).

A força social na elaboração do Estatuto foi refletida nas manifestações, congressos, jornadas, publicações de textos e materiais de subsídio entregues para o grupo de redação do novo Estatuto. A composição de forças políticas em torno do ECA estava no mundo jurídico, através dos juízes, promotores, advogados e professores de direito; na administração pública, com os assessores progressistas da FUNABEM, dirigentes e técnicos dos órgãos estaduais reunidos no FONACRIAD (Fórum Nacional de Dirigentes de Políticas Estaduais para Criança e Adolescente); e, no campo dos movimentos sociais, formado pelo Fórum DCA e por entidades como OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, SBP - Sociedade Brasileira de Pediatria, e Abrinq - Associação dos Fabricantes de Brinquedos. (LONGO, acesso em 27 de abril de 2010).

3.2 A Lei 8.069/90

Em 05 de outubro de 1988 foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, que já em seus artigos 226 a 229 dava provimento às necessidades cujo objeto era a proteção das crianças e adolescentes. Em 13 de julho de 1990 entrou em vigor o Estatuto da Criança e do adolescente, normas que vigoram na atualidade (SILVA, 2011).

A Constituição Federal, promulgada em outubro de 1988, incorporou as reivindicações das duas Emendas de iniciativa popular, numa votação de 435 votos a favor e somente 8 votos contrários. A garantia da participação popular nas políticas sociais foi prevista conforme o artigo 204 e o princípio da criança prioridade absoluta ficou previsto conforme o artigo 227 da Constituição. Em dezembro, daquele mesmo ano, criou-se o grupo de redação do Estatuto da Criança e do Adolescente, formado por representantes das entidades de defesa, juristas e consultores do UNICEF (LONGO, 2010).

O ECA adotou a doutrina da “Proteção Integral” da criança e do adolescente, com previsão legal contida no artigo 1º da referida Lei, sendo então abandonadas as

orientações no sentido da “Situação Irregular” que era a pedra de toque do Código de 1979, o utilizado até então. Com essa relevante mudança a criança e do adolescente voltam a ser sujeitos de direitos, condição esta, que anteriormente nunca havia alcançado o grau que foi possibilitado com o advento do ECA, artigo 4º do Estatuto (SÁ, 2009).

Para uma melhor aplicabilidade, foi adotada uma divisão baseada nos critérios “situação de risco”, artigo 98, e “autoria de ato infracional”, previsão no artigo 103 do ECA. O primeiro critério diz respeito a casos de abandono, maus tratos, exploração, violência entre outros; já o segundo, cuida daqueles envolvidos em atos e atividades previstas como contrárias à Lei Penal, sendo que os assistidos não cometem crimes, mas sim, praticam atos infracionais em razão da imputabilidade (FERREIRA, 2008).

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;

III - em razão de sua conduta (BRASIL, ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990).

Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal (BRASIL, ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990).

Esta lei é a primeira a dispor para as crianças e adolescentes direitos fundamentais adquirindo estas *status* de cidadãs. Passou-se a ter no Brasil uma preocupação com políticas públicas voltadas para uma solução dos problemas da infância, tanto em situação de risco, quanto autoras de ato infracional, que abandonou o paradigma da coação para adotar o modelo pautado na busca das circunstâncias que as levam a tal ato, e com isso, aplicar a melhor solução para o problema (MONTE et al, 2011).

Com o estabelecimento dessa lei, as mudanças frente à forma como as crianças (de 0 a 12 anos incompletos) e os adolescentes (12 a 18 anos) passaram a ser tratados são incontestáveis, fazendo com que algumas políticas públicas fossem pensadas para atender especificamente os jovens do país (MONTE,2011).

Ressalta-se a modificação que ocorreu quanto ao tratamento dispensado aos assistidos por esse novo enfoque que o Estatuto adotou e que anteriormente era padronizado, ou seja, o modelo anterior existente era aplicado a todos os assistidos sem a observação das peculiaridades de cada caso, com a mudança legal e

personalização, que pode ser traduzindo em uma abordagem direta e pessoal com o assistido, procurando obter deste toda a universalidade de fatos transcorridos em sua vida e que vieram a dar motivação para a prática de atos que venham a ferir a norma positivada, no caso da autoria de atos infracionais, e dessa forma poder atingir o fator motivacional desencadeador da atitude infracional (BORBA; PALUDO, 2010).

Da mesma forma é o tratamento dispensado ao assistido quando em situação de risco. É dada uma interpelação que abrange a busca a uma explicação do porquê estar o assistido pelo Estatuto em tal situação seja no âmbito familiar, social, psicológico ou qualquer outro (MONTE et al, 2011).

Buscava-se acabar com concepções generalistas, que não atentavam para a situação peculiar de desenvolvimento das crianças e adolescentes em situação de risco ou abandono. A partir da Constituição Federal de 1988 e do ECA, as crianças e adolescentes brasileiros passaram a ser vistos como cidadãos, aos quais se deve garantir direitos fundamentais (vida, educação, saúde, escola, respeito, dentre outros), o que antes era negligenciado pelos instrumentos jurídicos que tratavam, quase que restritamente, dos deveres dessa parcela da população (MONTE, 2011).

As medidas coercitivas de conotação pedagógica, ou seja, aquelas que objetivam a orientação e não a punição, as quais os assistidos pelo Estatuto estão sujeitos, resumem-se a seis: em uma escala que parte do grau mais brando e finaliza no mais grave, inicia-se com a advertência, artigo 112, inciso I; depois vem a obrigação de reparar o dano, inciso II do mesmo artigo; prestação de serviços à comunidade, inciso III; liberdade assistida, inciso IV; regime de semiliberdade, inciso V e por fim a internação em estabelecimento socioeducativo, inciso VI. Outro pressuposto inerente às medidas socioeducativas é a exigência de matrícula e participação efetiva em estabelecimento de ensino ou profissionalização (LIMA; VERONESE, 2012).

Ocorrem insistentes críticas devido à sensação de impunidade atribuída ao Estatuto, no sentido de que só há direitos em suas previsões, estando em débito quanto aos instrumentos coercitivos aplicáveis, mas, como se observa no parágrafo anterior as sanções existem, são efetivadas e surtem seus efeitos, porém, a eficácia do Estatuto está pautada mais no tratamento preventivo que pratica do que nas punições que prevê. O poder de coação por si só não resolve o problema da criminalidade e nunca

resolverá, haja vista os métodos de ontem e de hoje no sistema prisional brasileiro, que não surtem os efeitos a que foram propostos (CANAL; DAVEL, 2015).

Ainda assim, muitas críticas foram levantadas contra essa lei. Por exemplo, acusou-se o ECA de apenas garantir direitos, sem explicitar deveres nem consequências para os adolescentes, quando esses praticavam atos infracionais. Porém, vale salientar que o ECA não é um estatuto elaborado para acolher e desresponsabilizar os jovens de seus atos. Dessa forma, o adolescente autor de ato infracional é passível de responder pelo seu ato através do cumprimento de medidas socioeducativas (MONTE, 2011).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A infância e a adolescência foram vistas pela sociedade de maneiras diferentes durante a história. E, em decorrência dessas visões, leis distintas foram criadas para essa parcela da população.

Não há dúvidas que o Estatuto da Criança e do Adolescente, fazendo uma análise histórica das outras leis, “trouxe avanços significativos no que se refere aos direitos dessa população, normatizando sobre o papel da família, da comunidade e do Estado no cuidado das crianças e dos adolescentes brasileiros” (CANAL; DAVEL, 2015).

Muitas vezes, porém, as diretrizes previstas no ECA, tornam-se inócuas em decorrência da incapacidade do Estado em implantar as demandas que lhes são atribuídas. Dessa forma, os efeitos da lei não são plenamente alcançados (BRANDÃO et al, 2010). Nesse sentido, novas pesquisas precisam ser realizadas para indicação de possibilidades de efetivação dos direitos para crianças e adolescentes brasileiros.

5 REFERÊNCIAS

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa; VALLADARES, Lícia do Prado. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, ANPOCS Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, n. 26, p.3-37, 2.sem. 1988.

ARAÚJO, Denilson Cardoso de; COUTINHO, Inês Joaquina Sant'Ana Santos. [80 anos do Código de Menores. Mello Mattos: a vida que se fez lei](#). **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 1673, 30 jan. 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/10879>>. Acesso em: 01 ago 2018.
BAPTISTA, Myrian Veras. (Org.). **Abriço: Comunidade de acolhida e socioeducação**. 2. ed. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2010.

BRANDÃO, Rosângela Fátima Penteado et al. Adolescente, ato infracional e a reincidência. In: **CONEX**, 8º, Ponta Grossa, 2010.

BORBA, Rita de Cássia Aparecida Girão; PALUDO, Simone dos Santos. A institucionalização de crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 78, jul 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8060>. Acesso em jul 2018.

BRASIL. Código Penal de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em 25 abr. de 2018.

BRASIL. Senado Federal. Código Mello Mattos. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=2>>. Acesso em 25 abr. de 2018.

BRASIL. **Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 21 de jul de 2018.

CANAL, F. D.; DAVEL, M. L. . Os adolescentes em conflito com a lei: como anda a execução das medidas socioeducativas em meio aberto no município de Castelo – ES? **Revista Ambiente Acadêmico**, v. 1, p. 69-80, 2015.

CASTELFRANCHI, Yurij. Estatuto da criança e do adolescente: um marco na luta pelos direitos. In: **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, São Paulo, dez 2005. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=5&id=70>>. Acesso em 12 jun de 2018.

FERREIRA, Luiz Antônio Miguel. **O estatuto da criança e do adolescente e os direitos fundamentais**. 1. ed. São Paulo: Edições APMP, 2008.

GARCIA, Daniel Melo. Desenvolvimento histórico da responsabilização criminal do menor infrator. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande do Sul, XIV, n. 94, nov 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10594&revista_caderno=12>. Acesso em: 17 de abr de 2018.

LIMA, Fernanda da Silva; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Direito da criança e do adolescente: a necessária efetivação dos direitos fundamentais**. Santa Catarina: Editora Fundação Boiteux, 2012.

LONGO, Isis Sousa. Ser criança na sociedade brasileira: passado e presente da história dos direitos infante juvenis. CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, São Paulo, març 2010. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092010000100013&script=sci_arttext>. Acesso em: 27 de abr de 2018.

MENEZES, Carlos Alberto. Os limites da idade penal. In: **1º Simpósio Internacional do Adolescente**, mai 2005. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000200051&script=sci_arttext&tlng=p>. Acesso em abr 2018.

MONTE, Franciela Félix de Carvalho; SAMPAIO, Leonardo Rodrigues; ROSA FILHO, Josemar Soares e BARBOSA, Laila Santana. Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação. **Psicol. Soc.** [online]. 2011, v. 23, n.1, p. 125-134. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000100014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em jun 2018.

MOSER, Cláudio; RECH, Daniel. **Direitos humanos no Brasil: diagnóstico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ceris, 2003.

MOVIMENTO nacional de meninos e meninas de rua. **Psicologia ciência profissão**, Brasília, v. 8, n. 1, 1988 Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931988000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 26 maio 2018.

NASCIMENTO, Maria Lívia do. A produção de infâncias desiguais: uma viagem na gênese dos conceitos de “criança” e “menor”. In: NASCIMENTO, Maria Lívia do (coord.). **Pivetes: a produção de infâncias desiguais**. Niterói: Intertexto. Rio de Janeiro. Oficina do Autor, 2002.

PINHEIRO, Ângela de Alencar Araripe. A criança e o adolescente, representações sociais e processo constituinte. **Psicol. estud.** [online]. 2004, v. 9, n. 3, p. 343-355. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722004000300003>>. Acesso em jun 2018.

ROTONDANO, Ricardo Oliveira. Breves considerações sobre o SINASE: Sistema Nacional de Atendimento. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, Rio Grande do Sul, n 9, p.159-167, fev. 2011. Disponível em: <<http://www.reid.org.br/?CONT=00000235>>. Acesso em: abr 2018.

SCHEINVAR, Estela. Idade e proteção: fundamentos legais para a criminalização da criança, do adolescente e da família (pobres). In: NASCIMENTO, Maria Lívia do. (Coord) **Pivetes: a produção de infâncias desiguais**. Niterói: Intertexto. Rio de Janeiro. Oficina do Autor, 2002.

SEGUNDO, Rinaldo. [Notas sobre o direito da criança](#). **Jus Navigandi**, Teresina, [ano 8, n. 61, 1 jan. 2003](#). Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/3626>>. Acesso em: 20 maio 2018

SILVA, Gustavo de Melo. Adolescentes em conflito com a lei no Brasil: da situação irregular à proteção integral. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 5, Jul. 2011. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.AdolescenteemconflitocomaleinoBrasil.pdf>. Acesso em abr 2018.

SILVA, Ivani Ruela de Oliveira; SALLES, Leila Maria Ferreira. Adolescente em liberdade assistida e a escola. **Estudo de Psicologia**. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2011000300007&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 de mar de 2018.

SOARES, Janine Borges. A construção da responsabilidade penal do adolescente no Brasil: uma análise histórica. 2011. Disponível em:

<<http://www.mp.rs.gov.br/infancia/doutrina/id186.htm>>. Acesso em: 20 maio 2018.

TAVARES, Heloisa Gaspar Martins. [Idade penal \(maioridade\) na legislação brasileira desde a colonização até o Código de 1969](#). **Jus Navigandi**, Teresina, [ano 9, n. 508, 27 nov. 2004](#). Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/5958>>. Acesso em: 10 maio 2018.

VILAS-BÔAS, Renata Malta. Compreendendo a criança como sujeito de direito: a evolução histórica de um pensamento. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande do Sul, XV, n. 101, jun 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11583>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

OS AVANÇOS DAS TECNOLOGIAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PLÁGIO ACADÊMICO NO ENSINO SUPERIOR COMO UM PROBLEMA ÉTICO, JURÍDICO E PEDAGÓGICO

THE ADVANCES OF TECHNOLOGIES AND THEIR CONTRIBUTION TO HIGHER EDUCATION IN HIGHER EDUCATION AS AN ETHICAL, LEGAL AND PEDAGOGICAL PROBLEM

Karen Camata Silva¹

Ednéa Zandonadi Brambila Carletti²

RESUMO

As atividades fraudulentas no âmbito acadêmico tem sido motivo crescente de preocupação dos gestores educacionais e pode estar associado a deficiências adquiridas ainda no ensino básico. Este trabalho foi contemplado com pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, tendo como entrevistados os alunos de uma instituição de ensino superior, da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, ES. O presente artigo se propõe a discutir sobre o plágio em trabalhos acadêmicos, e os motivos que levam a tais atitudes, especificamente do ensino superior. Com o advento da internet e sua democratização, as facilidades para utilizar da reprodução ilegal vêm aumentando. Ressaltamos a responsabilidade do professor orientador, de acompanhar de perto o orientado, esclarecendo as dúvidas acerca da apropriação da produção intelectual alheia. Demonstramos também a falta de ética no meio acadêmico, e a configuração do plágio como crime, atentando contra os direitos autorais do autor. Por fim, foi apresentado, em forma de gráfico, as respostas dos questionários aplicados, discutindo e relacionando esses dados a pesquisa bibliográfica feita, e fazendo suposições quando não havia material disponível para confirmar a pesquisa.

Palavras-chave: Plágio. Fraudes acadêmicas. Reprodução ilegal. Ética pedagógica.

¹Pós Graduada do Curso de Pós Graduação em Docência do Ensino Superior e Gestão da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

² Mestre em Ciência da Informação (PUC-CAMPINAS). Especialista em Informática na Educação (IFES). Graduada em Pedagogia (FAFIA). Professora e Coordenadora de Pesquisa e Extensão da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

ABSTRACT

Fraudulent activities in the academic field have been a growing cause of concern for educational managers and may be associated with deficiencies acquired even in elementary education. This work was carried out with bibliographical research and field research, and interviewed students from a higher education institution in the city of Cachoeiro de Itapemirim, ES. The present article proposes to discuss about plagiarism in academic works, and the reasons that lead to attitudes, specifically of higher education. The advent of the internet and democratization, the facilities for using illegal reproduction have been increasing. We emphasize the responsibility of the guiding teacher, to follow closely the oriented, clarifying the doubts about the appropriation of the intellectual production of others. We also demonstrate the lack of ethics in the academic environment, and the configuration of plagiarism as a crime, violating the copyright of the author. Finally, the responses of the applied questionnaires were presented in a graphic form, discussing and relating these data to the bibliographic research done, and making assumptions when there was no material available to confirm the research.

Keywords: Plagiarism. Academic frauds. Illegal reproduction. Pedagogical ethics.

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais, o plágio tem sido apresentado como problemática no âmbito acadêmico. Percebe-se que a prática fraudulenta, sem os devidos créditos, tem se tornado algo frequente nas instituições de ensino. Num ambiente onde a cópia é proliferada, destaca-se o importante papel do docente que preconiza as práticas legais, e incentiva os discentes de forma desafiadora em prol do aprendizado. O papel do professor orientador nesse contexto é fundamental, desde que ele esteja preparado para os desafios do mundo digital.

Será que a democratização da informação, derivada da era digital, tem contribuído para tal prática e deteriorado a produção de conhecimento intelectual científico? Pode-se mesmo culpar inteiramente as TIC's (Tecnologia da Informação e Comunicação) e os traços culturais de nosso país para tal ato tentador?

Com isso, pode-se supor que o problema se arrasta por décadas, e que o mesmo não deve ser visualizado apenas num âmbito jurídico. O plágio vem se constituindo num problema crescente nos vários níveis de ensino – fundamental, médio e universitário – e na própria prática científica (ABRANCHES, 2008). A cópia de trechos sem citar o renomeado autor não é um fenômeno novo, porém é um problema que ainda persiste na sociedade acadêmica, e não observamos nenhuma melhora com o passar dos anos.

O plágio precisa ser tratado como um problema à altura de sua seriedade, e este artigo ilustra o quanto os alunos de uma determinada área de conhecimento possuem domínio do assunto em questão. Tratando-se de um assunto relevante para o meio acadêmico, o presente artigo visa fomentar a discussão acerca do desafio encontrado no meio educacional mediante aos plágios, com base em pesquisas bibliográficas e emprego de métodos para a produção de conhecimento. Contudo, o objetivo da pesquisa realizada é demonstrar as causas que levam os estudantes a cometerem atitudes fraudulentas, e confrontá-la com os demais estudos já realizados, certificando-se que apesar de o assunto ser retrógrado e antiético, ele ainda está presente nas instituições de ensino.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O plágio é um tema que merece destaque no cenário contemporâneo. Segundo Krokoscz (2011), entende-se por plágio a cópia na íntegra de ideias, estruturas ou pesquisas, ou ainda partes de um trabalho sem ao menos fazer citação ou referência ao autor, que perdura por séculos e que vem crescendo exponencialmente com o advento da Internet.

Diversos autores escrevem sobre o assunto, figurando o plágio como ‘a imitação fraudulenta de uma obra’ (MORAES, 2006), ‘a reprodução integral ou parcial de uma propriedade intelectual e/ou artística’ (BARBASTEFANO; SOUZA, 2007), sendo constatado também a ‘prática resultante de um desrespeito ético’ (VAZ, 2006).

Tomazelli (2011) demonstra ainda a existência de outras práticas acadêmicas desonestas, como: a invenção de informações para divulgação de resultados de

pesquisa; a prática da concessão da cópia de seus próprios trabalhos ou respostas da prova; e também a memorização de testes já realizados anteriormente por outros alunos.

Ferreira e Persike (2014) discorrem sobre as principais causas para tal prática, como: a expansão da internet, a falta de orientação clara do professor para a confecção do trabalho pelo aluno, a falta de instruções formais aos alunos e pesquisadores que estão desenvolvendo um trabalho e/ou pesquisa. Para Barbastefano e Souza (2007), isso é facilitado também pelo desconhecimento das regras e das legislações vigentes.

2.1 O Plágio Como Um Problema Ético

Para Pithan e Vidal (2013), o plágio, no âmbito acadêmico, deve ser visto como um fato ético, antes do jurídico. As instituições de ensino têm um papel importante no desenvolvimento de pesquisas científicas com integridade ética. Para que isso não aconteça, os órgãos públicos de financiamento de pesquisa científica, tais como o CNPq, a CAPES e a FAPESP, desde o ano de 2011, têm transcorrido orientações com medidas preventivas e punitivas em casos de fraude, para o aluno que cometa tal ato.

Moras (2006) afirma que não é de hoje que existem os plagiários, essa prática acontece desde a antiguidade. Conforme relata o autor, o único responsável por essa crise ética é o próprio ser humano. A compra e a venda de trabalhos acadêmicos são uma conduta antiética, que está presente nas instituições de ensino.

Conforme escrito por Silva e Abreu (2015), com os avanços tecnológicos, a prática do plágio ganhou maiores proporções. Noticiado por Marques (2002), na Folha de São Paulo, os docentes também contribuem para essa falta de ética no meio acadêmico:

Uma prática que se dissemina com as ofertas feitas pela internet está comprometendo a validade dos títulos em cursos de graduação e de pós-graduação do país. [...] Os “empresários das monografias”, como são conhecidos, espalham seus anúncios pela internet. Em apenas uma pesquisa em um site de busca da rede foram encontradas mais de 200 páginas fazendo ofertas para “facilitar” a vida do estudante que é “muito ocupado”, “que trabalha muito” e que não quer se “estressar” com um trabalho acadêmico, de acordo com os próprios anúncios das páginas. [...] Os “empresários”, que

se identificam como ex-professores universitários, advogados experientes e até juízes aposentados, propõem-se a elaborar todas as fases do trabalho. [...] Um dos “empresários”, durante conversa sobre os detalhes do negócio, identificou-se com o nome completo e como sendo professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) (MARQUES, 2002)

Costa (2016) discorre sobre o questionamento acerca desse problema ético: será que essa prática está ligada somente a falta de comprometimento e tempo, ou os alunos realmente não sabem escrever? O fato é que a dificuldade está em transformar as palavras alheias em palavras próprias, relacionado também à produção de conhecimento, resultado de problemas pedagógicos, de se produzir uma palavra própria. A autora ainda acrescenta que a ideia de que “resumir é tornar pequeno” ainda está presente entre os graduandos.

2.2 O Plágio Como Um Problema Pedagógico

Dentre as causas da prática do plágio, Abranches (2008) aponta como principal a falta de orientação clara, não fornecida pelo professor. Para Austin & Brown (1999), citados por Barbastefano e Souza (2007), o plágio é cometido por falta de conhecimento das regras que circundam o assunto, facilitando assim o seu acontecimento. Sendo assim,

O problema, portanto, está em receber um trabalho deste tipo como resultado de uma proposta pedagógica. Deste modo, ao receber tal trabalho o professor deve se perguntar sobre o que foi proposto ao aluno e o modo como isto foi feito. Sem dúvida, os motivos estarão relacionados a esta proposta. Aí está a raiz da questão. Se o aluno não foi convocado para ser autor-colaborador da atividade, ele não irá estabelecer nenhuma relação de identificação, pois não precisa se comprometer em produzir algo que seja dele, ou a partir dele (ABRANCHES, 2008).

Pithan e Vidal (2013) deixam claro sua opinião sobre o assunto. O professor orientador é o responsável por exercer essa atitude pedagógica de esclarecimento e correção de vícios acerca da apropriação da produção intelectual alheia, por meio do plágio. Porém, tal atitude não deve ser ensinada apenas pelo professor orientador, na disciplina a que ela é compreendida, e sim por todos os professores ao qual o aluno tem contato.

Para Abranches (2008), ao receber um trabalho acadêmico, o professor deve preocupar-se não apenas com o seu conteúdo, e sim como foi construído o mesmo, que é o processo da produção do conhecimento. O professor deve atentar-se às

formas de fazer, os recursos, as fontes e os tipos de análises, não apenas com o produto final. Dessa forma, Alexandre (2003), citado por Pithan e Vidal (2013), reforça a importância do “professor orientador [que] deve acompanhar todo o processo de elaboração do trabalho científico do aluno, desde o nascimento da ideia, a definição do tema, o desenvolvimento e a finalização do trabalho.”

Segundo documento que orienta a prática de trabalhos acadêmicos da PUCRS, a prática é advinda ainda do ensino básico, e essa orientação deve ser feita pelo professor:

Ao estudante, há que instruí-lo [...] procurando corrigir os vícios herdados de uma escolarização em que a distinção entre a produção intelectual própria e a alheia é difusa e/ou inadequada, [...] que possibilite a criação de uma consciência de autoria intelectual responsável (PUCRS, 2006)

Barbastefano e Souza (2007) apontam que um dos fenômenos que levam os alunos a tal prática, é o incentivo da mesma nos níveis fundamental e médio. Os alunos são estimulados a pesquisar, recortar e colar de revistas e jornais, e elaborarem cartazes, denominando tal prática como pesquisa. O autor ainda afirma que, com o advento da internet, tal prática é facilitada.

Conforme relata Pinto (2014), ao longo dos anos percebe-se um aumento do número de utilizadores da internet no meio acadêmico, caracterizado pela evolução da *web* 1.0 para a *web* 2.0. Para Monteiro (2017), acontece a expansão da *web* e a democratização do acesso à informação a partir dos anos 90, e este fato altera o papel dos seus utilizadores no contexto educacional.

Monteiro (2017) denomina a geração *web* 1.0 como estática, com poucas interações e sem alterações em seus conteúdos. A internet era um espaço fechado, a interatividade era praticamente nula e seu objetivo era ligar pessoas que partilhavam informação num círculo restrito. Já a *web* 2.0 permite um ambiente mais colaborativo, e isso pode ser caracterizado com o advento das ferramentas de interação entre os usuários.

Em contrapartida, a *web* 3.0, também definida por Ferreira (2014) como *web* semântica, trata-se de um princípio de organização dos conteúdos. Essa *web* elimina as limitações das ferramentas de busca devido à criação de inteligências artificiais, com isso temos resultados mais precisos, e de diversas fontes, facilitando assim a prática do plágio.

2.3 O Plágio Como Um Problema Jurídico

Abranches (2008) observa em seus estudos que essa prática acadêmica é crescente com a modernidade. A crise acarretada pela falta de ética no âmbito acadêmico provoca mudanças e coloca em suspeição os princípios que regem a sociedade. Pithan e Vidal (2013) caracterizam juridicamente o plágio como a ‘violação de direito autoral.’ Já Moraes (2006) conceitua o plágio como a “imitação fraudulenta de uma obra, protegida pela lei autoral, ocorrendo verdadeiro atentado aos direitos morais do autor”. É garantido pela Constituição Federal de 1988, alguns direitos aos autores das obras, conforme relatado no artigo 5º

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País [...] nos termos seguintes:

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras [...];

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

- a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;
- b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas; (Constituição Federal, 1988).

Ainda destacando o que a legislação brasileira nos assegura em relação ao plágio de obras acadêmicas, foi sancionada em 1998 a Lei de Direitos Autorais, que em seu artigo 22 destaca: “pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou.” O artigo 46 dessa mesma Lei destaca que:

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:

I - a reprodução:

- a) na imprensa diária ou periódica, de notícia ou de artigo informativo, publicado em diários ou periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos; (Lei de Direitos Autorais, 1998).

Segundo Silva e Abreu (2015), a Lei permite que as obras sejam copiadas e transcritas, desde que o seu autor seja devidamente referenciado. Além disso, os autores ainda afirmam que existem sanções previstas em Lei para quem não cumprir fielmente esses dispositivos, como podemos notar nos artigos 108 e 109:

Art. 108. Quem, na utilização, por qualquer modalidade, de obra intelectual, deixar de indicar ou de anunciar, como tal, o nome, pseudônimo ou sinal convencional do autor e do intérprete, além de responder por danos morais, está obrigado a divulgar-lhes a identidade [...]

Art. 109-A. A falta de prestação ou a prestação de informações falsas no cumprimento do disposto no § 6º do art. 68 e no § 9º do art. 98 sujeitará os responsáveis, por determinação da autoridade competente e nos termos do regulamento desta Lei, a multa de 10 (dez) a 30% (trinta por cento) do valor que deveria ser originariamente pago, sem prejuízo das perdas e danos. (Lei de Direitos Autorais, 1998)

Portanto, conforme afirmado por Costa (2016), o desconhecimento da Lei não pode ser utilizado para justificativa da prática de tais atos. Porém, conforme afirma Moraes (2006) a falta de matéria jurídica acerca do assunto, de certo modo, potencializa o desrespeito para com o seu criador.

Silva e Abreu (2015) revelam em seus estudos que a Lei brasileira não cita em nenhum momento a palavra plágio. Porém, supõe-se que, por se tratar de uma apropriação indevida da criação de outrem, sem a citação da fonte, é enquadrada pelo código Penal como crime, podendo o criminoso estar sujeito à detenção de 3 meses a 1 ano, ou multa, conforme disposto no artigo 184, da Lei 10.695/2003. Segundo Moraes (2006) as sanções em relação ao plágio acontecem desde a antiguidade greco-latina, e os plagiadores sofriam repúdio em público por praticarem esses crimes. Para o autor, o plágio representa “o mais grave ilícito contra a propriedade intelectual”, já que ele trata também de questões éticas. O autor destaca e trata o plágio como “uma violação à dignidade humana”.

Para Silva e Abreu (2015), o plágio é um conceito muito amplo, que não dá para ser definido em uma única frase, sob pena de limitar-se por tratar de um conteúdo tão grandioso. Embora haja definições que abordam muitos aspectos, é frequente nos depararmos com pontos que carecem de avanços, tanto no âmbito tecnológico, quanto no acadêmico e jurídico.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A abordagem em relação à finalidade da pesquisa utilizada é básica, pois ela “procura desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas”. Segundo o autor, o tipo de pesquisa utilizado é a descritiva, que tem como principal alvo detalhar as características de uma população, fenômeno ou de uma experiência. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir a sua natureza. (GIL, 1999)

Para a coleta de dados, foi utilizada a pesquisa de campo, que, segundo Rodrigues, (2007) é a observação dos fatos tal como ocorrem. Não permite isolar e controlar variáveis, mas perceber e estudar as relações estabelecidas.

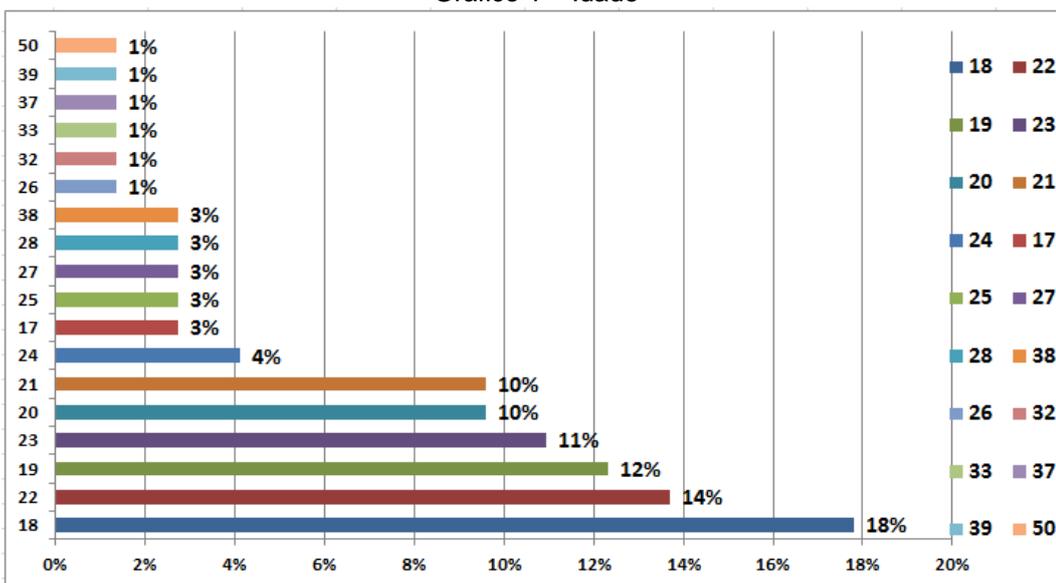
O universo pesquisado foi um grupo de estudantes de uma instituição de ensino da cidade de Cachoeiro de Itapemirim – ES. Primeiramente foram aplicados 73 (setenta e três) questionários, contendo 10 (dez) perguntas objetivas, que determinam as características do público, a opinião em relação a alguns assuntos que abordam o plágio e se o entrevistado já vivenciou ou presenciou algumas atitudes relacionadas ao assunto em questão, considerando para análise as respostas que mais tiveram ocorrências estabelecendo relações entre elas e os resultados.

Segundo Creswell (2010), o tratamento dos dados deu-se de forma quali-quantitativa ou mista, pois envolveu métodos quantitativos e qualitativos para a obtenção de uma análise mais profunda do assunto da pesquisa. Para o autor, a combinação desses métodos diminui a subjetividade e aproxima o pesquisador do objeto estudado, proporcionando assim maior credibilidade ao estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O gráfico 1 demonstra a faixa etária do público-alvo da pesquisa realizada. Notamos que, em sua maioria, o público pesquisado possui de 18 a 23 anos, somando-se o total de 75% do universo pesquisado.

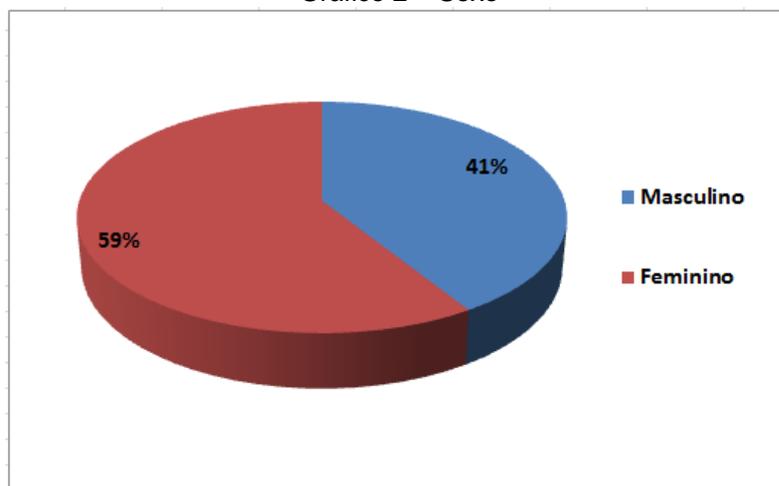
Gráfico 1 – Idade



Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

O gráfico 2 mostra que a maioria dos pesquisados são do sexo feminino, compreendendo 59% do público da pesquisa.

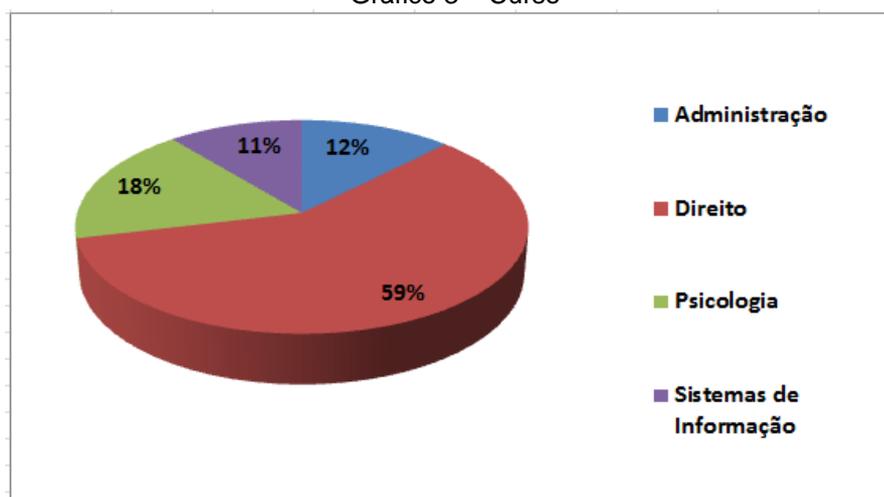
Gráfico 2 – Sexo



Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

O gráfico 3 demonstra qual o curso feito pelos pesquisados. Neste gráfico notamos que a maioria dos pesquisados cursam Direito, onde há o maior conhecimento das Leis que regem o sistema jurídico brasileiro.

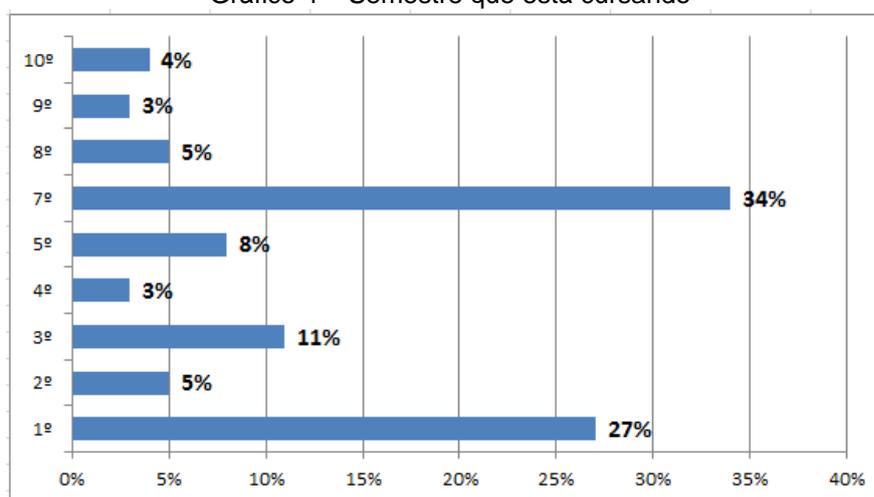
Gráfico 3 – Curso



Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

O gráfico 4 traz o semestre cursado pelos pesquisados. Notamos que a maioria dos pesquisados, compreendendo 54%, estão cursando os períodos finais, considerando que os cursos possuem 8 ou 10 períodos.

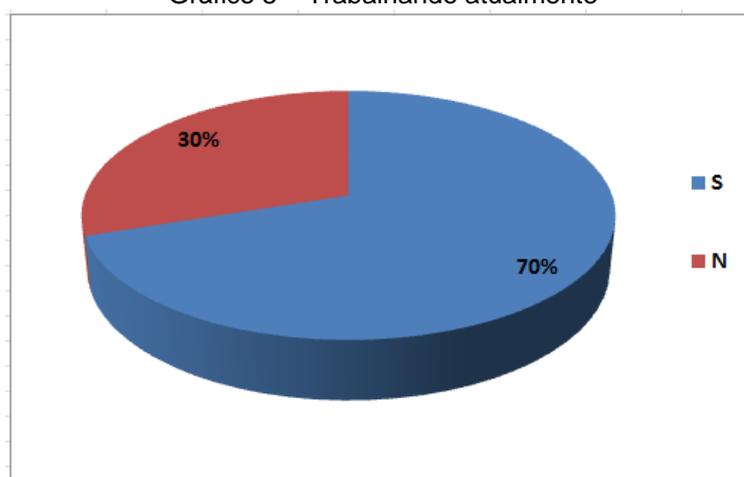
Gráfico 4 – Semestre que está cursando



Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

O gráfico 5 mostra se os pesquisados trabalham ou não. Demonstra que 70% dos entrevistados estão trabalhando, levando em consideração também o trabalho informal e os estágios.

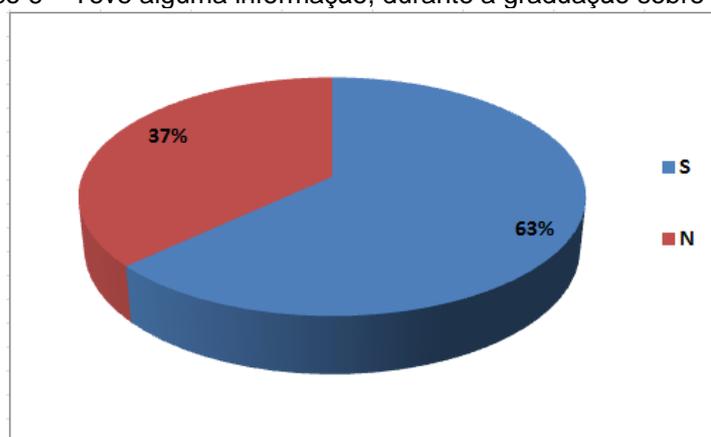
Gráfico 5 – Trabalhando atualmente



Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

O gráfico 6 apresenta que 63% dos pesquisados obtiveram informações durante a graduação sobre plágio acadêmico.

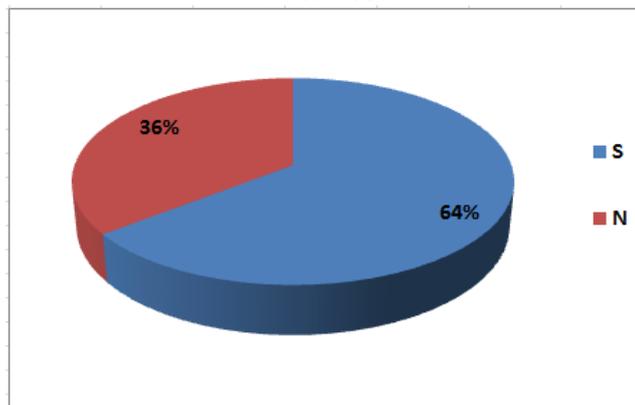
Gráfico 6 – Teve alguma informação, durante a graduação sobre plágio?



Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

O gráfico 7 retrata o cenário da educação básica, onde os alunos são estimulados a copiarem integralmente textos de livros e da internet.

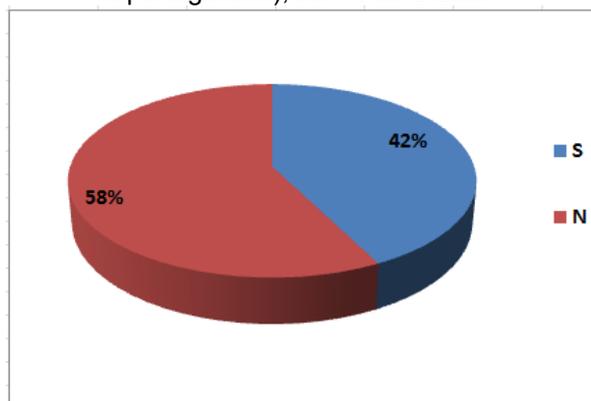
Gráfico 7 – No ensino básico, foi estimulado a copiar textos de livros/internet e colocá-los em seus trabalhos?



Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

No gráfico 8 podemos notar que tal situação perdurou, pois 42% dos entrevistados ainda cometem tal ato.

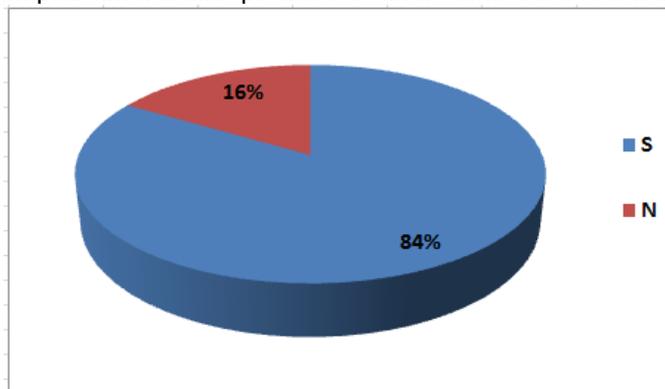
Gráfico 8 – Durante a graduação, você já copiou alguma parte de uma obra (livros, artigos, reportagens...), sem citar o autor?



Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

O gráfico 9 mostra que 84% dos entrevistados possuem conhecimento da atitude em questão.

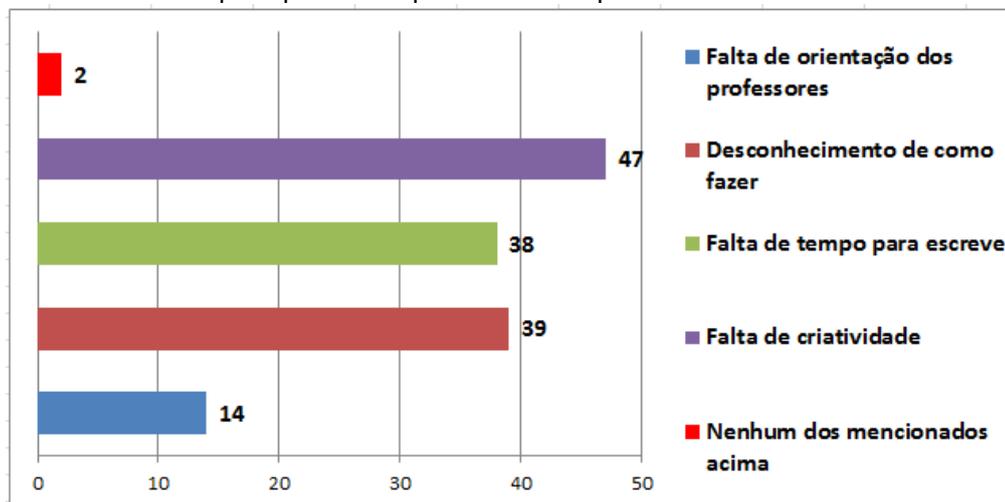
Gráfico 9 – Comprar um trabalho pronto e assinar como autor é considerado plágio?



Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

No gráfico 10 relatamos os principais motivos para a prática de plágio acadêmico. Nesta questão, o entrevistado poderia selecionar mais de uma alternativa.

Gráfico 10 – Qual o principal motivo para realizar cópias de texto sem referenciar o autor?



Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi mensurar e demonstrar as causas que levam o discente a praticar atitudes fraudulentas durante o ensino superior. Ao decorrer dos estudos, constatou-se que a essa atitude é advinda ainda do ensino básico. Durante a pesquisa bibliográfica, constatamos que a literatura presente disponível, que relata essa deficiência, é escassa.

Com base nos estudos realizados e na pesquisa de campo aplicada, podemos levantar diversas conclusões em relação ao modelo. O gráfico 1 demonstra que 75% dos pesquisados possuem entre 18 e 23 anos, o que relativamente podemos associar tal prática a um público mais jovem. O gráfico 2 ilustra que 59% dos pesquisados são do sexo feminino. Porém, não foi encontrada nenhuma relação de sexo com as práticas descritas neste artigo.

Mais da metade dos pesquisados são do curso de Direito, demonstrado no gráfico 3, o que entende-se que por se tratar de um curso onde a premissa é estudar as Leis que regem o sistema jurisdicional, essas fraudes acadêmicas não poderiam acontecer em hipótese alguma, já que vão de encontro ao princípio do curso em questão.

Apesar de 63% dos entrevistados terem acesso à alguma informação sobre plágio, ilustrado no gráfico 6, eles continuam praticando tal ato, o que compreende 42% dos pesquisados, como retrata o gráfico 8.

O gráfico 4, que demonstra qual o semestre cursado, confirma que, apesar dos pesquisados cursarem os períodos finais, compreendidos entre o 5º e o 10º período, eles continuam cometendo atitudes fraudulentas. O que esperávamos era que, quanto maior o avanço acadêmico nos períodos cursados, maior informação e, por consequência, a diminuição dessa atitude. Porém, não foi o que a pesquisa demonstrou.

O gráfico 9 demonstra que os entrevistados possuem a consciência dos riscos que estão assumindo ao comprarem um trabalho pronto e assiná-lo como de sua autoria. Mas 42%, ilustrados no gráfico 8, ainda cometem essa atitude.

O gráfico 5 demonstra que 70% dos entrevistados estão trabalhando. Isso pode justificar as 38 respostas do gráfico 10, que traz os principais motivos para realizar cópias de trabalhos acadêmicos. A falta de tempo para escrever foi citada por 38 dos entrevistados, ficando em 3º lugar no *ranking* para a prática de atitudes fraudulentas.

Levando em consideração que 75% dos pesquisados possuem idade entre 18 e 23 anos, onde geralmente inicia-se a vida acadêmica nas graduações, podemos supor, de acordo com os dados levantados, que as deficiências relacionadas ao plágio acadêmico são advindas ainda do ensino básico. O gráfico 7, que trata do incentivo às cópias nesses níveis de ensino, reforça essa conclusão, deixando claro que o aluno da educação básica não é estimulado a produzir, e sim a reproduzir conteúdos existentes.

Outro dado que reforça esse contexto, conforme ilustrado no gráfico 10, é o alto número de entrevistados 47 responderam que a falta de criatividade é o principal motivo para realizar cópias. Caso essa criatividade fosse estimulada ainda no ensino básico, talvez essa deficiência fosse suprida e esse número fosse reduzido.

Por fim, espera-se que o tema abordado tenha contribuído com o fornecimento de informações em relação à prática de plágio nas instituições de ensino superior. Como proposta futura, o autor sugere que tais estudos sejam realizados no ensino básico, para entender a situação existente nesse nível de ensino, e buscar soluções para que essa deficiência não seja projetada ao ensino superior.

6 REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Paulino. O que fazer quando eu recebo um trabalho CTRL C + CTRL V? Autoria, Pirataria e Plágio na Era Digital: desafios para a prática docente. In: 2º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação: Multimodalidade e Ensino, 2008, Pernambuco. **Anais Eletrônicos**. Pernambuco: UFPE, 2008.

BARBASTEFANO, Rafael Garcia, SOUZA, Cristina Gomes de. **Plágio em Trabalhos Acadêmicos**: Uma Pesquisa Com Alunos De Graduação. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2007, Paraná. **Anais eletrônicos**. Paraná: ENEGEP, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: 1988.

BRASIL. Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. Lei de Direitos Autorais. Brasília, DF: Senado Federal: 1998.

BRASIL. Lei 10.695 de 1 de julho de 2003. Lei Acrescenta Dispositivos no Código Penal Brasileiro. Brasília, DF: Senado Federal: 2003.

COSTA, Ana Luiza Santos da. Escrita, plágio e autoria: uma análise dos discursos de professores e alunos dos cursos de graduação da UFTM. In: Iniciação & Formação Docente, v. 3, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistagedeles/article/view/1948>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FERREIRA, Lucas Pazoline da Silva. **Ciencidade**: o ciberartigo como gênero acadêmico emergente na web. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2014.

FERREIRA, Marília Mendes; PERSIKE, Alissa. O tratamento do plágio no meio acadêmico: o caso USP. **Revista Signótica**, v. 26, p. 519-540, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/30312/0>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KROKOSZ, Marcelo. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, 745-818, 2011.

MARQUES, Jairo. Internet expõe e expande comércio de teses. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u9717.shtml>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

MONTEIRO, Maria Teresa Marques Mano de Matos Silveira. **A utilização da Web Social na disciplina de português numa turma do 2º Ciclo do ensino básico**. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta: Lisboa, 2017.

MORAES, Rodrigo. O Plágio na Pesquisa Acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual. **Diálogos Possíveis**: Revista da Faculdade Social da Bahia – FSBA, p. 91-108, 2006. Disponível em: <<http://www.faculdadesocial.edu.br/dialogospossiveis/artigos/4/06.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

PHITAN, Livia Haygert; VIDAL, Tatiane Regina Amando. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. **Revista Direito & Justiça**, Porto Alegre, v.39, jan/jun 2013, n. 1, p. 77-82. Disponível em: <http://observa.pucpr.br/wpcontent/uploads/sites/18/2015/02/CURSO_ABERTO_Texto_para_exercicios.pdf> Acesso em: 03 de jul. 2018.

PINTO, Manuela Maria Carvalho Vieira. **O recurso à Web 2.0 na sala de aula de Física e Química**: um estudo com professores e alunos dos ensinos básico e secundário. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho: Vila Nova de Gaia, 2014.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - PUCRS. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Comitê de Ética do Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Trabalhos universitários**: especificidades acadêmicas e correção ética. Porto Alegre, 2006.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa Acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas**. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Rui Sousa-; ABREU, Bruna Batista. Plágio: um problema forense. In: **Language and Law / Linguagem e Direito**, v. 2, p. 90-113, 2015. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/LLLD/article/view/2405>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

TOMAZELLI, Karlo Giordani. **Desonestidade acadêmica e profissional: avaliação das percepções de estudantes de Administração e Contabilidade**. Monografia de graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2011.

VAZ, Telma Romilda Duarte. O avesso da ética: a questão do plágio e da cópia no ciberespaço. **Cadernos de Pós-Graduação – Educação**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 159-172, 2006. Disponível em: <www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/cadernos.../cdposv5n1edu_2_13.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2018.

7 APÊNDICE

Apêndice A – Questionário Sobre Plágio Acadêmico

FACULDADE MULTIVIX CACHOEIRO DE ITAPÉMIRIM		QUESTIONÁRIO – PLÁGIO ACADÊMICO	
Questionário com o objetivo de construção de trabalho acadêmico			
Qual a sua idade?		Qual o seu sexo? () Feminino () Masculino	
Qual o seu curso? () Direito () Sistemas de Informação () Administração () Psicologia		Qual semestre você está cursando? () 1° () 2° () 3° () 4° () 5° () 6° () 7° () 8° () 9° () 10°	
Você está trabalhando atualmente? (Levar em consideração estágio, trabalho informal...) () Sim () Não			
Você já obteve alguma informação de algum professor da graduação sobre plágio? () Sim () Não			
Quando você estava no ensino básico, você foi estimulado a copiar textos da internet/livros e coloca-los em seu trabalho? () Sim () Não			
Durante a graduação, você já copiou alguma parte de uma obra (livros, artigos, reportagens...), sem citar o autor? () Sim () Não			
Em sua opinião, comprar um trabalho pronto e assinar como autor é considerado plágio? () Sim () Não			
Em sua opinião, qual o principal motivo para realizar cópias de texto sem referenciar o autor? (nesta questão, pode ser assinalado mais de um resposta)			
() Falta de tempo para escrever		() Falta de orientação dos professores	
() Falta de criatividade		() Desconhecimento de como fazer	
() Nenhum dos mencionados acima			

INGESTÃO DE CORPO ESTRANHO EM UM CÃO: RELATO DE CASO

STRANGE BODY INGESTION IN A DOG: CASE REPORT

Letícia Carolina Tavares Lima

Fábio Ferreira de Queiroz

William Cordeiro Hyppolito¹

Alan Peruzzo Paganini²

RESUMO

Corpos estranhos gastrointestinais são quaisquer objetos ingeridos pelo animal que não são metabolizados. Os sinais clínicos evidentes na porção proximal causam vômito, diarreia, desequilíbrios eletrolíticos. Além de exame físico e anamnese, o diagnóstico se dá por imagem radiográfica ou ultrassonográfica. Após conduta pré-operatória, a cirurgia por enterotomia é recomendada dado que os casos de corpos estranhos são considerados emergências cirúrgicas. O objetivo deste trabalho foi relatar um caso de ingestão de corpo estranho por um cão.

Palavras-Chave: Obstrução. Intestino. Cirurgia.

ABSTRACT

Gastrointestinal foreign bodies are any objects ingested by the animal that are not metabolized. Clinical signs evident in the proximal portion cause vomiting, diarrhea, electrolyte imbalances. In addition to physical examination and anamnesis, the diagnosis is by radiographic or ultrasonographic imaging. After preoperative management, enterotomy surgery is recommended because cases of foreign bodies are considered surgical emergencies. The objective of this work was to report a case of foreign body ingestion by a dog.

Keywords: Obstruction. Intestine. Surgery.

¹ Graduandas em Medicina Veterinária pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Mestre em Medicina Veterinária pela UFV. Especialização em Clínica Cirúrgica e Veterinária pela UFV. Graduação em Medicina Veterinária pela Facastelo. Docente do curso de Medicina Veterinária da Faculdade Multivix Castelo.

1 INTRODUÇÃO

Corpos estranhos gastrointestinais são quaisquer objetos ingeridos pelo animal que não podem ser digeridos ou que são digeridos muito lentamente (HEDLAND & FOSSUM, 2008). As obstruções proximais (duodeno ou jejuno proximal) causam vômito persistente, perda de secreções gástricas, desequilíbrios eletrolíticos e desidratação (FOSSUM, 2015).

Devido aos sinais clínicos e a probabilidade de causar ruptura intestinal, os casos de corpos estranhos são considerados emergências cirúrgicas (BRENTANO, 2010). Os sinais clínicos de doença do intestino delgado variam e são inespecíficos, embora perda de peso, diarreia, vômitos, anorexia e/ou depressão sejam os mais comuns. Dor e choque podem resultar de trauma, oclusão vascular ou obstrução intestinal completa (FOSSUM, 2015).

A palpação abdominal, radiografia abdominal simples ou imagem ultrassonográfica podem ser diagnósticas, se revelarem um corpo estranho, massa ou íleo obviamente obstruído, sendo a ultrassonografia abdominal a técnica mais sensível e pode revelar alças intestinais dilatadas ou espessadas que não são óbvias em radiografias ou palpação (NELSON; COUTO, 2015).

A principal causa de mortalidade por obstrução do intestino delgado superior é hipovolemia grave com distúrbios eletrolíticos. Após conduta pré-operatória, a cirurgia da maioria dos corpos estranhos pode ser removida por enterotomia em vez de ressecção e anastomose, a não ser que haja necrose ou perfuração intestinal (FOSSUM, 2015).

O prognóstico varia conforme tamanho, conteúdo e grau de acometimento do corpo estranho no animal (BIRCHARD e SHERDING, 2003). Porém, nos casos com obstruções altas completas, os cães não tratados geralmente morrem dentro de três a quatro dias (FOSSUM, 2015).

2 APRESENTAÇÃO DO CASO

O presente caso clínico aqui descrito refere-se a um cão, 8 anos e 2 meses, raça Dálmata, 18,6Kg, com histórico de ingestão de uma manga. O animal apresentava os sinais clínicos de apatia, anorexia, caquexia e vômito recorrente.

Ao exame clínico houve aferição de temperatura, avaliação de mucosas aparentes e linfonodos, ausculta pulmonar e cardíaca, palpação abdominal, inspeção de pele e anexos. Constatou-se normotermia, mucosas levemente hipocoradas, linfonodos pouco reagentes, ausculta cárdio pulmonar inalterável, insensibilidade à palpação abdominal não sendo possível palpar qualquer conteúdo ou massa.

Frente aos sinais clínicos, histórico de ingestão de uma manga presente na propriedade em que o animal reside, aliado ao quadro de caquexia severa, recorreu-se ao exame ultrassonográfico. A avaliação ultrassonográfica diagnosticou obstrução completa por corpo estranho na porção proximal de jejuno pela presença de uma massa hiperecólica, confirmando o histórico relatado pelo tutor.

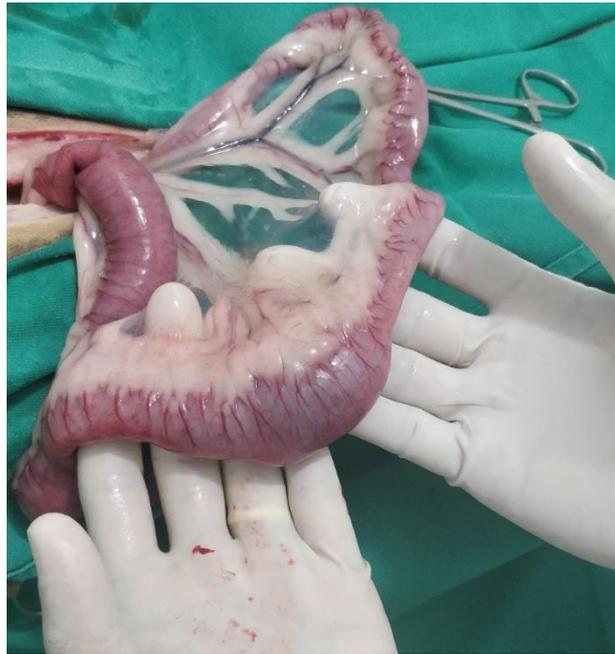
Após requerimento de exame laboratorial pré-operatório e quadro clínico estabilizado, o animal foi submetido à cirurgia. Foi utilizado como protocolo anestésico a medicação pré-anestésica (MPA): clorpromazina associado à morfina na dose de 0,25mg/kg e 0,5mg/kg respectivamente. Para indução anestésica propofol 3mg/kg e manutenção sob anestesia geral inalatória por isoflurano, devidamente monitorado e modo de ventilação mecânica controlada.

Foi realizado antibioticoterapia profilática por se tratar de uma cirurgia potencialmente contaminada. Para realização da enterotomia, o animal foi posicionado em decúbito dorsal, realizando-se a laparotomia incial com a incisão na linha média, a partir do apêndice xifoide até a cicatriz umbilical.

Após exposição do segmento intestinal e identificação em que se encontrava o corpo estranho, realizou-se a enteretomia propriamente dita, pela incisão longitudinal na fronteira antimesentérica distal ao corpo estranho, respeitando os critérios de rotina de avaliação da viabilidade instestinal como observação da cor; textura da parede;

peristaltismo; pulsação das artérias e sangramento no momento da incisão descritos por Fossum (2015). O corpo estranho foi retirado por completo por ordenhação sendo desnecessária a utilização de técnicas como enterostomia, ressecção ou anastomose. Na enterorrafia foi utilizado ponto simples interrompido com fio Nylon 3-0 (Figura 1).

Figura 1. Exposição do segmento intestinal



Fonte: (O Autor, 2019).

Figura 2. Identificação do corpo estranho em porção proximal de jejunum



Fonte: (O Autor, 2019).

Figura 3. Enterorrafia após retirada do corpo estranho.



Fonte: (O Autor, 2019).

Figura 4. Corpo estranho retirado.



Fonte: (O Autor, 2019)

Para cavidade abdominal preconizou-se padrão de sutura ponto simples separado com fio Nylon 2-0. Foi realizado o teste de vazamento do local da enterotomia como descrito por Fossum (2015).

3 DISCUSSÃO

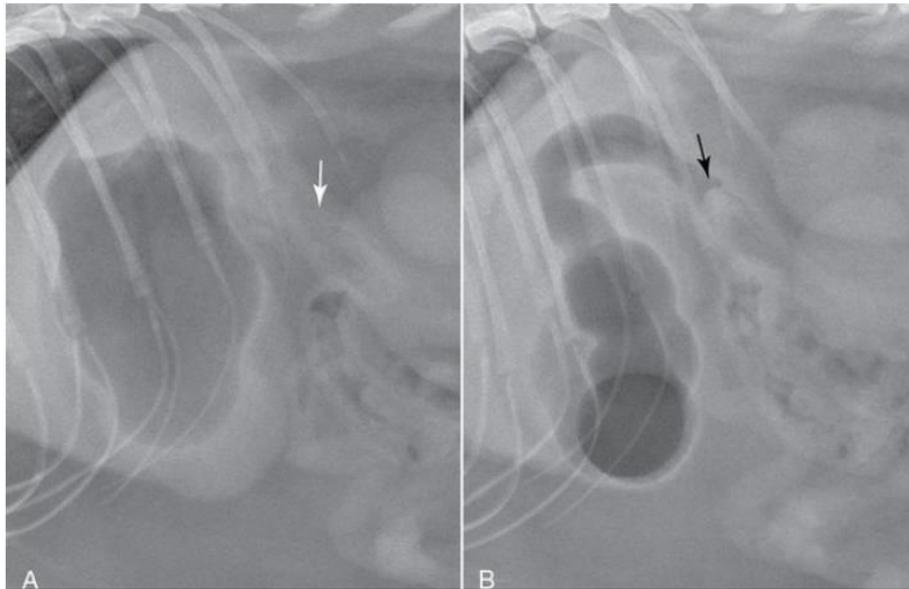
A ingestão de corpos estranhos é uma ocorrência comum entre animais jovens, principalmente cães (PARRA et al., 2018). Importantes implicações para a cirurgia dependem do nível em que a obstrução ocorre, do tipo de corpo estranho envolvido e do grau de oclusão do trato gastrintestinal (BRESCIANI et al., 1999).

Em caso de episódios eméticos, deve-se considerar a suspeita clínica de presença de corpo estranho, sendo que o diagnóstico deve ser precocemente confirmado e o paciente encaminhado ao procedimento cirúrgico imediato, havendo com isso, uma maior possibilidade de se obter resultados satisfatórios (MATRI et al., 1992) apud (BRESCIANI et al., 1999).

Na anamnese, a presença de êmese recorrente, escore corporal, e ambiente propício para ingestão de corpo estranho relatado pelo tutor, foram essenciais para realizar o pedido do exame de imagem para diagnóstico definitivo, para confirmar tal suspeita. Este foi apenas o primeiro passo para a realização da intervenção cirúrgica emergencial.

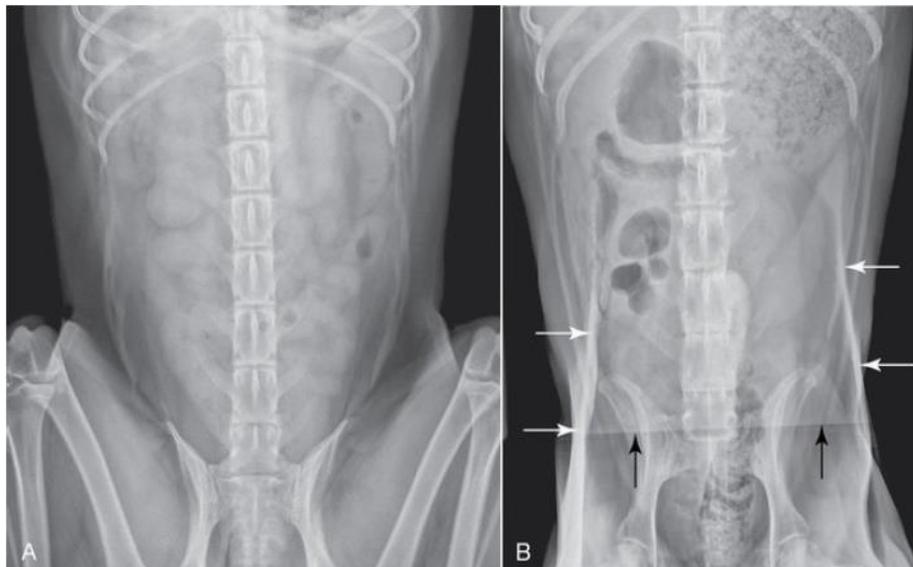
É importante que toda a cavidade abdominal seja incluída na imagem. Os posicionamentos radiográficos utilizados foram: uma imagem lateral (Figura 2) e uma ventrodorsal, sendo indicado duas projeções para avaliação do abdome por completo (THRALL, 2014) (Figura 3).

Figura 2. Radiografias laterais direita (A) e esquerda (B) do aspecto cranial edo abdome de um gato com um quadro de vômito agudo.



Fonte: (THRALL, 2014).

Figura 3. Radiografias abdominais ventrodorsais de dois cães. Em (A), os membros pélvicos encontram-se flexionados, permitindo o relaxamento dos músculos abdominais caudais e uma maior expansão do aspecto caudal do abdome. Em (B), os membros pélvicos estão tracionados caudalmente.



Fonte: (THRALL, 2014).

Segundo Thrall (2014), nos casos em que há suspeita de obstrução intestinal, a aplicação de enema é contraindicada, já que pode alterar o padrão original dos gases e líquidos intestinais. Este padrão é essencial para o diagnóstico de obstrução intestinal, e não deve ser alterado pela utilização de enema.

A ingestão de frutas pelos cães é um hábito comum, principalmente aqueles domiciliados em propriedades rurais. Nos estudos de Fitzgerald (2006), a ingestão de 5 a 25 caroços pode provocar a intoxicação em animais. Portanto, o diagnóstico precoce de tais reações pela ingestão e possível obstrução destes, possuem grande relevância.

Na literatura de pequenos animais há poucos relatos de obstrução intestinal por ingestão de frutas, sendo encontrado com maior prevalência em rebanhos, pois segundo Rizzo et al (2015), geralmente a escassez de alimento, seja ela por condições climáticas, ou pelo oferecimento de um alimento de baixo valor nutritivo, de fato leva esses animais a buscarem fontes alternativas de alimento.

Em cães, o hábito alimentar é variável devido heranças ancestrais, por isso, têm o costume de ingerir carboidratos e fibras e ainda frutas e partes de plantas, sendo classificados como animais carnívoros não estritos (FÉLIX, 2011). Desidratação, anormalidades ácido-base e desequilíbrios de eletrólitos são sequelas comuns a vômitos, diarreia e sequestro de fluido. Tais alterações foram corrigidas antes da indução da anestésica, como descrito por Fossum (2015).

Segundo Fossum (2015), considerações anestésicas especiais são necessárias para pacientes com obstrução intestinal, isquemia, perfuração, torção ou vólvulo. Muitas vezes, o paciente está deprimido e pré-medicação é desnecessária.

No estudo comparativo entre a acepromazina, clorpromazina e levomepromazina em diferentes doses realizado por Gonçalves; Massone; Matsubara (2009), a clorpromazina provocou maior grau de tranquilização, miorelaxamento e analgesia, sendo observado tais parâmetros durante sua administração como MPA.

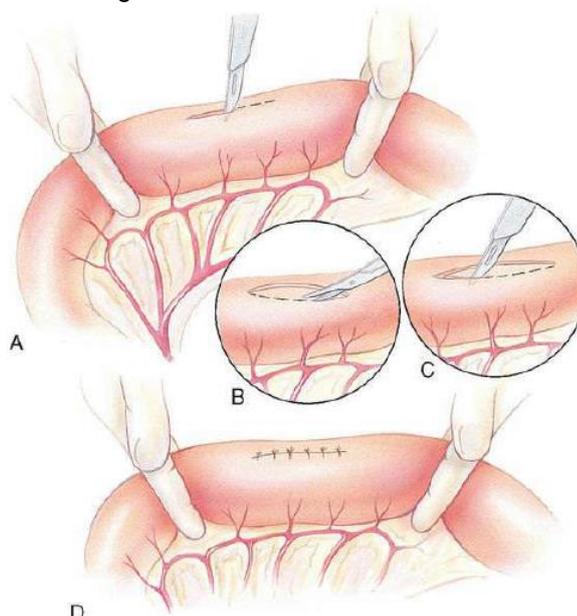
Em virtude da recuperação rápida da consciência com efeitos residuais mínimos, o propofol tornou-se um agente de indução popular na anestesia tanto humana quanto veterinária. Além disso, foi constatado que o propofol é um antiemético muito efetivo, sendo preconizado como indutor anestésico no presente caso cirúrgico (LUMB; JONES, 2017).

Para manutenção da anestesia de cirurgias enterais, Fossum (2015) aborda que sevoflurano ou isoflurano podem ser utilizados em níveis reduzidos, sendo estabelecido o isoflurano como anestésico de manutenção neste relato.

Além disso, é importante que o paciente seja monitorado em relação a arritmias e taquicardia. No transcirúrgico relatado obteve-se eletrocardiograma, oximetria de pulso e pressão arterial direta e indireta, pois o paciente desidratado, hipotenso e ligeiramente taquicárdico, com anormalidades acentuadas nos eletrólitos e ácido-base são predispostos a arritmias cardíacas durante o procedimento cirúrgico (FOSSUM, 2015).

A cirurgia do intestino delgado é mais frequentemente indicada para obstrução gastrointestinal (ou seja, corpos estranhos, massas) tendo como principais vantagens da laparotomia e enterotomia permitir o acesso a todo o trato gastrointestinal; proporcionar biópsias de espessura total, que são importantes em massas submucosas, e a possibilidade de examinar e ter amostras do restante do abdome ao mesmo tempo. As incisões longitudinais ou transversas da enterotomia podem ser feitas para coletar amostras de biópsia (Figura 4). Outras indicações para a enterotomia incluem exame luminal e remoção corpos estranhos, sendo este o preconizado no presente estudo (Figura 5) (FOSSUM, 2015).

Figura 4. Técnica de enteretomia.



Fonte: (FOSSUM, 2015).

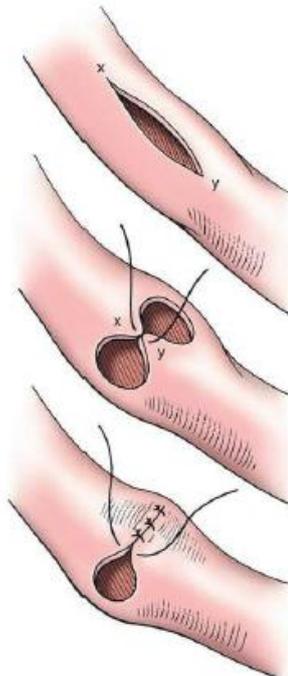
Figura 5. Corpo estranho intestinal em um gato.



Fonte: (FOSSUM, 2015).

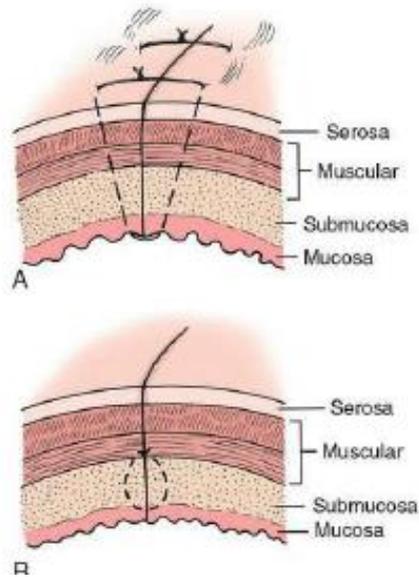
Para remoção do corpo estranho, faz-se o fechamento da incisão aparando a mucosa evertida de modo a que sua borda seja nivelada com a borda serosal. Considera-se uma sutura de monofilamento lentamente absorvível ou até mesmo sutura inabsorvível de monofilamento, utilizado neste relato o ponto simples interrompido com fio Nylon 3-0 (Figura 6 e 7).

Figura 6. Enterorrafia transversal.



Fonte: (FOSSUM, 2015).

Figura 7. Fechamento da enterorrafia.



Fonte: (FOSSUM, 2015).

Foi realizado o teste de vazamento do local de enteretomia pois é necessário para adquirir confiabilidade do seu fechamento por completo após a sutura (Figura 8).

Figura 8. Teste do vazamento do local de enteretomia realizado com seringa e agulha estéril com soro fisiológico.



Fonte: (FOSSUM, 2015)

4 CONCLUSÃO

A obstrução intestinal causada pela ingestão de corpos estranhos tem-se mostrado de grande relevância na rotina clínica e cirúrgica de pequenos animais. O diagnóstico é realizado através de exames de imagem sendo a ultrassonografia preconizada por

alguns autores. O quadro clínico em sua maioria é severo, merecendo tratamento imediato. A laparotomia seguida de enterotomia é frequentemente indicada após estabilização do quadro clínico, sendo seu prognóstico reservado. O manejo pré e pós-operatório são fundamentais para o restabelecimento do animal.

5 REFERÊNCIAS

- BRENTANO, L.M. **Cirurgia Gástrica em cães**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. 40p.
- BRESCIANI, K. et al. Corpos Estranhos Gastrintestinais Em Cão–Relato De Caso Incomum. **Ars Veterinária**, Jaboticabal, v. 15, p. 160-163, 1999.
- FÉLIX, A.P. **Avaliação nutricional de derivados proteicos de soja para cães** – Tese (Pós-Graduação em Ciências Veterinárias), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. 188p.
- FITZGERALD, K. T. Cyanide. In: PETERSON, M. E.; TALCOTT, P. A. **Small Animal Toxicology**. 2 ed. St. Louis: Missouri, 2006, p.674-684.
- FOSSUM, T. **Cirurgia de pequenos animais**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2015.
- GONÇALVES, R.; MASSONE, F.; MATSUBARA, L.M. **Estudo comparativo entre a acepromazina, clorpromazina e levomepromazina em diferentes doses, através do exame bispectral, termo e pressoalgimetria, em cães**. Semina: Ciências Agrárias, 2009, p. 921-930.
- HEDLUND, C.S.; FOSSUM, T.W. Cirurgia do Sistema Digestório. In: FOSSUM, T.W. **Cirurgia de Pequenos Animais**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Elvesier Brasil, 2008, p.339-530.
- LUMB, W.V.; JONES, E.W. **Anestesiologia e Analgesia Veterinária**. 5ed. Rio de Janeiro: Roca, 2017.
- NELSON, R.; COUTO, C. G. **Medicina Interna de Pequenos Animais**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2015
- PARRA, T. C. et al. Ingestão de corpo estranho em cães–Relato de Caso Foreign body ingestion in dogs–Case Report. **Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária**, Garça, v.18, 2012.
- RIZZO, H.; FERNANDES, A.C.de C.; DE ANDRADE, R.; LIVINGSTONE, F.S. Primeiro relato de indigestão por ingestão de manga (*Mangifera indica*) em bovinos. **Scientia Plena**, São Cristóvão, v. 11, n. 4, 2015.
- THRALL, D. **Diagnóstico de radiologia veterinária**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2014.